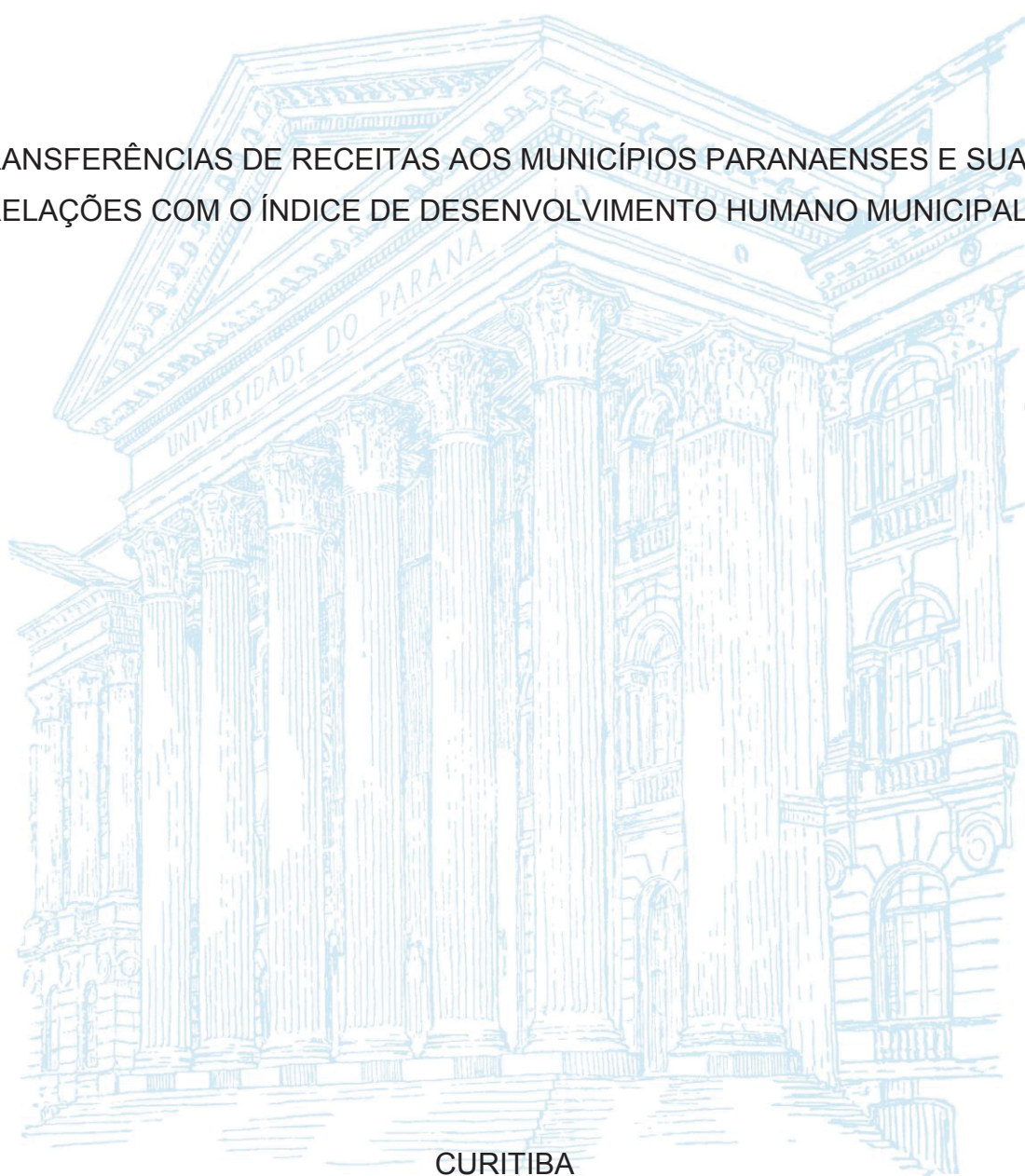


LEONARDO MARCON

TRANSFERÊNCIAS DE RECEITAS AOS MUNICÍPIOS PARANAENSES E SUAS
RELAÇÕES COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL



CURITIBA
2020

LEONARDO MARCON

TRANSFERÊNCIAS DE RECEITAS AOS MUNICÍPIOS PARANAENSES E SUAS
RELAÇÕES COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao Programa Profissional de Pós-Graduação em Economia PPGEcon – do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Economia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Denise Fukumi Tsunoda

CURITIBA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Marcon, Leonardo

Transferências de receitas aos municípios paranaenses e suas
relações com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal / Leonardo
Marcon. – 2020.
129 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Economia, do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas.

Orientadora: Denise Fukumi Tsunoda.

Defesa: Curitiba, 2020.

1. Economia. 2. Transferências de recursos financeiros
governamentais. 3. Impostos – arrecadação. 4. Índice de desenvolvimento
humano I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais
Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Economia. II. Tsunoda,
Denise Fukumi. III. Título.

CDD 336



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ECONOMIA -
40001016051P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ECONOMIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LEONARDO MARCON** intitulada: **TRANSFERÊNCIAS DE RECEITAS AOS MUNICÍPIOS PARANAENSES E SUAS RELAÇÕES COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Junho de 2020.

Assinatura Eletrônica

24/07/2020 11:54:34.0

DENISE FUKUMI TSUNODA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/08/2020 12:03:44.0

VINICIUS KLEIN

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

24/07/2020 11:39:56.0

CICERO APARECIDO BEZERRA

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

AV. PREFEITO LOTHARIO MEISSNER, 632 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4464 - E-mail: ppgecon@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 47471

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 47471

Dedico esse trabalho a minha esposa Wanessa e a minha filha Helena;
amores da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado condições e a oportunidade de ingressar no curso de mestrado e ter desenvolvido esse trabalho. Ao Senhor Jesus seja toda glória, honra e louvor.

Agradeço a minha esposa Wanessa pelo grande apoio dado na construção desse trabalho que, mesmo em sua gravidez, não mediu esforços para que continuasse os estudos. Agradeço a minha filha Helena que, mesmo com seus poucos dias de vida, serviu-me de inspiração para conclusão dessa obra.

Agradeço a minha orientadora prof. Dra. Denise Tsunoda que muito me ajudou com sua paciência e presteza durante toda orientação. Agradeço ainda aos membros da banca examinadora de qualificação e defesa, aos professores Dr. Adalto Acir Althaus Junior, Dr. Vinícius Klein e Dr. Cícero Aparecido Bezerra pelas valiosas recomendações para o aprimoramento da dissertação.

De tudo o que se tem ouvido, o fim é: teme a Deus, e guarda os seus mandamentos; porque isto é o dever de todo o homem. (*Eclesiastes 12:13*)

RESUMO

O Brasil organiza-se político-administrativamente na forma de estado federado e para manutenção desse modelo faz-se necessária a repartição de arrecadação tributária entre os entes federados. Tal repartição ocorre com a transferência de receita da União aos demais entes (estados e municípios) e dos estados aos municípios. Além da repartição dos recursos arrecadados, o modelo federativo também impõe competências diferenciadas a cada ente no tocante à prestação do serviço público e, como consequência, suas atuações podem interferir na qualidade de vida dos cidadãos, qualidade essa que pode ser medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Este trabalho aborda o tema de transferência de recursos aos municípios paranaenses e sua relação com o IDHM. Desta forma, o objetivo da pesquisa é identificar se há algum tipo de influência das transferências citadas com o IDHM daqueles municípios. Essa pesquisa tem sua natureza aplicada, com abordagem de problema de pesquisa qualitativa e quantitativa, e com foco descritivo. O procedimento técnico foi essencialmente documental, já que os dados utilizados são os contidos em relatórios e documentos primários de fontes de dados oficiais. No desenvolvimento da pesquisa utilizou-se os dados contábeis dos exercícios de 1990 a 2009 disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (Finanças do Brasil) e informações do IDHM com referências 2000 e 2010 constantes no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Os dados contábeis foram pré-processados de forma a classificá-los em dois períodos (P1 para 1990 a 1999 e P2 para 2000 a 2009), com a utilização de 300 municípios paranaenses comuns em P1 e 374 municípios em P2, municípios esses comuns a cada período com contas contábeis similares em toda a série. Selecionou-se nas bases do IDHM o índice IDHM e seus componentes (IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R) para fins de análise e relacionou-os com a base contábil - processada, P1 para o IDHM 2000 e P2 para o IDHM 2010. Sobre os dados relacionados aplicou-se o coeficiente de correlação de Pearson para fins de análise e conceituou-se esses coeficientes de acordo com a intensidade da correlação. Os resultados encontrados para as correlações das variáveis indicam existir correlação fraca para as receitas transferidas e índice IDHM para o período analisado. Infere-se com esse resultado que o modelo federativo de transferências de receitas aos municípios pode não contribuir satisfatoriamente com a melhoria do IDHM ou ainda que tal índice pode não ser a melhor opção para análise comparativa entre receita transferida e desenvolvimento humano

Palavras-chave: Federalismo fiscal; recurso público; correlação

ABSTRACT

Brazil organizes itself politically-administratively in the form of a federal state, and to maintain this model it is necessary to distribute tax revenues among the federal entities. Such distribution occurs with the transfer of revenue from the Union to other entities (states and municipalities) and from states to municipalities. In addition to the distribution of the collected resources, the federal model also imposes differentiated competences to each entity in relation to the provision of public services and, as a consequence, its actions may interfere in the quality of life of citizens, a quality that can be measured by the Municipal Human Development Index (IDHM). This work addresses the issue of transferring resources to the municipalities of Paraná and their relationship with IDHM. Thus, the objective of the survey is to identify whether there is any kind of influence of the transfers cited with IDHM in those municipalities. This research has its applied nature, with a qualitative and quantitative research problem approach, and with a descriptive focus. The technical procedure was essentially documental, since the data used are those contained in reports and primary documents from official data sources. In the development of the research, we used the accounting data from 1990 to 2009 made available by the National Treasury Secretariat (Finances of Brazil) and IDHM information with references from 2000 and 2010 contained in the Human Development Atlas of Brazil. The accounting data were pre-processed in order to classify them in two periods (P1 for 1990 to 1999 and P2 for 2000 to 2009), with the use of 300 common Parana municipalities in P1 and 374, municipalities in P2, these common to each period with similar accounting in the whole series. The IDHM index and its components (IDHM-E, IDHM-L and IDHM-R) were selected from the IDHM bases for analysis purposes and related them to the processed accounting base, P1 for IDHM 2000 and P2 for IDHM 2010. The Pearson correlation coefficient was applied to the related data for analysis purposes and these coefficients were conceptualized according to the correlation intensity. The results found for the correlations of the variables indicate that there is weak correlation for transferred revenues and HMI index for the analyzed period. It follows that the federal model of revenue transfers to municipalities may not contribute satisfactorily to the improvement of the HDI or that such index may not be the best option for comparative analysis between transferred revenue and human development

Keywords: Fiscal federalism; public resource; correlation

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDO DE EXPORTAÇÃO	49
FIGURA 2 - MAPA MENTAL COM SÍNTESE DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AOS MUNICÍPIOS	55
FIGURA 3 - FAIXAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	61
FIGURA 4 - GRÁFICO COM AS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - 1991 A 2009	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO DA EXPLORAÇÃO DE EXCEDENTE DE PETRÓLEO E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	45
QUADRO 2 - PERCENTUAL DE RATEIO ENTRE ENTES DO PRODUTO DOS ROYALTIES DA LEI 7990/90	51
QUADRO 3 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IDHM PARA CADA COMPONENTE	63
QUADRO 4 - DIFERENÇAS ENTRE O IDH GLOBAL E O IDHM.....	64
QUADRO 5 - RESUMO DO ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS DA SEÇÃO 2.8	71
QUADRO 6 - PESQUISA BIBLIOGRÁFICA COMPLEMENTAR.....	74
QUADRO 7 – EXEMPLO DE CONCEITUAÇÃO COM PREDOMINANCIA FORTE OU MODERADA POR COMPONENTE IDHM	79
QUADRO 8 - DADOS SINTÉTICOS POR MUNICÍPIOS - REFERÊNCIA 2009	84
QUADRO 9 - CONSULTAS E EXTRAÇÃO DE DADOS CONTÁBEIS - 1990 A 1999	86
QUADRO 10 - CONSULTAS E EXTRAÇÃO DE DADOS CONTÁBEIS - 2000 A 2009	87
QUADRO 11 - RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS COMUNS À BASE CONTÁBIL DE 1990 A 1999.....	89
QUADRO 12 - COMPONENTES DA BASE IDHM SELECIONADOS.....	93
QUADRO 13 - RESUMO DA TABULAÇÃO DE DADOS	94
Quadro 14 - Exemplo de matriz de correlação de dados	95
QUADRO 15 - TOTALIZAÇÃO DOS CONCEITOS TRABALHADOS NOS APÊNDICES VI E VII	98

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 - CONSULTAS NA BASE EBSCOHOST.....	20
TABELA 2 - SÉRIE HISTÓRICA - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS ENTES FEDERATIVOS NA ARRECADAÇÃO TOTAL - 2008 A 2017.....	29
TABELA 3 - RECEITA TRIBUTÁRIA POR ENTE FEDERATIVO - 2016 E 2017 - PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM PONTOS PERCENTUAIS DO PIB	36
TABELA 4 - CLASSIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FISCAIS DA UNIÃO QUANTO AOS REQUISITOS LEGAIS	40
TABELA 5 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO DO PARANÁ À MUNICÍPIOS - EXERCÍCIO DE 2018 (EM MILHÕES)	47
TABELA 6 - DADOS GERAIS DA BASE DE DADOS DA RECEITA MUNICIPAL (2009)	82
TABELA 7 - DADOS GERAIS DA BASE DE DADOS DO IDHM.....	83
TABELA 8 - DONWLOAD DE ARQUIVOS COM DADOS CONTÁBEIS	86
TABELA 9 - INFORMAÇÕES SOBRE BASE DE DADOS DO IDHM.....	88
TABELA 10 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANILHA COM DADOS DE IDHM POR MUNICÍPIO	88
TABELA 11 - CLASSIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON (R)	97
TABELA 12 DESVIO PADRÃO DOS COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO (R)	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BB	Banco do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
CTN	Código Tributário Nacional
CTU	Conta Única do Tesouro Nacional
DF	Distrito Federal
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FINBRA	Finanças do Brasil
FIRJAN	Federal de Indústrias do Rio de Janeiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IPARDES de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Participação dos Municípios
IPTU	Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre propriedade de veículos automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto Territorial Rural

LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
ONU	Organização das Nações Unidas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Poder de Paridade de Compra
PR	Paraná
RFB	Secretaria de Receita Federal do Brasil
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RNB	Renda Nacional Bruta
SDR	Secretarias de Desenvolvimento Regional
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná
SEFAZ/SC	Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIGEF-SC	Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa
SISTN	Sistema de Coleta de Dados Contábeis
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2	OBJETIVOS.....	19
1.3	JUSTIFICATIVA.....	19
1.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	21
1.5	ESTRUTURA DO DOCUMENTO	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA ECONOMIA	23
2.2	FUNÇÕES BÁSICAS DO ESTADO.....	25
2.3	FEDERALISMO	26
2.3.1	Conceito de federalismo	26
2.3.2	Federalismo fiscal.....	27
2.3.3	Federalismo fiscal brasileiro	28
2.4	RECEITAS PÚBLICAS	30
2.4.1	Receita tributária.....	31
2.4.2	Receitas da União	32
2.4.3	Receitas estaduais	35
2.4.4	Recurso próprio e transferido	38
2.5	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS	39
2.5.1	Transferências de Recursos Obrigatórios.....	40
2.5.2	Transferências de recursos discricionários.....	41
2.5.3	Transferências de recursos da União aos municípios	42
2.5.4	Transferências de recursos do Estado do Paraná aos municípios	46
2.5.5	Consórcios Públicos	54
2.6	COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS NO TOCANTE AO GASTO PÚBLICO.....	57
2.7	DESENVOLVIMENTO HUMANO	59
2.7.1	Índice de Desenvolvimento Humano	59
2.7.2	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	60

2.8	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ENTRE ENTES FEDERADOS E ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	65
3	ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	76
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	76
3.2	MATERIAIS E MÉTODOS	76
3.3	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	78
4	RESULTADOS E ANÁLISES.....	81
4.1	BASE DE DADOS	81
4.2	TRATAMENTO DOS DADOS.....	85
4.2.1	Tratamento dos dados de receita	85
4.2.2	Tratamento dos dados de IDHM.....	87
4.2.3	Seleção das contas contábeis	88
4.2.4	Seleção do componente IDHM	92
4.3	TABULAÇÃO DOS DADOS.....	93
4.4	CORRELAÇÃO DE VARIÁVEIS.....	95
4.5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS.....	106
	APÊNDICE I - <u>CONTAS CONTÁBEIS DE RECEITAS ESCOLHIDAS - 1990 A 1999</u>.....	111
	APÊNDICE II - <u>CONTAS CONTÁBEIS DE RECEITAS ESCOLHIDAS - 1990 A 1999</u>.....	112
	APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010.....	115
	APÊNDICE IV - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS E IDHM - 1990 A 1999.....	122
	APÊNDICE V - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS E IDHM - 2000 A 2009	124
	APÊNDICE VI - CONCEITOS APLICADOS NAS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - P1	126
	APÊNDICE VII - CONCEITOS APLICADOS NAS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - P2	128
	APÊNDICE VIII - RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS COMUNS À BASE CONTÁBIL DE 2000 A 2010	130

1 INTRODUÇÃO

A formação dos estados modernos e sua repartição de poder pode assumir duas formas distintas, quais sejam: a forma de estado unitário, com um único poder central, ou federado, os quais entes subnacionais (estados e municípios) se associam para exercer o controle soberano da nação de forma descentralizada (LIZIERO, 2018, p. 330). O Brasil, por escolha do poder constituinte, nos termos do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil optou pela forma federada de Estado (BRASIL, 1998), repartição que inclui a divisão dos poderes entre União, Estados e Distrito Federal e municípios. Tal repartição do poder implica em divisão de deveres e da forma de repartição os tributos arrecadados de toda sociedade.

Dentro desse cenário, os entes federados podem ter a competência para arrecadar determinado recurso ou tributo e utilizá-lo como lhe aprouver, ou ainda o repartir com outros entes federados, de acordo com o que define o pacto federativo. A sobrevivência da federação depende de como os entes federados conseguem harmonizar a repartição dos recursos, direitos e deveres. No Brasil boa parte da arrecadação, isto é, da quantidade de tributos existentes, é compartilhada entre os diferentes entes federados, como Estados com Municípios e União com demais entes (BRASIL, 1998, p. art.157 a 162).

Tal organização está diretamente relacionada com a qualidade da prestação do serviço público aos cidadãos, à medida que para cada ente federado há uma obrigação constitucional e/ou legal para se cumprir com a sociedade, obrigação essa dependente de recursos extraídos da nação e repartido dentro do modelo federado. Para que a federação possa atingir seus objetivos sociais, é necessário um modelo federativo fiscal que assegure a cada ente a possibilidade de cumprir seus deveres com a sociedade.

O modelo federativo fiscal favorável à prestação do serviço público de qualidade, no caso brasileiro em que se compartilham maior parte dos tributos, é aquele que permite ao ente subnacional dependente de transferência a implementação de suas políticas públicas, de forma que a partilha total do valor arrecadado seja equânime.

Nas palavras de Massardi e Abrantes:

Num regime federalista em que coexistem unidades subnacionais autônomas, deve-se conciliar um nível ótimo de recursos para todas essas unidades, de maneira que elas possam fornecer bens públicos à população local, promovendo a equidade entre as regiões. Nesse sentido, a divisão das competências tributárias e de responsabilidades na prestação de serviços públicos deve ser balanceada ou, então, compensada por meio de transferências intergovernamentais. (MASSARDI; ABRANTES, 2015, p. 310)

A transferência de recurso e sua aplicação em políticas públicas pelo ente receptor tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O IDHM, tem por objetivo mensurar o desenvolvimento humano nos municípios, conforme os critérios que serão explanados na seção. 2.7. Diante disso, dentro do modelo federado, a transferência de recursos entre entes federados pode ou não ter relação com o resultado de suas políticas públicas.

Esta pesquisa aborda a influência das transferências de receitas aos municípios paranaenses e sua relação com o índice de desenvolvimento humano municipal desses municípios.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Há entre os entes federados significativa concentração dos tributos totais arrecadados pela União em detrimento dos demais entes, especialmente os municípios. Do total tributado no país - 68,02% ficam sob a responsabilidade da União, 25,72% para os Estados e somente 6,26% para os municípios - dados com referência de 2017 (FAZENDA, 2018, p. 2). No entanto, apesar dessa concentração, os municípios são responsáveis por diversas atribuições no tocante ao serviço público, como por exemplo a manutenção de programas de educação infantil e básica e prestação de serviços de atendimento à saúde da população (CF art. 30, VI e VII), demandas que requerem recursos para sua implementação. Como forma de contribuir com o financiamento das demandas dos serviços públicos locais e amenizar a concentração citada, o constituinte

previu formas de transferências de recursos de entes federados superiores aos entes inferiores, especialmente aos municípios.

Os Estados membros também são responsáveis por transferir recursos arrecadados aos municípios e contribuir com suas políticas de gastos. No entanto, apesar do modelo federativo e os encargos que cada ente tem que suportar na prestação do serviço público de sua competência, não se sabe ao certo se os valores transferidos pela União e Estados são suficientes para atender as demandas sociais dos municípios juntamente com suas receitas próprias. Além desse problema, não há informações claras se a qualidade de vida dos habitantes dos municípios paranaenses tem sido influenciada por recursos transferidos dos outros entes, tampouco se os diferentes governos têm logrado êxito em melhorar a qualidade de vida de seus habitantes ao longo dos anos com a partilha de recursos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), índice brasileiro adaptado do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, tem por objetivo avaliar o desenvolvimento humano dos municípios brasileiros de forma sintética e de fácil compreensão, levando em consideração essencialmente o desenvolvimento educacional, longévolo (saúde) e renda dos habitantes desses municípios. Mais detalhes desse índice estão descritos nas seções 2.8.1 e 2.8.2.

Considerando-se os problemas supracitados e que o pacto federativo também tem por objetivo auxiliar os entes federativos com maiores necessidades de recursos na implementação de suas políticas públicas, políticas essas que visam melhorar a qualidade vida dos munícipes, e ainda que os governos federal e estadual tem por obrigação constitucional transferir recursos de seus tesouros aos municípios; e por fim que o desenvolvimento humano da população pode ser medida por meio do IDHM, surge a seguinte questão: **os recursos transferidos pela União e Estado aos municípios paranaenses contribuem para melhora ou piora do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal desses?**

1.2 OBJETIVOS

Com base no problema de pesquisa exposto, o objetivo geral desse trabalho é analisar a relação das transferências de receitas aos municípios paranaenses e seus respectivos IDHMs.

Derivados do objetivo geral, este trabalho define os objetivos específicos:

- a) apresentar o estado da arte das pesquisas relacionando transferências de recursos entre entes federados e índice de desenvolvimento humano;
- b) discorrer sobre os principais tópicos relacionados à pesquisa em pauta;
- c) analisar por meio de correlações as receitas transferidas (dados contábeis da base FINBRA) e IDHM (dados da base PNUD) dos municípios com o intuito de verificar se há relações entre essas variáveis

1.3 JUSTIFICATIVA

A pesquisa tem por justificativa política entender se os municípios dependem, ou em que grau, de outros entes federados para cumprir suas demandas constitucionais e legais junto à população, à medida que seus orçamentos são influenciados pelos recursos transferidos de outros entes. Ainda, o estudo tem sua justificativa social, já que por meio de IDHM, avaliar-se-á a qualidade de vida dos munícipes e sua relação com os recursos transferidos.

Uma revisão bibliográfica integrativa foi conduzida com o objetivo de identificar e comparar referenciais teóricos sobre transferência de recursos a municípios e sua influência na qualidade de vida dos cidadãos medida por meio de índices. As consultas foram realizadas em interações sobre as bases agrupadas pela EBSCOHost (plataformas de buscas de conteúdo científico e de pesquisa utilizada pela biblioteca da Universidade Federal do Paraná - UFPR), o qual artigos, dissertações e outros trabalhos foram encontrados. Tal portal está localizado no seguinte endereço eletrônico <http://eds.b.ebscohost.com/eds/search/basic?vid=0&sid=3527b56e-5415-4e66-8cc0-d8599812227d%40pdc-v-sessmgr05>, o qual se selecionou a forma de consultas “busca avançada”.

O critério de seleção das respostas foram os descritores “*idhm*”, “*município*”, “*estado*”, “*Paraná*”, “*transferências*”, “*receitas*”, “*estaduais*”, “*idh*”, “*recursos*”, “*qualidade*”, “*vida*”, “*indicador*”, “*ipdm*”, “*lpardes*”, “*firjan*”, “ entre janeiro de 2005 a março de 2019.

As diversas interações realizadas na base agrupada, com suas sentenças e volumes de retorno, estão resumidas na tabela 1.

TABELA 1 - CONSULTAS NA BASE EBSCOHOST

DESCRITORES DE BUSCA	RESULTADOS
idhm município estado parana	96
transferencias idhm	111
idhm receitas	77
transferencias receitas estaduais municípios parana	221
idh município estado parana transferencia	84
idhm recursos parana	92
transferencias recursos estaduais municípios parana qualidade vida indicador	60
ipdm ipardes	26
firjan transferencias parana	33
firjan transferencia municípios	89
ipdm parana	66
idh transferencia parana	97
transferências intergovernamentais municípios mesorregioes	20
Total	1.072

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Este resultado já exclui as pesquisas acadêmicas em duplicidade. Foram desconsiderados ainda os documentos recuperados sem relação direta com a questão de pesquisa. Para tanto, observou-se os títulos de pesquisa e resumos com fim de identificar se a fonte de pesquisa apresenta relação com o tema transferência de recursos entre entes federativos e/ou sua relação com desenvolvimento humano dos municípios. Algumas fontes do portal não disponibilizam o trabalho diretamente para visualização ou *download*, mas indicam o endereço eletrônico para consulta.

Além da pesquisa inicial, efetuou-se outra complementar com os descritores “União” e “Federal” para melhor análise do tema explorado. Ao todo, das pesquisas efetuadas, utilizaram-se 13 bibliografias de consultas para fins de análise desse trabalho. A análise detalhada dos documentos recuperados está na seção 2.8.

A revisão bibliográfica permite inferir que, apesar do grande número de trabalhos acadêmicos resultantes dos descritores no portal pesquisado, percebe-se que as pesquisas sobre o tema de transferência intergovernamentais de recursos e sua relação com o IDHM é pouco explorado.

1.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O trabalho limitou-se a municípios do estado do Paraná com dados oficiais publicados. Para a base de dados do IDHM utilizou-se os dados com referência 2000 e 2010 por se tratar das referências mais novas disponíveis para análise municipal de IDHM, (os motivos estão melhores detalhados na seção 4.1.3). As receitas serão analisadas por natureza (BRASIL, 2014, p. 41) e terão como referência os exercícios de 1990 a 2009. As receitas foram escolhidas baseada na premissa de que o gasto público precisa de um tempo mínimo de maturação para que atinja seu efeito na sociedade, razão pela qual os dados contábeis possuem tempo diferente da base IDHM.

No trabalho não se considera o efeito transbordo nos gastos dos municípios, ou seja, os benefícios que os investimentos de um ente federado que extrapola suas fronteiras, como investimento na construção de uma estrada que um município realiza e é beneficiado por munícipes de outro município que também as utilizam (MACHADO, 2018, p. 56). Não se levou em conta também a concorrência fiscal, o qual considera que a tributação estabelecida por um ente depende da tributação fixada em jurisdições vizinhas, com fins de redução de carga tributária para atração de empresas ou procurar mais transferências de recursos de outros entes federados (MACHADO, 2018, p. 56). A seguir a estrutura do documento.

1.5 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Além dos elementos pré-textuais e os referenciais utilizados, o documento contempla a introdução; em que há os detalhamentos do problema e da questão de

pesquisa, da definição de objetivo geral e os seus derivados objetivos específicos e a justificativa do trabalho.

A segunda seção apresenta o referencial teórico, com todo embasamento bibliográfico e documental da pesquisa, abordando os principais conceitos relacionados à pesquisa em pauta.

A terceira seção discorre sobre os encaminhamentos metodológicos, com a caracterização da pesquisa, materiais, métodos e avaliação de resultados.

A quarta seção discute os resultados da pesquisa, com a apresentação da base de dados utilizada no trabalho, manipulação dos dados e análises de correlação com variáveis, e a quinta apresenta as considerações finais e as propostas de continuidade do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das preocupações dos estudos econômicos nas Ciências Sociais Aplicadas é o desenvolvimento econômico das nações. No entanto, tal desenvolvimento não se refere a apenas o crescimento das atividades econômicas, medida pela expansão real do Produto Interno Bruto (PIB), mas sim ao crescimento dessas atividades com a consequente melhoria de vida de seus habitantes (cidadãos). Dessa forma, percebe-se que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento econômico, mas apenas de um de seus componentes.

Nesta seção serão contempladas impressões sobre federalismo fiscal, transferências de recursos públicos, competências e atribuições dos municípios, receitas públicas, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por fim, relações encontradas na literatura, sobre transferências de recursos entre entes federados e a relação destas com a qualidade de vida. A seguir explanar-se-á sobre a intervenção governamental na economia.

2.1 INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA ECONOMIA

Um dos focos dos estudos econômicos hodiernos é a participação do estado na atividade econômica e sua influência na sociedade. Segundo Souza¹ (2009, apud, OLIVEIRA, 2019, p.17), há duas grandes correntes de pensamento econômico que entendem de forma diferenciada a melhor participação do estado na economia para se atingir o desenvolvimento econômico. A primeira corrente é a ortodoxa, representada por pensadores como Marshall, Mill e Ricardo, o qual defendem que as atividades desempenhadas pelo Estado devem-se restringir a apenas segmentos onde a iniciativa privada não tem condições de exercê-las, como funções de justiça, defesa, regulação e legislação. As demais áreas onde a iniciativa privada tem condições de empreender, como saúde e educação, não devem ser desempenhadas em regra pelo Estado. A

¹ SOUZA, N. J. S. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2009

produção de bens e serviços deve ser regulada pelo próprio mercado, via demanda e oferta, com pouca interferência do Estado.

Tal corrente entende que o crescimento econômico, adotado como sinônimo de desenvolvimento, é fruto do retorno (lucro) dos meios de produção (bens e equipamentos, tangíveis e intangíveis, que ajudam a transformar matéria prima ou bem elaborado em produto final, direta ou indiretamente) aos proprietários. Para esse grupo a poupança nacional é determinante para explicar o crescimento do país, já que com ela se faz os investimentos necessários ao crescimento; o que se pode deduzir, em segunda análise, que o estado deve procurar superávits em suas contas para forçar poupança pública para novos investimentos, e conseqüentemente o crescimento econômico.

A segunda corrente é a heterodoxa, representada por pensadores como Keynes, Marx e estudiosos da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Nessa corrente de pensamento, o desenvolvimento é resultado de mudanças estruturais em toda sociedade, não somente em sua produção, de forma que a produção não se limita ao crescimento econômico de determinados segmentos. Nela, o crescimento econômico, por si só, não resulta na melhora na qualidade de vida dos cidadãos e, portanto, não gera o desenvolvimento econômico. Segundo Santos (2009, apud, OLIVEIRA, 2019, p.18) o desenvolvimento pode ser definido com um crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento demográfico, melhorando os indicadores sociais.

Para essa corrente o estado é o grande protagonista do desenvolvimento econômico, seja intervindo fortemente nas atividades produtivas, seja como produtor e executor da própria atividade econômica. Para esse grupo de pensadores, diferentemente do primeiro, o tamanho do estado (pessoal, instalações, mobiliários etc.) não precisar ser enxuto, mas na medida das demandas sociais e com fins de gerar o progresso econômico. Esses pensadores defendem que o crescimento não é só gerado pela poupança nacional, mas pelo gasto público e seu conseqüente efeito no consumo agregado e produto total.

Na próxima seção as funções básicas do estado.

2.2 FUNÇÕES BÁSICAS DO ESTADO

As funções básicas da intervenção estatal, conforme preceitua a Controladoria Geral da União são: função alocativa, distributiva e estabilizadora (CGU, 2005, p 10 e 11). Na função alocativa de recursos o Estado oferta bens e serviços que a iniciativa privada não oferta. Como exemplo, a construção de rodovia em região pouco habitada ou o fornecimento de serviço de segurança pública à sociedade. Há intervenção do estado na economia à medida que tais produtos/serviços geram custos com insumos e movimentam a cadeia produtiva. Ainda, infere-se que na função alocativa o Estado pode investir em setores econômicos em que há gargalos que impedem o crescimento econômico, como por exemplo, investir em estaleiros para fins de transporte de mercadorias se há demanda interna para tal. Dessa forma, percebe-se que a função alocativa tem o viés de corrigir distorções dos investimentos realizados pela iniciativa privada.

O Estado também tem a função distributiva da renda e riqueza gerada. Por meio instrumentos como a seguridade social, a tributação progressiva (maior tributação proporcional para quem auferir mais recursos), e políticas de subsídios, entre outros, o Estado retira a riqueza acumulada de alguns grupos e segmentos econômicos para transferi-los àqueles a quem entende depender mais de recursos. Como exemplo, cita-se a tributação do Imposto de Renda para determinados valores e com progressão de alíquota para rendimentos maiores.

Por fim, cita-se a função estabilizadora na economia, o qual o Estado tem por objetivo manter a estabilidade econômica e nível de preços e emprego, uma vez que o mercado sozinho não consegue desempenhá-lo. Cabe ao Estado controlar o câmbio, as operações financeiras e definir as políticas de juros, fomentar a política de emprego e fiscalizar as atividades bancárias. Como exemplo dessa função, cita-se o controle de saída de divisas do país, com a regulação de valores que serão enviados ao exterior.

Além das funções do estado na economia, a seguir explanar-se-á sobre o tema federalismo.

2.3 FEDERALISMO

As formas como os Estados nacionais hodiernos organizam-se podem ser classificadas como unitário e federado. O Estado unitário possui os pressupostos básicos da concentração da produção e da aplicação do direito em órgãos localizados territorialmente em um poder central (LIZIERO, 2018, p. 332). No estado unitário, via de regra, a extensão territorial é menor que o federado e há uma única constituição.

Em contrapartida a essa forma de estado, há o estado federal que será melhor explanado na sequência.

2.3.1 Conceito de federalismo

O federalismo é conceituado como uma forma de organização de estado em que há repartição do poder entre esferas subnacionais, delimitado por um poder normativo comum ou uma Constituição. Nessa organização há relativa autonomia dos entes subnacionais (União, Estados-membros e Municípios) na edição de suas normas e para o estabelecimento de políticas públicas; no entanto, todos os entes são subalternos à Constituição Federal e entre esses há o vínculo de coordenação, conforme preceitua Afonso² (2005, p.157, apud, LIZIERO, 2018, p. 338).

Ainda sobre o federalismo, há a característica da carta magna, ou constituição federal, em que essa está sobreposta sobre as constituições dos entes subnacionais. Todo cidadão fica sob a tutela da Constituição Federal e a constituição do ente subnacional - Estado e Município - Miranda (2005, p. 157, apud, LIZIERO, 2018, p. 338). A CF brasileira estabelece o Federalismo como forma de estado em seu art. 18, a seguir transcrito: *“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”*. A subseção 2.3.2 comenta as características do federalismo.

² SILVA, José Afonso. Estados Federados no Federalismo Brasileiro. In: VALADÉS, Diego; SERNA DE LA GARZA, José Maria. (Coord.) **Federalismo y regionalismo**. México: UNAM, 2005

2.3.2 Federalismo fiscal

O Federalismo fiscal está relacionado com partilha de recursos arrecadados de todos os federados. Com o objetivo de manter o equilíbrio federativo e a autonomia de todos os entes federados, a legislação das diferentes nações que utilizam da forma de estado federada estabelece as formas de financiamento e transferências de recursos de um ente federado para outro. Da mesma forma, há repartição das competências e obrigações para cada ente federado.

O federalismo fiscal está diretamente relacionado com a manutenção da estrutura federativa do país, uma vez que a regula e estabelece seu financiamento. Nas palavras de Catarino e Abraham:

O federalismo fiscal implica a distribuição de competências constitucionais fiscais entre os diferentes níveis de Estado, para que cada um, de modo autônomo e na medida das respectivas competências e capacidade de financiamento, exerça e discipline a gestão da realidade financeira pública e tributária, nesta se incluindo as transferências fiscais, a composição, a dimensão e a natureza da despesa. (CATARINO; ABRAHAM, 2018, p. 194)

Ainda sobre o federalismo, Musgrave³ e Oates⁴ afirmam que a expressão “*fiscal federalism*” (federalismo fiscal) diz respeito à divisão das funções do setor público financeiro entre os diferentes níveis de governo. (Musgrave 1959 e Oates 1972, apud CATARINO; ABRAHAM, 2018, p. 194).

As funções básicas do Estado citadas na seção 2.3 são exercidas pelos governos, aí entendidos estados federados ou não, por meio de quatro formas de organização do poder financeiro citados abaixo:

- a) A plena centralização, que corresponde à forma unitária de governo, cujas funções fiscais são exercidas exclusivamente pelo Governo central, como foi, tradicionalmente, o caso português;
- b) A absoluta descentralização em que, teoricamente, os governos locais exercem a generalidade das competências fiscais;
- c) A forma federativa, que combina competências centralizadas e competências descentralizadas num modelo cujas responsabilidades fiscais se encontram partilhadas entre os diferentes níveis de governo e suas respectivas unidades

³ MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: USP, 1980.

⁴ OATES, Wallace E. **Fiscal Federalism**. New York: Jovanovich, 1972

federativas, como é o caso da Alemanha, do Brasil ou dos EUA, embora existam diferenças assinaláveis entre eles;
 d) A descentralização parcial com a consequente articulação das diferentes competências fiscais e financeiras entre os diferentes níveis de órgãos do poder público. (CATARINO; ABRAHAM, 2018, p. 194)

Ou seja, no modelo federado as funções do estado de alocações de recursos, distributiva da renda e riqueza e regulamentadora são exercidas por todos os entes, conforme citado no item “c” acima. Evidentemente, há graus de exercício dessas funções e normatização dessas funções, conforme preceitua o Teorema da Descentralização proposto por Oates (1993). Para esse autor há a maximização da eficiência econômica no modelo federativo fiscal quando há relação entre as atividades do governo e a preferência dos grupos que o financiam (CATARINO; ABRAHAM, 2018, p. 195).

Nesse Teorema há três regras institucionais que se diferenciam para os entes federados no tocante a tributação: a competência concorrente, o quais todos os entes têm autonomia para legislar e tributar mesma base de incidência; a competência compartilhada, onde o governo central tributa uma base e divide o produto dessa arrecadação com os demais entes; e há a competência exclusiva, onde apenas um determinado ente tem responsabilidade sobre determinada base de incidência. A competência concorrente está presente em nossa Constituição, já que se prevê para todos os entes legislar sobre direito tributário, resguardado à União estabelecer normas gerais (BRASIL, 1998, art. 24). Da mesma forma há previsão expressa para a competência exclusiva à União em nossa legislação no art. 21 da CF (BRASIL, 1998).

Na sequência será explanado o tema federalismo fiscal no Brasil.

2.3.3 Federalismo fiscal brasileiro

Com a abertura democrática, os Estados e Municípios assumem mais relevância das decisões governamentais e também na responsabilização dos serviços públicos prestados à sociedade.

Apesar da descentralização político-administrativa após a constituinte de 1988, o governo central (União) ainda detém a maior parcela dos recursos arrecadados, concentrando em torno de 68% do total dos tributos arrecadados no país, enquanto os Estados-membros ficam com aproximadamente 26%, e os municípios com 6% restantes, conforme discrimina a tabela a seguir.

TABELA 2 - SÉRIE HISTÓRICA - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS ENTES FEDERATIVOS NA ARRECADAÇÃO TOTAL - 2008 A 2017

Ente Federativo	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Repres. Gráfica
União	69,37%	68,80%	69,01%	69,98%	69,05%	68,93%	68,46%	68,32%	68,37%	68,02%	
Estados	25,47%	25,73%	25,47%	24,49%	25,16%	25,29%	25,47%	25,45%	25,45%	25,72%	
Municípios	5,16%	5,48%	5,52%	5,54%	5,80%	5,78%	6,07%	6,24%	6,18%	6,26%	
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

FONTE: Secretaria de Receita Federal do Brasil (2018)

Diante desse cenário, há os seguintes prejuízos para a federação brasileira citados por Catarino e Abraham:

A indesejada concentração do poder no federalismo fiscal brasileiro em favor da União, em detrimento dos Estados e Municípios, propicia negativas consequências, tais como: a) **o enfraquecimento do processo democrático** decorrente da luta entre as forças políticas regionais e a central; b) uma indesejada **competição fiscal** – vertical e horizontal – entre os entes federativos, conhecida como "guerra fiscal"; c) **a incapacidade de o governo central exercer satisfatoriamente sua função coordenadora** em todo o território, gerando práticas autônomas dos governos regionais e locais incompatíveis com o interesse nacional; d) **a minimização dos processos de redução das desigualdades regionais** e do estímulo ao **desenvolvimento social e econômico local** (CATARINO; ABRAHAM, 2018, p. 199) grifo nosso.

Como forma de atenuar a assimetria histórica no montante total de recursos arrecadados e os problemas citados acima, o Constituinte de 1988 e outras normas infraconstitucionais criaram mecanismos obrigatórios e voluntários de transferências de recursos entre os entes federativos, precisamente da União para os Estados e Municípios e dos Estados para Municípios.

Na seção 2.5. serão detalhados os conceitos de receitas e transferências de recursos entre entes.

2.4 RECEITAS PÚBLICAS

Os entes públicos, com o objetivo de financiar sua estrutura de políticas públicas e cumprirem suas missões institucionais necessitam das receitas públicas. Conceitualmente as receitas públicas podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias; a primeira diz respeito àquela em que há a consequente variação patrimonial positiva ao patrimônio público oriunda de ingressos financeiros; a segunda oriunda de entrada financeira que não reflete na alteração do patrimônio público. Assim conceitua as receitas públicas o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP):

Em **sentido amplo**, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extra orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. (BRASIL, 2014, p. 40)

Dessa forma, as receitas oriundas de impostos, por exemplo, por refletirem em variações positivas ao patrimônio são receitas orçamentárias (não são devolvidas); ao passo que receitas como consignações em folha de pagamento ou retenções na fonte de salários, onde o ente público é apenas um mero depositário temporário do dinheiro, configura-se receita extraorçamentária.

Ainda sobre receita orçamentária, frisa-se o caráter de permanência ao patrimônio, ou ainda no entendimento de Costa, Reis e Silveira: “a receita pública, como fonte de obtenção, é o ingresso de dinheiro nos cofres públicos efetivada de maneira permanente no patrimônio do Estado e não condicionada à sua devolução ou à correspondente baixa patrimonial” (REIS; COSTA; SILVEIRA⁵, 2013, apud, FIIRST et al., 2017, p. 987).

As receitas orçamentárias são divididas em receitas correntes e de capital. As correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício financeiro e se destinam ao financiamento dos objetivos contidos nos programas e ações orçamentários; as receitas

⁵ REIS, P. R. C.; COSTA, T. M. T.; SILVEIRA, F. R. S. Receita Pública e Bem-Estar Social nos Municípios Mineiros Emancipados no Período de 1988 A 1997. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 19, n. 1, p. 61-82, 2013.

de capital têm por objetivo financiar ações em mais de um exercício e em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido do ente, diferente das correntes, no conceito do MCASP (BRASIL, 2014). Na sequência são abordadas as receitas tributárias, com maior vínculo com a pesquisa em pauta.

2.4.1 Receita tributária

Para a definição de receita tributária, faz-se necessário primeiro conhecer o conceito de tributo que, segundo o Código Tributário Nacional, em seu art. 3º, define-se como *“toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”* (BRASIL, 1966). Percebe-se no conceito do tributo o caráter da compulsoriedade, ou seja, a obrigatoriedade a todos aqueles definidos em lei como sujeitos passivos de determinado fato gerador (hipótese de incidência concreta do tributo). Cita-se ainda no conceito o valor monetário, já que a tributação não leva em consideração pagamento em bens ou coisas como forma de extinguir o crédito tributário. Acrescenta-se no conceito de tributo a legalidade, já que somente por Lei pode ser instituída.

Com base no conceito de tributo e nos demais conceitos até aqui tratados, infere-se que a receita tributária corresponde ao ingresso orçamentário de recursos oriundos de tributos dos diferentes entes públicos tributantes. Tais receitas podem ter sua destinação ao custeio de despesas de forma genérica (geral) ou específica, como nos casos das contribuições da seguridade social definidas no art. 167, XI da CF (BRASIL, 1998). Ainda sobre o conceito de tributo, esclarece o art. 9º da Lei n.º 4320/64:

Art. 9º Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os **impostos, as taxas e contribuições** nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. (BRASIL, 1966) grifo nosso

Percebe-se no conceito acima que o tributo é dividido em impostos, taxas e contribuições (ou contribuições de melhoria, no conceito do art. 145, III, da CF). Os impostos são receitas que independem de qualquer atuação do contribuinte ou

prestação a ele ligada diretamente, ou ainda no conceito do art. 16 do CTN: “*Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte*” (BRASIL, 1966, art. 16). As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, no conceito do CTN (BRASIL, 1966, art. 77). Por fim, com base nesse código, as contribuições de melhoria que tem por fato gerador para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária (BRASIL, 1966, p. art. 81).

Além das receitas de impostos, há também as receitas de contribuições sociais, oriundas da seguridade social, as de intervenção de domínio econômico e as de interesses de categorias profissionais ou econômicas, todas administradas pela União, os quais não entram no conceito de tributo, conforme previsão na CF (BRASIL, 1998, p. art. 149 e 195).

Os tributos podem ser distinguidos em fiscais, quando o objetivo de sua criação e manutenção é apenas arrecadatório, e em extrafiscais, quando sua finalidade maior não é a arrecadação pura e simples, mas sim a intervenção na economia ou defesa de interesses nacionais. Como exemplo de tributo fiscal, temos o ICMS, cujo objetivo maior é arrecadatório para os estados (tal tributo será comentado na seção 2.5.3.1). Há também o II (Imposto sobre Importação), descrito na CF, (BRASIL, 1998, art. 153) de competência da União, o qual tem por objetivo tributar determinados produtos que não atendam os interesses nacionais, com fins de impedir ou reduzir a entrada de produtos no país.

Na sequência está a explanação sobre receitas tributárias de competências da União e Estados membros.

2.4.2 Receitas da União

Para fins desse trabalho, comentar-se-á as receitas da União passíveis de repartição com os Estados e Municípios. O art. 155 e 177 da Constituição Federal elenca as receitas a seguir detalhadas.

2.4.2.1 Imposto de Renda

Compete a União, conforme prevê o art. 153, III, da CF, a instituição do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), o qual tem seu fato gerador aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica, conforme discrimina o art. 43 do CTN.

O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (BRASIL, 1966, art.43)

Acrescenta-se que tal imposto é guiado pelos princípios constitucionais da generalidade, da universalidade e progressividade (BRASIL, 1998, art. 153, §2º, I).

2.4.2.2 - Imposto sobre Produtos Industrializados

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para fins de incidência, considera industrializado qualquer produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo. O fato gerador desse imposto são as seguintes situações elencadas no CTN:

Art. 46. O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador:

I - o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira;

II - a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único do artigo 51;

III - a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão (BRASIL, 1966, p. art. 46)

Tal imposto será seletivo em função da essencialidade do produto; não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores; não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior; e terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo

contribuinte do imposto, na forma da lei, de acordo com previsão no art. 153, §3º da Constituição Federal.

2.4.2.3 - Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários

O imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários ou simplesmente IOF, tem como fato gerador as seguintes situações, de acordo com a previsão no art. 63 do CTN:

- I - quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado;
- II - quanto às operações de câmbio, a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este;
- III - quanto às operações de seguro, a sua efetivação pela emissão da apólice ou do documento equivalente, ou recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável;
- IV - quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, a emissão, transmissão, pagamento ou resgate destes, na forma da lei aplicável (BRASIL, 1966, art. 63)

Tal tributo não necessita do aguardo do prazo de noventa dias (noventena) ou de o início de outro exercício civil (anualidade) para majoração de alíquota, conforme prevê no art. 150, §1º da CF.

2.4.2.4 - Imposto Territorial Rural

O Imposto Territorial Rural (ITR), que melhor será explanado na seção 2.6.3.3, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município, conforme preceitua o art. 29 do CTN. O valor que servirá como base de cálculo desse imposto é o valor fundiário do imóvel e o contribuinte é o proprietário, titular de seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título (BRASIL, 1966, art. 31).

2.4.2.5 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

Além dos tributos com caráter eminentemente fiscal, há para a União a possibilidade de intervir na economia com fins de regulação, precisamente sobre atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural derivados e álcool combustível (BRASIL, 1998, art. 177 §4º).

A CIDE, por seu caráter extrafiscal, poderá ter alíquotas diferenciadas por produto e uso. A destinação do recurso arrecadado será a pagamento de subsídios a combustíveis (derivados de petróleo, álcool e gás natural), financiamento de projetos ambientais relacionados a esses combustíveis e ao financiamento de programa de infraestrutura de transportes (BRASIL, 1998, art. 177 §4º, I e II).

Tal receita não incide sobre receita de exportação e o produto de sua arrecadação será repartido com os Estados e DF (29% do total), e desse percentual, 25% serão destinados aos municípios (BRASIL, 1998, art. 159, III e §4º).

2.4.3 Receitas estaduais

A Constituição Federal, em seu art. 155, no tocante às repartições de competências tributárias, atribuiu os seguintes impostos para os estados membros:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
III - propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) (BRASIL, 1998, art. 155)

Conforme citado no comando acima, há três impostos administrados pelos Estados, aí também incluído o Distrito Federal, quais sejam: o Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). A seguir mais detalhes de cada imposto citado.

2.4.3.1 ICMS

O ICMS tem como fato gerador a circulação de mercadorias e a prestação de serviços de transportes intermunicipais e de comunicação. Conforme preceitua no, da CF, tal imposto possui alíquotas interestaduais definidas por Resolução do Senado Federal e tem como característica marcante o fato de ser não cumulativo, isto é, a cada etapa de consumo a base de cálculo do imposto é deduzida pelo valor da aquisição da fase anterior (BRASIL, 1998, art. 155, §2º, I e IV). A lei complementar n.º 87/96, nominada “Lei Kandir”, dispõe as diretrizes desse imposto para todos os estados, e regula também as relações de competência tributária desse imposto entre os estados. Tal tributo corresponde ao maior imposto arrecadado no país e é o maior também em arrecadação para os Estados, conforme discrimina a tabela 3.

TABELA 3 - RECEITA TRIBUTÁRIA POR ENTE FEDERATIVO - 2016 E 2017 - PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM PONTOS PERCENTUAIS DO PIB

Tributo/Competência	2016	2017	Variação (p.p. do PIB)
	% PIB	% PIB	
Total da Receita Tributária	32,29%	32,43%	0,14
Tributos do Governo Federal	22,08%	22,06%	- 0,02
Contrib. para o PIS/Pasep e Cofins	4,06%	4,27%	0,21
Imposto de Renda Retido na Fonte	3,63%	3,71%	0,08
Imposto sobre Produtos Industrializados	0,67%	0,72%	0,05
Outros Tributos Federais	9,82%	9,85%	0,03
Cide Combustíveis	0,10%	0,09%	-0,01
Impostos sobre o Comércio Exterior	0,50%	0,49%	-0,01
Taxas Federais	0,14%	0,11%	-0,02
IRPJ e CSLL	3,16%	2,81%	-0,35
Tributos do Governo Estadual	8,22%	8,34%	0,12
ICMS	6,60%	6,72%	0,12
Outros Tributos Estaduais	1,62%	1,62%	-0,00
Tributos do Governo Municipal	1,99%	2,03%	0,04
IPTU	0,55%	0,59%	0,04
Outros Tributos Municipais	0,59%	0,58%	-0,00
ISS	0,86%	0,86%	-0,00

Fonte: Secretaria de Receita Federal do Brasil (2018)

Em relação aos dados apresentados acima, os campos onde constam zeros negativos (-0,00), referem-se a variações negativas inferiores a centena.

O montante total arrecadado pelo Estado a título de ICMS será repartido aos municípios na proporção de 25% do total arrecadado, sendo que desse montante, 3/4 no mínimo, são destinados aos municípios de acordo com o valor adicionado nas operações com circulação de mercadorias e prestações de serviços, e o restante conforme dispuser lei estadual, conforme disposição constitucional (BRASIL, 1998, art. 158, IV). Mais detalhes sobre as transferências de ICMS estão discriminados na seção 2.6.4.1.

2.4.3.2 IPVA

O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículos automotores. Suas alíquotas podem ser diferenciadas em razão do uso e do tipo do veículo, de acordo com previsão constitucional (BRASIL, 1998, p. art. 155, §6º, II), o que demonstra a possibilidade de utilização extrafiscal desse tributo. Ainda sobre as alíquotas, cabe o Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas, no entanto, até o presente momento não o fez, conforme atesta a justificativa do Projeto de Resolução do Senado n.º 15/2017 (SENADO, 2013). Tal imposto incide somente sobre veículos terrestres, razão pela qual os estados não podem cobrar IPVA sobre embarcações e aeronaves, de acordo com o Recurso Extraordinário n.º 379572 do Supremo Tribunal Federal (STF, 2008).

No estado do Paraná, a Lei n.º 14.260/03 regula o IPVA vinculado a veículos com fato gerador do imposto no estado e tem como uma de suas características o uso da extrafiscalidade do imposto, à medida que há diferenciação de alíquotas de 1% e 3,5%; com 1% para tipo de veículos caminhões, ônibus, e de espécie carga, entre outros, e pelo uso, como o benefício de 1% pelo uso de gás natural veicular e destinados à locação, de acordo com aquela lei (PARANÁ, 2003, art. 4º). A base de cálculo do imposto é o valor venal do veículo que, nos termos do art. 2º da Lei n.º 14.260/03, como exemplo, corresponde para veículos novos o valor total da nota fiscal de compra e, no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor

médio de mercado constante na tabela de valores venais para cálculo do IPVA, publicada por ato do Poder Executivo.

Por fim, enfatiza-se que o produto da arrecadação desse imposto é partilhado igualmente entre Estado e Município do licenciamento do veículo (BRASIL, 1998, art. 157, III), aí não computados as deduções do FUNDEB que será melhor explanado na seção 2.6.4.5.

2.4.3.3 ITCMD

O ITCMD, segundo a CF, tem como fato gerador a transmissão de bens e direitos por motivo de doação ou causa mortis, (BRASIL, 1998, art. 155, I). Tal imposto, diferente dos demais, não possui obrigação constitucional de repartição do produto de sua arrecadação com outros entes. Para o lançamento do imposto e sujeição ativa, há diferenciação entre a transmissão de bens móveis e imóveis. Para o último compete a sujeição ativa ao estado da situação do bem ou ao Distrito Federal; para o primeiro compete ao Estado em que se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal (BRASIL, 1998, art. 155, I, e §1º).

No Estado do Paraná, nos termos da Lei n.º 18.573/15, o ITCMD é tributado à alíquota única de 4% (PARANÁ, 2015, art.22). A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens e dos direitos ou o valor do título ou do crédito, transmitidos ou doados, no momento da declaração formalizada e transmitida à Fazenda Estadual (PARANÁ, 2015, art. 17).

Na sequência, explanar-se-á sobre receitas próprias e transferidas.

2.4.4 Recurso próprio e transferido

As receitas públicas podem ser distinguidas entre próprias e transferidas. As receitas próprias são aquelas em que o ente tem a atribuição constitucional de legislar sobre determinada matéria tributária e utiliza-se da arrecadação desse tributo ou

parcela desse. A receita transferida ou transferência intergovernamental é assim conceituado pelo MCASP:

As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário”, ou “recebedor”). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal. (BRASIL, 2014, p. 64)

Tal conceito ainda faz distinção entre transferência corrente e de capital, o qual a primeira se refere ao atendimento de despesas com manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, e a segunda destinados para atender despesas em investimentos ou inversões financeiras (BRASIL, 2014, p. 48 e 60).

A distinção entre receita própria e transferida tem ligação direta com o próprio modelo de federalismo fiscal, à medida que os entes federados superiores (união e estado) repartem parte da receita arrecadada com os entes inferiores (Estado ou município), e outra parte utilizam-se da própria receita.

Na próxima seção mais detalhes sobre o tema transferências.

2.5 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS

Conforme citado na seção anterior, as transferências de receitas estão intimamente ligadas ao conceito de federalismo. Essas transferências podem ser categorizadas como obrigatórias, subdivididas em constitucionais e legais; e discricionárias, subdivididas em voluntárias, para organizações da sociedade civil, por delegação e específicas. Tal categorização tem por base o Relatório de Atividades da Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

TABELA 4 - CLASSIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FISCAIS DA UNIÃO QUANTO AOS REQUISITOS LEGAIS

Categoria	Tipo	Definição
Obrigatórias	Constitucionais	São aquelas que decorrem de mandamento constitucional, são regulamentadas por lei e realizadas de forma automática, ocorrendo entre Entes Federativos.
	Legais	São aquelas cuja obrigatoriedade decorre de lei específica e regulamentação própria, ocorrendo entre Entes Federativos e para entidades privadas sem fins lucrativos.
Discrecionárias	Voluntárias	São aquelas que efetuam a entrega de recursos para Entes Federativos a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorrem de determinação constitucional ou legal, nem sejam destinados ao Sistema Único de Saúde. Elas exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas e, regra geral, requerem contrapartida financeira do beneficiário.
	Para Organizações da Sociedade Civil	São aquelas efetuadas pela administração pública para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos a título de subvenção, auxílio e contribuição, visando a consecução de finalidades de interesse público. Elas exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas.
	Por Delegação	São aquelas efetuadas entre Entes Federativos ou a consórcios públicos visando a execução descentralizada de projetos e ações públicas de responsabilidade exclusiva do concedente e exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas.
	Específicas	São aquelas cujo atendimento de requisitos fiscais pelo beneficiário é dispensado por lei, e normalmente estão relacionadas a programas essenciais de governo. Elas exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas, e a sua execução orçamentária tem caráter discricionário, apesar de algumas delas serem definidas como transferências obrigatórias ou automáticas por intermédio de leis específicas.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2015)

2.5.1 Transferências de Recursos Obrigatórios

A Constituição Federal prevê mecanismos de transferências de recursos para os outros entes federativos, sendo um dos tipos de transferências obrigatórios previstos pelo STN. As principais transferências são o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Os dois primeiros (FPE e FPM) são compostos de percentual do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, de competência da União, e transferidos aos outros entes (BRASIL, 1998, art. 159, I). A CIDE é uma contribuição da União, com características fiscais (arrecadatória) e extrafiscais (regular a atividade econômica), cuja parte do valor arrecadado é transferido aos Estados (BRASIL, 1998, p. art. 159,

III). O FUNDEB é um fundo gerido pelos estados-membros, os quais transferem recursos aos municípios, mas que também recebe recursos da União para compô-lo.

As transferências legais são reguladas em leis específicas e têm como características a transferência de recursos entre os entes federados. Nessa modalidade as principais transferências são as transferências automáticas ligadas à educação, como os programas ligados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - e o PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola); e as transferências fundo a fundo, que tem por característica a transferência de recursos de fundos federais para fundos estaduais ou municipais, originários na maior parte de repasses do SUS de acordo com previsão nas Leis n.º 8.080/90 (BRASIL, 1990a) e 8.142/90 (BRASIL, 1990b) e da área de assistência social.

Acrescenta-se que as transferências aqui citadas não são mera liberalidade da União ou do Estado, mas de caráter vinculado, como previsto no art. 160 da CF para as transferências constitucionais *“É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.”* (BRASIL, 1998, art. 160). Evidentemente que para o recebimento de recursos por parte dos entes federados há obrigações a cumprir, como o de prestar contas do valor investido ao ente transferidor.

2.5.2 Transferências de recursos discricionários

Conforme citado na Tabela 4, a transferência recursos discricionários dividem-se em voluntárias, para organizações da sociedade civil, por delegação e específicas. As transferências voluntárias, no conceito da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), consiste na entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, conforme preceitua o art. 25 daquela Lei (BRASIL, 2000).

No estado do Paraná, as transferências voluntárias são regulamentadas pela Resolução n.º 028 do Tribunal de Contas do Estado (PARANA, 2011a) e Instrução

Normativa n.º 61/2011 (PARANA, 2011b) também desse órgão. Normalmente nessa modalidade de transferência é necessária alguma contrapartida financeira do beneficiário.

As transferências a entidades de organizações da sociedade civil são aquelas realizadas pelo ente federado a entidade privada sem fins lucrativos com o objetivo de atender uma demanda de interesse público, como por exemplo, transferência de recurso público para uma Santa Casa de Misericórdia com o objetivo de aquisição de Unidades de Terapia Intensiva. Na modalidade por delegação a transferência pode ser a outro(s) ente(s) público(s) e tem por objetivo a execução de projetos ou ações de responsabilidade única da concedente. Por fim há a transferência específica, a qual os requisitos fiscais são dispensados por Lei.

Na sequência os detalhes dos recursos transferidos pela União e Estado aos municípios.

2.5.3 Transferências de recursos da União aos municípios

Na sequência detalhes das transferências de recursos de arrecadação de impostos da União aos municípios.

2.5.3.1 FPM

O Fundo de Participação dos municípios (FPM) é uma transferência de recursos da União aos municípios de origem constitucional (BRASIL, 1998, art. 159, I) e composto por 22,5% da arrecadação do Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Tal percentual é deduzido do IRRF retido pelos Estados e Municípios (BRASIL, 1998, art. 157, I, e 158, I), e o cálculo das quotas de participação desse fundo para cada estado são elaboradas pelo Tribunal de Contas da União (BRASIL, 1998, art. 161, p.u.), com base nos critérios de rateio previsto no CTN (BRASIL, 1966, art. 91).

2.5.3.2 IOF OURO

O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, ou simplesmente, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), imposto de competência da União, terá o produto de sua arrecadação repartido aos municípios na proporção de 70% quanto ao ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial, nos termos da CF (BRASIL, 1998, p. art. 153, §5º). Na circunstância citada não haverá a incidência de nenhum outro imposto e será devido na origem. Sua alíquota não será inferior a 1%.

2.5.3.3 ITR

O Imposto Territorial Rural (ITR) também de competência da União e com previsão constitucional (BRASIL, 1998, art. 153, §4º), tem por característica a progressividade (maiores alíquotas do imposto sobre propriedades maiores) e terá suas alíquotas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas. Somado a isso, tal imposto não incidirá sobre pequenas glebas rurais. Nos termos da CF, o produto de sua arrecadação é repartido em 50% com os municípios em relação aos imóveis nele situados (BRASIL, 1998, art. 158, II) e tal percentual pode ser alterado para 100%, quando o próprio município assumir as funções de fiscalização e cobrança, desde que não haja renúncia fiscal (BRASIL, 1998, art. 153, §4º, III).

2.5.3.4 Compensações da LC n.º 87/96 (Lei Kandir)

Dispõe o art. 155, §2º, X, “a” da CF sobre a não incidência de ICMS sobre operações de exportação de mercadorias e prestação de serviços a destinatários no exterior, inclusive com a manutenção do crédito de ICMS das operações e prestações anteriores. Tal renúncia de receita para os cofres dos Estados e indiretamente aos

municípios, por causa dos repasses citados na seção 2.6.4, é compensada pela União com transferências previstas no art. 31 da Lei Complementar n.º 87/96, na proporção de 75% aos Estados e 25% aos municípios, nos montantes previstos no anexo daquela Lei, com base nos mesmos critérios constitucionais de rateio previstos para o ICMS (BRASIL, 1998, art. 158, p.u.).

2.5.3.5 Royalties – Lei Federal n.º 9478/97

A CF em seu art. 20, §1º prevê que estados e municípios têm direito a participação no resultado da exploração petróleo e gás natural em seu território, conforme anotação abaixo.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração (BRASIL, 1998, art. 20, §1º)

As Leis Federais n.º 7990/89 e n.º 9478/97 estabelecem as formas e percentuais de rateio do produto da arrecadação da exploração do petróleo, xisto betuminoso e gás natural realizado pelas empresas exploradoras desses recursos. Essencialmente, conforme exemplifica o manual de Royalties da CNM, à fl. 20, há dois grupos de repasses: um grupo de rateio do produto de 5% da produção regido pela Lei n.º 7.990/1989 e outro grupo regido pela Lei 9.478/1998 trata das regras de distribuição da parcela do excedente (acima de 5%) e da participação especial (CNM, 2010, p. 20) Os repasses pela Lei 7990/85 estão detalhados na seção 2.7.4.4.

O valor excedente a 5% e participação especial estão ilustrados no quadro 1.

QUADRO 1 - PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO DA EXPLORAÇÃO DE EXCEDENTE DE PETRÓLEO E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Área de extração	Destinatário	Percentual devido
Acima de 5% Extração em terra	União	25%
	Estados produtores	52,5%
	Municípios produtores	15%
	Municípios afetados por operações de	7,5%
Acima de 5% Extração na plataforma continental	União	40%
	Estados confrontantes	22,5%
	Municípios confrontantes	22,5%
	Municípios afetados por operações de	7,5%
	FPE	1,5%
	FPM	6%
Participação Especial	União	50%
	Estados confrontantes*	40%
	Municípios confrontantes**	10%

* Municípios e Estados confrontantes são os que tem litoral relacionado a uma plataforma continental.

FONTE: Cartilha CNM, Lei n.º 9478/97 e Elaborado pelo Autor (2020)

2.5.3.6 Transferências do SUS

Assim define o art. 195, §10º da Constituição Federal:

§10º. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos (BRASIL, 1998, art. 195, §10º)

As Leis que regulam as transferências de recursos da União aos demais entes são as n.º 8080/90 e n.º 8142/90. Essa última em seu art. 3º, §2º define que os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados na proporção de 70% aos municípios brasileiros e 30% aos Estados, nos critérios definidos no art. 35 da Lei 8080/90 transcrito a seguir.

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

- I - perfil demográfico da região;
- II - perfil epidemiológico da população a ser coberta;
- III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;
- V - níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;

VI - previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;
 VII - ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo. (BRASIL, 1990, art. 35)

2.5.3.7 IRRF

Em que pese o Imposto de Renda (IR) ser de competência de União, há previsão constitucional de transferência integral do valor retido na fonte aos Estados e Municípios a eles próprios sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem. Abaixo mais detalhes dessa previsão.

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem;

(...)

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem;(BRASIL, 1998, art. 157, I e 158, I)

Como exemplo, o produto do imposto de renda retido na fonte dos servidores do estado do Paraná será destinado diretamente a esse próprio ente, pela regra constitucional de repartição de receita citada acima, mesmo que esse Estado não tenha competência para legislar sobre esse Imposto.

2.5.4 Transferências de recursos do Estado do Paraná aos municípios

Além das receitas próprias e das transferidas aos estados, há também obrigações constitucionais e legais de repartir parte do produto dessa arrecadação com os municípios situados no território desses. Além das transferências obrigatórias, há as

discricionárias, tema que será melhor explanado na seção 2.6.4.7. No exercício de 2018, o estado do Paraná transferiu aos municípios as seguintes receitas obrigatórias.

TABELA 5 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO DO PARANÁ ÀS MUNICÍPIOS - EXERCÍCIO DE 2018 (EM MILHÕES)

Receita repassada**	Valores repassados
ICMS – Repasse Líquido*	6.022,90
Fundo de exportação	104,60
Royalties do Petróleo	1,80
IPVA	1.720,50
Total repasse líquido	7.849,80

*Com a exclusão de valores do FUNDEB (mais detalhes na seção 2.6.4.5)

** Receitas transferidas líquidas dentro do exercício de 2018

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda (PARANÁ, 2018)

Conforme demonstrado na tabela 5, há nas receitas transferidas obrigatórias as seguintes receitas destinadas aos municípios: Repasse de ICMS, quota de fundo de exportação, Royalties de Petróleo e quota-parte do IPVA. Acrescenta-se que além das transferências obrigatórias há as transferências discricionárias, que para o estado do Paraná se materializam, essencialmente, nos convênios com entes públicos ou entidades sem fins lucrativos.

2.5.4.1 Repasses de ICMS aos municípios

Conforme comentado na seção 2.5.3.1, do total arrecadado do ICMS, 25% é obrigatoriamente repassado aos municípios, dos quais desse valor 75% serão destinados de acordo com o valor adicionado das operações com ICMS, de acordo com disposição constitucional. Para o cálculo do valor adicionado, é levado em consideração todas as operações e prestações que constituam fato gerador de ICMS, inclusive operações imunes e isentas ou com quaisquer benefícios, nos termos da LC n.º 87/96 (BRASIL, 1996, p. art.3º, §2º). Com base nas prestações e operações de cada município, calcula-se o índice de participação dos municípios (IPM) na proporção desses valores em relação ao total do estado.

No estado do Paraná, além do percentual de 75% citado, há mais os seguintes percentuais a serem observados no momento da distribuição do ICMS, com base no art. 1º da Lei Estadual n.º 9491/90:

- I. 8% da produção agropecuária de cada município em relação ao total do estado;
- II. 6% da proporção do número de habitantes da zona rural dos municípios em relação a população rural total do estado;
- III. 2% da proporção do número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado;
- IV. 2% da proporção da área territorial do município em relação ao estado;
- V. 2% rateado igualmente entre todos;
- VI. 5% de municípios que abriguem em seu território com unidade de conservação ambiental e/ou unidade de mananciais de abastecimento público, com a divisão de 2,5% para cada uma dessas unidades (PARANA, 1990, art. 1º)

A operacionalização das transferências de ICMS, por disposição contratual, é realizada atualmente pelo Banco do Brasil, que recebe o tributo e o distribui ao município correspondente, nos percentuais acima descritos. A distribuição ocorre semanalmente no primeiro dia útil da semana subsequente aos recolhimentos, mediante Ofício da SEFA/PR, conforme dispõe o item 3, anexo IX de Contrato n.º 003/2016-SEFA celebrado entre Banco do Brasil e SEFA (PARANA, 2016, item 3).

2.5.4.2 Repasses de IPVA aos municípios

Conforme citado na seção 2.5.3.2, o IPVA também é imposto de competência estadual e tem por incidência a propriedade de veículo automotor. Tal tributo é compartilhado na proporção de 50% entre o município do registro do licenciamento e estado. Por disposição do Código de Trânsito Brasileiro, todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, registro de permitirá a emissão do licenciamento anual do veículo e servirá de parâmetro para a transferência do IPVA aos municípios, (BRASIL, 1997, art. 120 e 130).

Com tal registro e licenciamento, o fisco tem informações e dados cadastrais que permitem o lançamento do imposto e a partilha no recolhimento. No estado do Paraná o DETRAN/PR é órgão responsável por manter o cadastro de veículo da

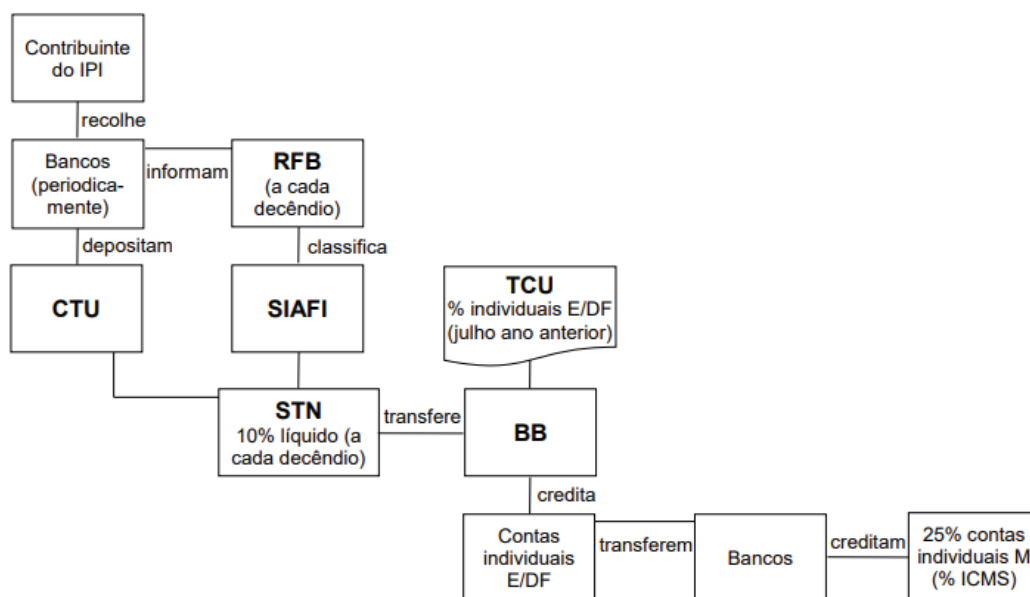
Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) atualizado, nos termos do art. 7º, §1º, I da Lei 14260/03 (PARANÁ, 2003). A operacionalização da transferência de recursos de IPVA é realizada pelo Banco do Brasil, conforme disposição contratual entre Estado do Paraná e Banco do Brasil citada anteriormente.

2.5.4.3 Repasses do Fundo de Exportação

A Constituição Federal prevê a transferência do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de competência da União aos Estados e Distrito Federal, no percentual de 10%, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, (BRASIL, 1998, art. 159, II). Tal transferência deve ser repassada dos estados aos municípios integrantes desses na proporção de 25%, com base no valor adicionado e demais critérios de distribuição do ICMS (BRASIL, 1998, art. 159, §2º e §3º). O cálculo da participação de cada estado nesse repasse é realizado pelo Tribunal de Contas da União.

A figura 1 ilustra o funcionamento do fundo de exportação.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDO DE EXPORTAÇÃO



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2018, p. 5)

Na Figura 1, percebe-se que o contribuinte efetua recolhimento do tributo na rede bancária, que por sua vez esse (os bancos) deposita o tributo na CTU (conta única do Tesouro Nacional) e informam à Receita Federal do Brasil (RFB) do recolhimento, que as processa por meio do sistema SIAFI. Posteriormente a STN (Secretaria do Tesouro Nacional), por meio das informações do SIAFI, transfere da CTU o percentual devido a cada estado (quota de 10%) ao Banco do Brasil (BB). O BB efetua o repasse dessa quota na conta bancária individual de cada estado membro, com base nas informações de rateio repassadas pelo TCU. A transferência da União ao Estado já é liquida de parcelas do FUNDEB (Seção 2.6.4.5) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Por fim, os estados e DF repassam o percentual devido aos municípios.

2.5.4.4 Repasses dos Royalties da Lei Federal n.º 7990/89

A Lei n.º 7990/89 prevê que empresas produtoras de petróleo, xisto betuminoso e gás natural efetuem compensações financeiras aos Estados e Municípios onde ocorrerem a extração ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque e desembarque daqueles recursos, bem como dos recursos extraídos na plataforma continental daqueles entes (BRASIL, 1989, art. 7º). Tal previsão tem fundamento no art. 20, §1º da CF, já que estados e municípios têm direito a participação no resultado da exploração petróleo e gás natural em seu território (BRASIL, 1998, art. 20, §1º).

Tal compensação corresponde a 5% do total produzido e será efetuada mensalmente diretamente ao ente federado devido (estado e município). Da parcela dos estados, há ainda a transferência a seus municípios, distinguindo-se entre os extraídos em terra e na plataforma continental. A repartição desses recursos está discriminada no quadro 2.

QUADRO 2 - PERCENTUAL DE RATEIO ENTRE ENTES DO PRODUTO DOS ROYALTIES
DA LEI 7990/90

Área de extração	Percentual de rateio (%)	Transferência a municípios (%)
Extração em terra	70% para Estados/DF produtores	25% repassado aos municípios dos
	20% municípios produtores (independente do	
	10% municípios onde houver instalação de	
Extração na plataforma continental	10% para Ministério da Marinha	
	30% para Estados/DF produtores	25% repassado aos municípios dos
	10% municípios onde houver instalação de	
	30% municípios produtores e suas áreas	
	8% para FPE e 2% para FPE	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) e Lei n.º 7.990/90

Os estados transferirão da compensação financeira citada 25% aos municípios, observados os mesmos critérios de rateio para o ICMS (BRASIL, 1989, art. 9º).

2.5.4.5 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização aos Profissionais da Educação (FUNDEB)

Além das receitas próprias e dos recursos transferidos pelos estados, há também nas receitas transferidas a presença do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização aos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, fundo especial de natureza contábil e gerido pelos estados, destinado a investimentos e custeio para a educação básica. Tal fundo não corresponde a uma receita propriamente dita, mas é formado pela dedução de receitas dos impostos, transferências para os estados e mais complementação da União. Assim estabelece o art. 60, II, do ato de disposição constitucionais transitórias (ADCT) da CF a respeito do FUNDEB:

II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos **por 20% (vinte por cento) dos recursos** a que se referem os **incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158;** e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (BRASIL, 1998, art. 60, II)

Os recursos a que se referem o dispositivo acima são: ICMS, IPVA, ITCMD, ITR (Imposto Territorial Rural), IPVA quota município, ICMS quota município, FPM (Fundo de Participação dos Municípios), FPE (Fundo de Participação dos Estados) e repasse do fundo de exportação. Para cada recurso citado, aplica-se o percentual de 20% e destina-se a receita ao fundo. Dessa forma, todas as transferências obrigatórias estaduais aos municípios se sujeitam à dedução do FUNDEB.

O fundo repassará os valores aos municípios na proporção dos alunos matriculados no ensino básico presencial. A União também complementarará o fundo previsto com no mínimo 10% do total dos recursos citados. (BRASIL, 1998, art. 60, VII, “d” ADCT). O fundo também conta com o limite mínimo de 60% para destinação ao pagamento de profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

2.5.4.6 Convênios firmados com a União

Os convênios firmados com União e outros órgãos ou entidades são regulados por meio do Decreto Federal n.º 6170/07, que assim define convênio em seu art. 1º, §1º, I:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - convênio - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, **visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação** (BRASIL, 2007, art. 1º, §1º, I, grifo nosso).

Na definição do Decreto, os convênios com a União têm por objetivo execução de programa de governo em que haja interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. No art. 2º desse Decreto há uma listagem de vedações a ser obedecida nas celebrações de convênios com a União, e em seu art. 6º há referência das cláusulas obrigatórias para quaisquer convênios, quais sejam, a indicação da forma pela qual a

execução do objeto será acompanhada pelo concedente e a vedação para o conveniente de estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais.

Nos convênios com a União será necessária intermediação de transferência de recursos por instituição financeira oficial, seja federal, seja estadual, por meio de conta bancária específica para cada convênio (BRASIL, 2007, art. 6º). Informa-se ainda que os convênios com a União terão sua celebração, liberação de recursos, acompanhamento e prestação de contas registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, com acesso aberto ao público na rede mundial de computadores, disponível em “<http://plataformamaisbrasil.gov.br/>”, acesso em 21/12/2019. Por fim, acrescenta-se que, independente do ente federado, os convênios podem ser classificados como obrigatórios, quando resultantes de determinação constitucional ou legal, ou ainda voluntários, quando celebrado mediante a discricionariedade do ente que transfere o recurso e mediante, normalmente, a alguma contraprestação do beneficiário (CLP, 2020)

2.5.4.7 Convênios firmados com o Estado do Paraná

Como já citado na seção 2.6.2, a Resolução n.º 028/2011 e a Instrução Normativa n.º 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado regulam as transferências voluntárias efetuadas pelo estado do Paraná, entre elas os convênios. Tais convênios podem ser celebrados com os municípios e suas entidades (autarquias, fundações, etc.) ou ainda com entidades privadas sem fins lucrativos, todos com um objetivo específico e com metas a serem cumpridas. Nos convênios não há interesses divergentes, mas propósitos comuns a serem alcançados pelas duas partes, o que pode ser diferente conceitualmente de um contrato. A Decisão n.º 686/98 do Tribunal de Contas da União, citada no acórdão TC 024.140/2006-6 do mesmo órgão, faz distinção conceitual entre contrato e convênio:

Enquanto os contratos abrangidos pela Lei n. 8.666/1993 são necessariamente precedidos de licitação – com as ressalvas legais – no convênio não se cogita de licitação, pois não há viabilidade de competição quando se trata de mútua colaboração, sob variadas formas, como repasse de verbas, uso de equipamentos, de recursos humanos, de imóveis, de ‘Know-how’. Não se

cogita de preços ou de remuneração que admita competição.’ Decisão n. 686/1998 Plenário (Voto do Ministro Relator). (BRASIL, 2006)

No estado do Paraná, conforme dados da transparência do Estado, há cerca de 3.596 convênios com sua situação formalizada ou em execução, com o total previsto de repasses de cerca de 2,721 bilhões⁶. Tais dados se referem a entes a convenientes públicos e privados e como concedente órgãos e entidades do Estado do Paraná. Informa-se que os detalhes dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná com municípios podem acessados no portal da transparência do Paraná, no endereço eletrônico www.transparencia.pr.gov.br (PARANA, 2020).

Na próxima seção informações sobre os consórcios públicos.

2.5.5 Consórcios Públicos

Os consórcios públicos consistem em forma de contratação realizada entre entes públicos para a realização de objetivos de interesse comum. Conforme dispõe a Lei n.º 11107/05, nos consórcios podem participar municípios com outros municípios, municípios e estados ou ainda todos os entes federados (BRASIL, 2006, art. 1º). A constituição do consórcio é realizada por contrato dependente de prévia subscrição de protocolo de intenções entre os entes envolvidos, o qual devem estabelecer a denominação, finalidade, a área de atuação, prazo de duração e demais normas de funcionamento (BRASIL, 2006, art. 4º). Há também a necessidade da constituição do contrato de programa entre os consorciados nos casos em que há prestação de serviço público ou qualquer tipo de transferência (BRASIL, 2005, art. 13, §5º).

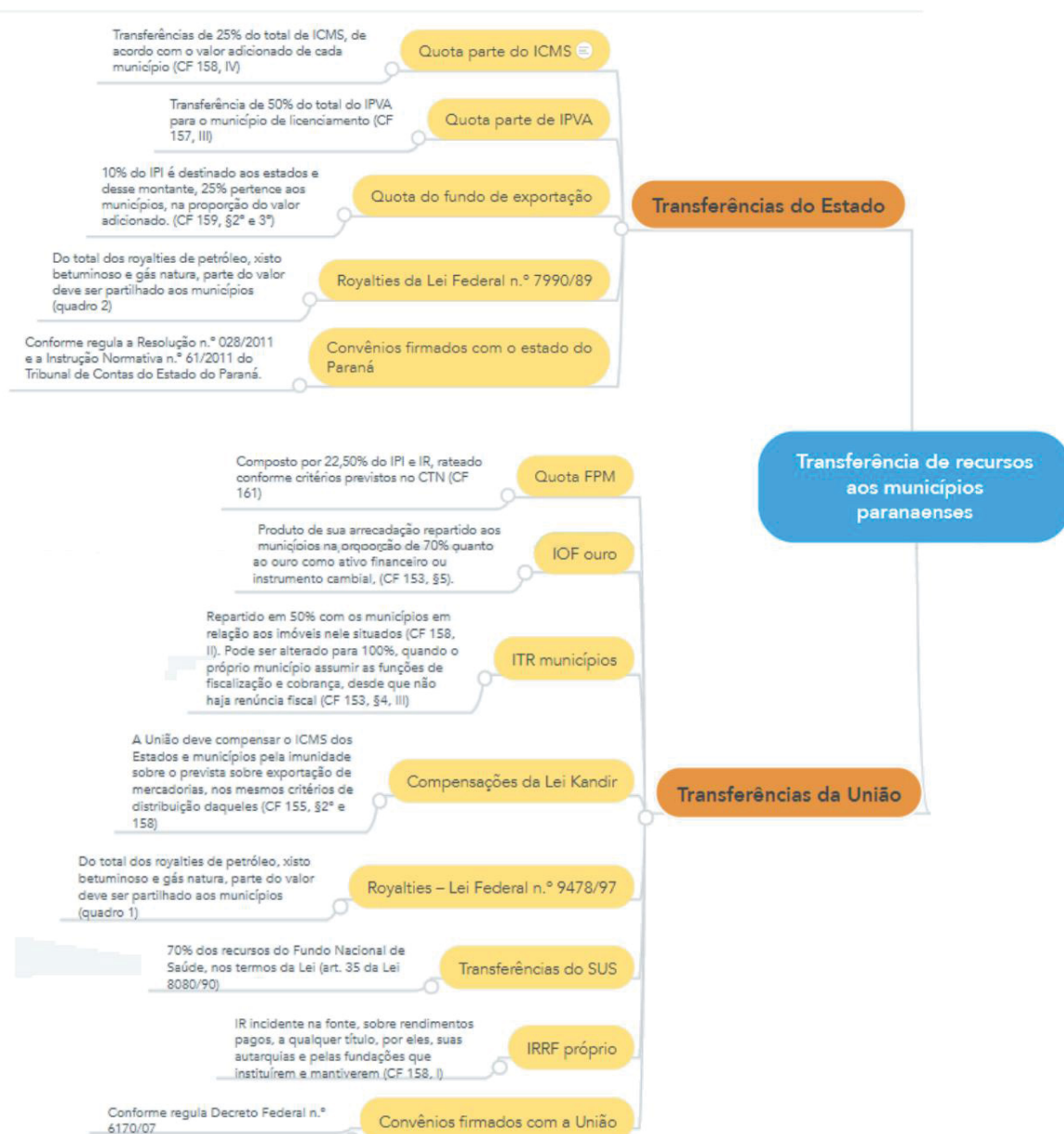
Ressalta-se que nesse contrato entre entes públicos não há permissão a transferência direta de recursos financeiros dos entes envolvidos ao consórcio, exceto na possibilidade de contrato de rateio, formalizada a cada exercício financeiro, vedada a destinação a despesas genéricas (BRASIL, 2005, art. 8º). Sem o contrato de rateio, há possibilidade de doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e

⁶ PARANÁ BRASIL. Convênios do governo estadual. Disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/convenios?windowId=c75>. Acesso em: 14 jul. 2019.

as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos, e ainda a cessão de servidores (BRASIL, 2005, art. 4º, §3º e §4º). Tal modalidade não se confunde com a criação de novo ente federado, mas consiste sim em uma forma de organização ou contratação entre entes federados para consecução de fins comuns, como por exemplo, a constituição de um consórcio para prestação de serviços públicos de saúde.

Por fim, a figura 2 com o mapa mental a breve síntese das receitas transferidas aos municípios.

FIGURA 2 - MAPA MENTAL COM SÍNTESE DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AOS MUNICÍPIOS



FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Na próxima seção, explicar-se-á sobre as competências e responsabilidades dos municípios no tocante ao gasto público.

2.6 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS NO TOCANTE AO GASTO PÚBLICO.

A Constituição Federal, em seu art. 30, estabelece as competências aos municípios no tocante à prestação do serviço público, bem como a forma de investir os recursos públicos arrecadados e transferidos. Abaixo algumas das atribuições constitucionais dos municípios.

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- ~~VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;~~
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)**
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;**
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (BRASIL, 1998, art. 30, grifo nosso)

Além das competências citadas, há de observar também as competências comuns da União, estados e municípios elencados no art. 23 da CF, conforme transcrição abaixo:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

~~V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;~~

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.(BRASIL, 1998, art. 23)

Além das competências constitucionais atribuídas aos municípios, a própria CF e legislação infraconstitucional estabelecem valores mínimos de investimentos para determinadas áreas do serviço público, bem como limites de gastos para outros. Para despesas com saúde, por exemplo, será 15%, no mínimo, da arrecadação dos impostos de competência própria (IPTU, ISS E ITBI), recursos obrigatórios transferidos dos Estados (quota de ICMS e IPVA) e União (IRRF e quota ITR), FPM, e quota do IPI exportação; nos termos da LC 141 (BRASIL, 2012, art. 7º). Para os gastos em educação, os municípios deverão aplicar 25% do total arrecadado, de acordo com disposição constitucional (BRASIL, 1998, art. 213).

O próprio ente federado se obriga a investir por meio de metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (BRASIL, 1998, art. 165, §2º). Há ainda limites máximos de gastos com pessoal determinados na legislação pátria, que para os municípios corresponde a 54% do total para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000, art. 20, III).

Na próxima seção explanar-se-á sobre a temática de desenvolvimento humano e índices de desenvolvimento humano.

2.7 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O desenvolvimento humano pode ser conceituado como a expansão da capacidade das pessoas de escolherem o tipo de vida que querem levar. Segundo no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o desenvolvimento humano é “o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter” (PNUD, 2013, p. 23). Percebe-se nesse conceito o não foco no acúmulo de riqueza, mas a possibilidade de expansão das escolhas das pessoas. Dentro dessa perspectiva, o crescimento econômico é apenas um meio para as pessoas exercerem de melhor forma suas escolhas.

Como forma de mensurar o desenvolvimento humano, criou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como melhor será explanado na sequência.

2.7.1 Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH foi criado em 1990 pelos economistas Mahbub Ul Haq e Amartya Sen, e tem por objetivo ser uma medida de avaliação de desenvolvimento humano de determinado grupo de pessoas, índice com publicação anual pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e também tem por objetivo ser sintético e de fácil compreensão.

Tal índice é quantificado pela variação de 0 (zero) a 1 (um), e quanto maior seu valor, melhor o desenvolvimento humano respectivo. Leva em consideração não somente o elemento do desenvolvimento econômico, mas também os elementos de vida longévola e acesso ao conhecimento. Dessa forma, o IDH surge como crítica ao tradicional Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o qual considera somente a dimensão econômica de desenvolvimento e utilizado como referência até então.

O IDH é constituído por três dimensões, quais sejam: IDH-renda, IDH-educação e IDH-saúde (ou IDH-longevidade). O primeiro tem por base a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em

valores de dólar (US\$). O segundo se baseia no acesso ao conhecimento (educação) e tem sua mensuração pela média de anos de educação de adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar. A última dimensão tem por base a expectativa de vida da população ao nascer. Tais dimensões tem o mesmo peso na composição do IDH geral.

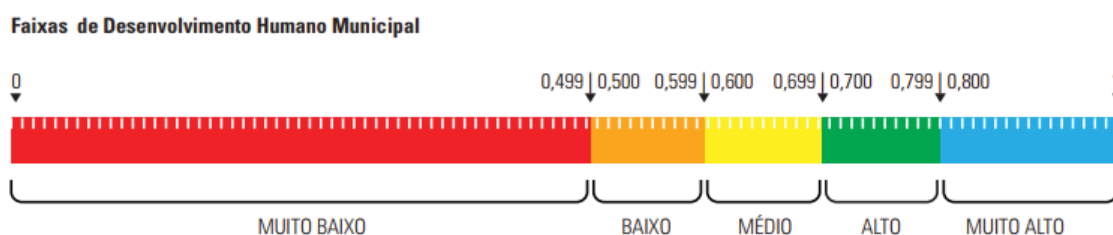
Além do IDH de referência mundial, diversos países no mundo, como China, Argentina, Gâmbia, e também o Brasil, adaptaram o índice citado a sua realidade local, constituindo IDHs subnacionais. O Brasil desde o ano de 1998 têm adaptado esse índice à sua realidade com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - “IDHM” - conforme será explicado a seguir.

2.7.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Como citado acima, o IDHM é um índice de desenvolvimento em que leva em consideração a realidade brasileira e tem por base o IDH global. Apesar dos primeiros trabalhos desenvolvidos em 1998, no ano de 2013 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o PNUD Brasil e a Fundação João Pinheiro desenvolveram uma versão mais sólida do IDHM, considerando os 5.565 municípios do Brasil, com a adaptação do IDH global referente ao ano de 2010 e base nos dados do censo demográfico de 2010. Com base na mesma metodologia, recalculou-se o IDHM para os anos de 1991 e 2000, levando em consideração as alterações territoriais municipais ocorridas no período.

O IDHM também segue as três dimensões do IDH global (longevidade, educação e renda), e leva em consideração a disponibilidade de indicadores brasileiros disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). À semelhança do IDH, o IDHM também é um índice com valores entre 0 e 1, de forma que quanto maior o desenvolvimento humano, maior será o índice. Como forma de comparação e possibilidade de estabelecimento de metas, o IDHM é dividido em faixas, quais sejam: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. A figura 3 demonstra melhor essa divisão.

FIGURA 3 - FAIXAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL



FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

2.7.2.1 Metodologia de cálculo do IDHM

Como já citado, o IDHM possui três dimensões de avaliação (longevidade, educação e renda), os quais se calcula a média geométrica (raiz cúbica do produto dos 3 IDHMs) dessas três dimensões para se chegar no índice, conforme demonstra-se na fórmula abaixo:

$$\text{IDHM} = \sqrt[3]{(\text{longevidade} \times \text{educação} \times \text{renda})}$$

Legenda

Longevidade: IDHM na dimensão longevidade

Educação: IDHM na dimensão educação

Renda: IDHM na dimensão renda

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

Para cada dimensão há uma forma específica de se calcular o IDHM respectivo com pesos para cada componente. No IDHM longevidade leva-se em consideração a expectativa de vida ao nascer no município, calculada por método indireto a partir de tábuas de sobrevivência padrão, ou seja, calculada a partir de informações disponíveis em registros e censos demográficos do IBGE do município respectivo (PNUD, 2013, p.

46). A expectativa de vida ao nascer indica o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantido os padrões verificados no ano de referência.

Tal indicador demonstra o nível de mortalidade e riscos de morte que podem atingir a população dos municípios e demonstra as condições socioeconômicas dessa população. Variações no IDHM longevidade pode sugerir melhora ou piora nas condições de acesso a serviços de saúde da população, e por isso, tal índice é relevante aos gestores públicos. No Brasil, O IDHM longevidade passou de 0,662 em 1991 para 0,816 em 2010, ou seja, aumento absoluto de 0,154 no período, o que corresponde a um aumento 9,2 anos na expectativa média de vida ao nascer dos brasileiros (PNUD, 2013a, p. 47). O peso desse subíndice é equivalente a 1 (um).

No IDHM educação, há dois subíndices que o compõe: A escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. O primeiro subíndice considera o percentual de pessoas com idade igual ou superior a 18 anos que completaram o ensino fundamental. Sua importância reside à medida que reflete o funcionamento do sistema educacional passado e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental. O segundo subíndice demonstra a população com idade escolar em quatro momentos de sua formação, quais sejam: entrada no sistema educacional (5 a 6 anos), finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (11 a 13 anos), e conclusão do ensino fundamental (15 a 17 anos) e do ensino médio completo (18 a 20 anos).

Com esses dois subíndices, considera-se o peso 1 para o subíndice escolaridade da população adulta e peso 2 para subíndice fluxo escolar da população jovem (calcula-se a média aritmética das quatro faixas etárias de fluxo escolar). Na sequência multiplica-se o primeiro subíndice e duas vezes o segundo e calcula-se daqueles subíndices sua média geométrica (ou a raiz cúbica do produto dos dois) para se aferir o valor do IDHM educação. Os dados de origem desses subíndices são coletados do censo demográfico do IBGE. A fórmula de cálculo de subíndice está melhor discriminada no quadro 3.

Para o IDHM renda, sua aferição é realizada por meio da renda municipal per capita, isto é, o total dos rendimentos dos habitantes do município dividido pelo número de habitantes desse, inclusive crianças e aqueles que não têm nenhum tipo de

rendimento. No cálculo da média leva-se em consideração uma fórmula logarítmica que aproxima os maiores valores de renda per capita dos menores. No Brasil, esse subíndice passou de 0,647 em 1991 para 0,739 em 2010, variação, em termos absolutos, de 0,092, no período, o que corresponde a um ganho de R\$346,31 na renda per capita dos brasileiros (PNUD, 2013, p. 75). O peso desse subíndice é um.

Com o objetivo de melhor elucidar os três índices e suas metodologias de cálculos, abaixo o quadro 3.

QUADRO 3 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IDHM PARA CADA COMPONENTE

SUBÍNDICE	O QUE MENSURA	FONTE DE DADOS	PESO	CÁLCULO
Longevidade	Esperança de vida ao nascer	Tábuas de sobrevivência padrão, (registros e censos demográficos do IBGE)	1	IDHML = (valor observado – valor mínimo*) / (valor máximo** – valor mínimo)
Educação	A escolaridade da população adulta	(a) % de pessoas com idade igual ou superior a 18 anos que completaram o ensino fundamental	1	Média aritmética (b) = (1 + 2 + 3 + 4) / 4 IDHME = $\sqrt[3]{(a \times b \times b)}$
	Fluxo escolar da população jovem	(b) 1. População com idade escolar na entrada no sistema educacional (5 a 6 anos); 2. finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (11 a 13 anos); 3. conclusão do ensino fundamental (15 a 17 anos) e 4. do ensino médio completo (18 a 20 anos)	2	
Renda	Renda municipal per capita	(c) total dos rendimentos dos habitantes do município dividido pelo número de habitantes desse (Censo Demográfico do IBGE)	1	IDHM-R = [ln (c) – ln (valor mínimo de referência*)] / [ln(valor máximo de referência**) – ln (valor mínimo de referência)]

*Valor mínimo de referência: Refere-se ao menor valor de referência para determinado subíndice, para longevidade equivale a 25 e para o de renda é R\$ 8,00 (Atlas 2013);

**Valor máximo de referência: Refere-se ao maior valor de referência para determinado subíndice, para longevidade equivale a 85 e para o de renda é R\$ 4.033,00 (Atlas 2013);

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano e elaborado pelo autor (2020)

A fórmula de cálculo do IDHM não é a mesma do IDH global, apesar das semelhanças, como por exemplo as três dimensões consideradas. Abaixo o quadro com as diferenças dos dois índices.

QUADRO 4 - DIFERENÇAS ENTRE O IDH GLOBAL E O IDHM

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo	5-6 na escola 11-13 nos anos finais do fundamental 15-17 com fundamental completo 18-20 com médio completo	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional per capita (US\$ ppp2005)

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD, 2013)

A maior diferença entre os índices é a fonte de dados. Para o IDHM todos os dados são extraídos do censo demográfico do IBGE, ao passo que para o IDH global são extraídos do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Instituto de Estatísticas da UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Acrescenta-se ainda que para cada subíndice há também diferenças metodológicas, como por exemplo o IDH educação leva-se em consideração a média de estudos das pessoas com mais de 25 anos, ao invés da conclusão do ensino fundamental, e para o IDH renda considera-se a renda nacional per capital e não a renda municipal per capital.

O Atlas 2013 ressalta ainda que o IDHM não abrange todas os aspectos do desenvolvimento humano, como felicidade das pessoas, mas sintetiza três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano, e põe em discussão formas de avaliação desse desenvolvimento para o Brasil.

Na sequência comentar-se-á a relação sobre transferência de recursos entre entes federados e seu reflexo em índices de desenvolvimentos, com base em pesquisa bibliográfica realizada.

2.8 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ENTRE ENTES FEDERADOS E ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A respeito do tema pesquisado, o trabalho mais antigo é o de (SCHLESINGER, 2005) que analisou a correlação entre transferências de recursos entre entes federados com necessidades sociais básicas na área de saúde e educação, e também a correlação entre transferências e com os tipos de gastos municipais e suas necessidades. Para tanto, delimitou no trabalho os municípios das regiões do norte pioneiro e sudoeste do Paraná e considerou como receitas transferidas o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), oriundo da União, e a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo do Estado. Como base de dados, utilizou-se a base pública disponível na Secretaria do Tesouro Nacional, IBGE, IPARDES, e Secretaria de Fazenda do Paraná (SEFA/PR).

Como principal conclusão do trabalho, o autor afirma que as transferências, em regra, não condicionam a forma dos gastos, e estes últimos parecem distantes de se vincularem às necessidades, ou seja, não há uma relação direta entre transferência e gastos municipais. Informa que ao analisar as correlações de Pearson entre as transferências e os investimentos, concluir que estas são fracas para as duas mesorregiões, no entanto o Sudoeste demonstrou correlações fortes entre as transferências do FPM e as necessidades em educação. Em relação as duas mesorregiões analisadas, o autor afirma que seus gastos per capita são muito próximos, subtraídas as transferências vinculadas (aquelas em que legislação determina a transferência de recursos), e ainda que o norte pioneiro é mais dependente para financiamento de suas despesas do que o Sudoeste, em termos per capita. Apesar de citar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na pesquisa, não se trabalhou com essa informação em seu levantamento quantitativo e também não se avaliou em suas conclusões a melhora ou piora na qualidade de vida dos cidadãos e sua ligação com as transferências intergovernamentais.

Em que pese a pesquisa citada não se tratar especificamente de impacto na qualidade de vida dos cidadãos, (SCARPIN; SLOMSKI, 2007), em seu artigo, criaram modelagem para determinar o valor futuro do IDHM para os municípios do Paraná, com base em dados contábeis atuais e outras variáveis. Os dados utilizados pelos pesquisadores se assemelham com a pesquisa anterior (exceto os da SEFA), com o acréscimo dos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) disponível no portal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No desenvolvimento dos trabalhos, há dois modelos de regressão: um com IDHM total como variável dependente e demais variáveis independentes (modelo 1); outro com regressão para as três dimensões do IDHM (renda, longevidade e educação) e a média aritmética desses três (modelo 2). As defasagens mais comuns foram entre três e quatro anos, dependendo da variável utilizada, entre o exercício da despesa e o IDHM, com a premissa de que o gasto gerado demora determinado espaço de tempo para surtir resultados na qualidade de vida do cidadão.

Concluem os autores que IDHM previsto (atual e variável dependente) possui relação com as variáveis de IDHM passado, distância em relação à capital, altitude, nível de população rural, receita tributária, despesa com pessoal, despesa com saúde e saneamento, investimentos e gastos com indústria e comércio. Dentro da mesma linha conclusiva, verifica-se que as informações contábeis possuem relevância na determinação do IDHM e no “modelo 1” evidencia-se que o comportamento de todas as variáveis é positivo em relação ao IDHM, e para o modelo 2 a maioria das variáveis possuem correlação positiva, com exceção das variáveis “População Rural” e “Indústria e Comércio”. Percebe no trabalho que não há análise específica para transferências intergovernamentais, tão somente o compute de receitas globais para fins de modelagem.

Ainda com relação às transferências (SOARES; GOMES; FILHO, 2011) estudaram as transferências de recursos estaduais para municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No estudo, investigou-se a relação entre a arrecadação de ICMS oriunda do movimento econômico daquela região e as transferências da cota-parte do ICMS repassada pelo governo estadual aos municípios. No artigo utilizaram-se informações da SEFA/PR; IBGE; FINBRA; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); IPARDES. Para análise da dependência do ICMS

aos municípios, criou-se 3 índices comparativos entre os municípios citados: ICMS Arrecadado dividido pela população, o ICMS transferido dividido pela população e Receita de ICMS do município dividido pela Receita total desse ente. O Período de análise se refere a 2004 a 2007.

Como resultado da pesquisa, comprovou-se a importância que o tributo tem na política fiscal e nos orçamentos públicos, especialmente naqueles municípios de menor porte, em que sua existência depende em boa parte dessa fonte de recurso. Na pesquisa os autores demonstram que a quota parte do ICMS é a parcela mais importante das receitas municipais (individualmente analisada), reforçando assim a importância dessa transferência nos orçamentos dos municípios. Apesar da importância demonstrada, houve queda no período analisado de 7% do total transferido de ICMS total à RMC. Nesse trabalho não se analisou a influência das transferências do ICMS na qualidade de vida das pessoas.

Em estudos mais recentes sobre o tema desse trabalho, (MATTEI; BEZERRA; MELLO, 2018) estudaram a contribuição das despesas públicas per capita por funções para o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros. As fontes de dados utilizadas no artigo foram do IBGE, PNUD e IPEADATA. Observa-se metodologicamente que a despesa pública foi considerada com defasagem de 5 anos em relação a referência do IDHM, com a premissa de que é necessário algum tempo para que o investimento público reflita na qualidade de vida das pessoas. Efetuaram-se duas análises (regressões) principais: uma com as despesas totais do estado e outra com regressões isoladas por despesas.

O resultado do trabalho demonstra relação positiva entre variáveis despesas e IDH, ou seja, aumento das despesas públicas contribuem para a melhora no IDH. No estudo detalhou-se os tipos de despesas e verificou-se que há correlação positiva significativa para despesas em educação e saúde em relação ao IDH. As despesas com assistência, previdência, segurança e transporte também se apresentaram significativas quando analisadas de forma isolada. Apesar do relacionamento de despesas e IDH, no trabalho não relacionou especificamente as transferências intergovernamentais ao IDHM.

No ano de 2016, (OLIVEIRA, 2016) analisou a relação entre os gastos sociais e IDHM dos municípios paranaenses para os anos 2000 a 2010. As fontes de dados utilizadas para o desenvolvimento do trabalho foram da FINBRA, IPEAdata, PNUD e IPARDES. Para o desenvolvimento do trabalho estratificou-se o tamanho dos municípios citados em pequenos; pequenos-médios; médios; médios-grandes; grandes. Não se computou a totalidade dos municípios para a análise quantitativa (perda de 27 municípios), já que não há valores disponíveis para todas as variáveis.

No resultado da pesquisa afirma-se que investimentos públicos são importantes para o desenvolvimento dos municípios, onde o IDHM e seus componentes apresentaram maior elasticidade à despesa em educação (correlação positiva). Constatou-se que os municípios próximos a capital Curitiba tendem a possuir piores desempenhos no IDHM. Os Municípios menores apresentaram gastos em educação per capita superior ao grupo dos municípios maiores e os municípios que conseguiram elevar seu índice de desenvolvimento humano no período analisado obtiveram o resultado por meio de despesas em educação e cultura, na maioria dos casos, superiores à média do grupo, tanto a nível absoluto quanto a per capita. Ainda como resultado da pesquisa, a relação dos gastos públicos com o IDHM não é forte ao ponto de gerar grandes alterações no índice. No trabalho ainda se verificou que fatores locais como densidade populacional e distância da capital também são capazes de alterar o IDHM. Apesar do relacionamento de gastos e IDHM, o trabalho não relacionou especificamente as transferências intergovernamentais a esse índice.

Ainda no ano de 2016, (DEDA; KAUCHAKJE; CORREIA, 2016) investigaram os possíveis impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e das transferências intergovernamentais, representadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), na alocação dos gastos com investimento e com pessoal nos municípios paranaenses. Utilizou-se nesse trabalho, diferente das demais referências citadas até agora, o Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), bem como dados disponíveis no portal IPARDES e FINBRA. No levantamento quantitativo, utilizaram-se 321 municípios na amostra.

Os autores chegaram ao resultado de que a dependência das transferências (FPM) promove um impacto positivo na alocação dos gastos com investimento em detrimento dos gastos com pessoal, entretanto a LRF suscita um efeito contrário, à

medida que estimula os entes federativos a alocarem uma maior parcela dos seus gastos com pessoal e tal fato pode vir acompanhado de redução de gastos com investimentos. Nos modelos percebem-se que municípios menores gastam mais com pessoal e investem menos do que os municípios maiores. Os estudos de transferência se limitaram ao FPM e não incluíram outro tipo de transferência.

Posteriormente a esses trabalhos, (TERNOSKI; RIBEIRO; CLEMENTE, 2017) analisaram a relação dos investimentos realizados nas áreas de educação e saúde com o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) nos municípios do Estado do Paraná. A fonte de dados é a mesma do trabalho analisado anteriormente. Trabalhou-se com a amostra de 282 municípios nesse artigo. Nesse trabalho chega-se ao resultado de que as variáveis analisadas possuem correlação positiva e significativa com o IPDM, o que sugere a existência de uma associação entre os gastos sociais e o indicador de desenvolvimento social. Tal trabalho não foca diretamente transferências intergovernamentais em si, mas as consideram para fins de impacto no IPDM. Analisou-se no trabalho os gastos per capita em saúde e educação somente.

Ainda no mesmo ano, (BRUM, 2017) analisa a correlação entre o IDHM, em seus três elementos (renda, educação e longevidade), e os montantes que foram transferidos (de forma voluntária) pela União aos municípios gaúchos entre o ano de 2012 e outubro de 2017. Os dados utilizados no trabalho foram encontrados no PNUD e SICONV. O autor diferencia as transferências em: Constitucionais, legais (essas vinculadas ao ente que envia os recursos) e voluntárias (celebradas com discricionariedade pelo administrador), com o foco nas transferências voluntárias. Em suas conclusões afirma não há relação entre os recursos federais transferidos a título de transferências voluntárias e o IDHM em nenhum de seus desdobramentos.

Os pesquisadores Lucca e Floss (LUCCA; FLOSS, 2017) analisaram o destino dos recursos do FUNDESPORTE (Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte do Estado de Santa Catarina) entre março de 2005 e dezembro de 2011 e também a correlação entre indicadores socioeconômicos regionais e a quantidade de recursos recebidos nas diversas regiões daquele Estado. Nessa análise, verificou-se a quantidade de projetos, bem como o percentual de repasse entre os subprogramas de desenvolvimento do esporte (SDE) e as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). Investigou-se ainda a correlação entre o valor do IDH, o percentual da arrecadação de ICMS oriundo

do movimento econômico das regiões e o percentual de repasse do FUNDESPORTE às SDRs. Os dados utilizados no trabalho têm origem no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina (SIGEF-SC); PNUD; Secretaria de Fazenda de Santa Catarina (SEFAZ/SC).

Como resultado do artigo, percebeu-se que o subprograma de esporte de rendimento obteve a maior quantidade de projetos pagos e o maior percentual de repasse de recursos; verificou-se ainda que a SDR que recebeu o maior volume de recursos providos do FUNDESPORTE foi a Grande Florianópolis e; que existe uma correlação positiva e significativa entre os repasses do fundo às SDRs e o IDH e entre os repasses do fundo às SDRs e o ICMS. Verifica-se que os maiores valores de IDH tendem de forma moderada a se associar com os maiores percentuais de repasse do FUNDESPORTE. Da mesma forma, constata-se uma correlação significativa de forte magnitude entre percentuais de repasses e o percentual de ICMS, demonstrando que as regiões que mais contribuem para a arrecadação estadual do ICMS estão relaciona1'das com os percentuais de repasse mais altos do FUNDESPORTE.

Silva e outros (SILVA et al., 2017) analisaram a relação entre os repasses de recursos estaduais e federais no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. Diferente dos demais trabalhos até aqui explanados, esses autores utilizaram o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para análise e comparação do nível de desenvolvimento do objeto de estudo. A base de dados pesquisa tem como fonte a Federação da Indústria do Rio de Janeiro (FIRJAN) e dados de repasses da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Nesse Trabalho delimitou-se os repasses das seguintes receitas transferidas: ICMS, FPM E FUNDEB.

Esses autores chegaram ao resultado de que há relação entre o desenvolvimento dos municípios e a captação de recursos e também se demonstra que um valor maior de recursos transferido não implica necessariamente em ter um IFDM maior. Há demonstração de relação entre os recursos recebidos e o índice de desenvolvimento dos municípios, porém, essa relação não é alta, o que demonstra que outros fatores, além dos recursos arrecadados pelos municípios, impactam o desenvolvimento desses.

Por fim, (KNEBEL, 2017) desenvolveu sua pesquisa com estudo da relação do Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico com o desenvolvimento dos municípios do estado do Paraná entre os anos de 2012 e 2014. A base de dados trabalhada contém o índice IPDM (IPARDES); e dados do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). No trabalho relacionou-se as variáveis IPDM, PIB e ICMS ecológico. Como resultado, percebe-se que o repasse do ICMS Ecológico não faz diferença para o índice de desenvolvimento dos municípios e que tal tributo (ICMS Ecológico) é muito mais um instrumento de compensação e incentivo aos municípios do Paraná para preservação ambiental do que um instrumento de desenvolvimento.

Como forma de melhor elucidar as referências acima citadas, abaixo o resumo do estado da arte das pesquisas relacionando transferências de recursos, investimentos e índices de desenvolvimento humano citadas nessa seção.

QUADRO 5 - RESUMO DO ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS DA SEÇÃO 2.8

TÍTULO	AUTOR(ES)/DOCUMENTO	OBJETIVOS	BASE DE DADOS	PRINCIPAIS CONCLUSÕES	CORRELAÇÃO
O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios: uma análise comparativa das mesorregiões norte pioneira e sudoeste paranaense	SCHLESINGER (2005) / DISSERTAÇÃO	Verificar a correlação entre as transferências e as necessidades sociais básicas na área de educação e saúde, bem como das transferências com os tipos de gastos municipais, além das necessidades com os diversos tipos de gastos.	FINBRA; IBGE; IPARDE; SEFA-PR	A principal conclusão que pode ser constatada é que, de uma forma geral, as transferências não condicionam a forma dos gastos, e estes últimos parecem distantes de se vincularem às necessidades. Correlações de Pearson entre as transferências e os investimentos estas são fracas para as duas mesorregiões. Os gastos per capita dessas são muito próximas, subtraídas as transferências vinculadas. O Sudoeste demonstrou correlações fortes entre as transferências do FPM e as necessidades em educação.	Pouca correlação entre Transferências e investimentos. Sudoeste demonstra correlação entre FPM e necessidade de educação.
Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental	SCARPIN E SLOMSKI (2007) / ARTIGO	Criar modelagem para determinar o valor futuro do IDHM para os municípios do Paraná, com base em dados contábeis atuais e outras variáveis	IPARDES; PNUD; IBGE; FINBRA	IDHM possui relação com as variáveis de IDHM passado, distância em relação à capital, altitude, nível de população rural, receita tributária, despesa com pessoal, despesa com saúde e saneamento, investimentos e gastos com indústria e comércio. Informações contábeis possuem relevância na determinação do IDHM. E	Correlação positiva entre gastos e IDHM; não há análise específica com receita transferida e IDHM

				ainda, o nível de desenvolvimento humano de um município é impactado pelas receitas e despesas públicas.	
A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba	GOMES, SOARES E TOLEDO FILHO (2011) / ARTIGO	Objetiva investigar a relação entre a arrecadação de ICMS oriunda do movimento econômico dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e as transferências governamentais da cota-parte do ICMS repassada pelo governo estadual aos municípios	SEFA/PR; IBGE; FINBRA; IPEADATA; IPARDES	Comprova-se a importância que o tributo tem na política fiscal e nos orçamentos públicos, especialmente naqueles municípios de menor porte, em que sua existência depende em boa parte dessa fonte de recurso. A quota parte do ICMS é a parcela mais importante das receitas municipais (individualmente analisada). No período analisado reduziu-se em 7% o total transferido de ICMS à RMC	Relevância do ICMS no orçamento municipal. Não há análise de correlação de transferência com IDHM
Despesas Públicas e o Nível de Desenvolvimento Humano dos Estados Brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010	BEZERRA, MATTEI E MELLO (2016) / ARTIGO	Contribuição das despesas públicas per capita por funções para o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros	IBGE, PNUD e IPEA DATA	Relação positiva entre variáveis e IDH; impacto positivo sobre o nível de desenvolvimento dos estados. Correlação positiva significativa para despesas em educação e saúde. Demais despesas com assistência e previdência e segurança e transporte também se apresentaram significativas quando analisadas de forma isolada.	Forte correlação com despesas em educação e saúde com IDH; fraca para as demais. Não há correção com receitas. IDHM não é utilizado.
Relação entre gastos sociais e o IDHM: uma análise econométrica para os municípios paranaenses	OLIVEIRA (2016) / MONOGRAFIA	Verificar a relação entre os gastos sociais e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios paranaenses para o ano 2000 e 2010	(FINBRA), (IPEA), (PNUD), (IPARDES)	Investimentos públicos são importantes para o desenvolvimento, onde o IDHM e seus componentes apresentaram maior elasticidade à despesa em educação. A relação dos gastos públicos com o IDHM não é forte ao ponto de gerar grandes alterações no índice	Correlação positiva discreta entre gastos e IDHM. Não há foco específico em transferências ou receitas
Efeitos das regras fiscais e transferências na alocação dos gastos públicos nos municípios paranaenses: 2002-2011	CORREA, DEDA E KAUCHAKJE (2016) / ARTIGO	Investigar os possíveis impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e das transferências intergovernamentais, representadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), na alocação dos gastos com investimento e com pessoal nos municípios paranaenses	IPDM (IPARDES); FINBRA	Dependência das transferências promove um impacto positivo na alocação dos gastos com investimento em detrimento dos gastos com pessoal, entretanto a LRF suscita um efeito contrário. Nos modelos percebe-se que municípios menores gastam mais com pessoal e investem menos. FPM relaciona-se com investimentos.	Correlação positiva entre transferência (FPM) e investimento. Não há análise de correlação com IPDM.

A influência da aplicação de recursos públicos nas áreas de educação e saúde com os índices sociais nos municípios paranaenses.	CLEMENTE, RIBEIRO E TERNOSKI (2017) / ARTIGO	Analisar a relação dos investimentos realizados nas áreas de educação e saúde com o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) nos municípios do Estado do Paraná	IPDM (IPARDES); FINBRA	Variáveis analisadas possuem correlação positiva e significativa com o IPDM, o que sugere a existência de uma associação entre os gastos sociais e o indicador de desenvolvimento social.	Forte correlação com despesas em educação e saúde com IPDM. Não se relaciona transferências.
Transferências voluntárias da União para Prefeituras gaúchas: relação com os índices de Desenvolvimento Humano municipais Porto Alegre 2017	BRUM (2017) / MONOGRAFIA ESPECIALIZAÇÃO	Analisar a correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em seus três elementos (renda, educação e longevidade), e os montantes que foram transferidos (de forma voluntária) pela União aos municípios gaúchos entre o ano de 2012 e outubro de 2017	PNUD e SICONV	Não parece haver relação entre os recursos federais transferidos a título de transferências voluntárias e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em nenhum de seus desdobramentos	Sem correlação entre transferências e IDHM
Análise da destinação dos recursos do fundo estadual de incentivo ao esporte do estado de Santa Catarina (Brasil) e suas relações com índices de desenvolvimento regional.	FLOSS E LUCCA (2017) / ARTIGO	a) analisar o destino dos recursos do FUNDESPORTE entre março de 2005 e dezembro de 2011; b) investigar a correlação entre indicadores socioeconômicos regionais e a quantidade de recursos recebidos nessas regiões	SIGEF-SC; Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD); SEFAZ/SC;	a) o subprograma de esporte de rendimento obteve a maior quantidade de projetos pagos e o maior percentual de repasse de recursos; b) a SDR que recebeu o maior volume de recursos providos do FUNDESPORTE foi a Grande Florianópolis e; c) existe uma correlação positiva e significativa entre o %RFSDRs e o IDH e entre o %RFSDRs e o %ICMS.	Correlação positiva significativa entre transferência (esportes) e IDH e aquela com %ICMS. Não há relação direta entre IDHM e ICMS.
Análise do impacto dos repasses estaduais e federais no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina	HALL E OUTROS (2017) / ARTIGO	Analisar a relação entre os repasses de recursos estaduais e federais no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina.	FIRJAN; repasses (FECAM);	Há relação entre o desenvolvimento dos municípios e a captação de recursos. E, também se demonstra que um valor maior de recursos não implica em ter um IFDM maior. Há demonstração de relação entre os recursos recebidos e o índice de desenvolvimento dos municípios. Porém, essa relação não é alta, o que demonstra que outros fatores, além dos recursos arrecadados pelos municípios, impactam o desenvolvimento.	Correlação positiva entre transferência e IFDM não alta. Incrementos em transferências não demonstram necessariamente IFDM maior.
Relação do ICMS Ecológico com o desenvolvimento dos municípios do Estado do Paraná entre os anos 2012 a 2014	KNEBEL (2017) / TCC	Analisar a relação do Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico com o desenvolvimento dos municípios do estado do Paraná entre os anos de 2012 e 2014	IPDM (IPARDES); IAP	O repasse do ICMS Ecológico não faz diferença para o índice de desenvolvimento dos municípios. Dessa forma, o ICMS Ecológico tem mais função prática de instrumento de compensação e incentivo aos municípios do Paraná	Não há correlação entre transferência oriunda do ICMS ecológico e IPDM

				para preservação ambiental.	
--	--	--	--	-----------------------------	--

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Além do resumo acima, há também mais dois referenciais pesquisados durante o desenvolvimento do presente trabalho os quais fazem menção ao tema transferência de recurso e índice de desenvolvimento, com resultados de correlação negativa entre índices, conforme resumo abaixo.

QUADRO 6 - PESQUISA BIBLIOGRÁFICA COMPLEMENTAR

TÍTULO	AUTOR(ES)/DOCUMENTO	OBJETIVOS	ÍNDICE	PRINCIPAIS CONCLUSÕES	CORRELAÇÃO
Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais	(MASSARDI; ABRANTES, 2015)	Analisar o esforço de arrecadação dos municípios mineiros, bem como sua relação com o nível de dependência de transferências intergovernamentais, mais especificamente o FPM, e com o nível de desenvolvimento socioeconômico mensurado por meio do IFDM	IFDM	Constatou-se que os municípios que possuem alta dependência do FPM também apresentam baixo índice de esforço fiscal, confirmando-se, portanto, a hipótese de que as transferências intergovernamentais exercem uma influência negativa no esforço de arrecadação dos municípios. Ao se correlacionar o nível de dependência do FPM com o índice de esforço fiscal e com o IFDM, verificou-se uma correlação negativa; em contrapartida, o índice de esforço fiscal apresentou uma correlação positiva com o IFDM.	Correlação negativa entre transferência (FPM) e IFDM e FPM e esforço de arrecadação municipal.
Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional	(SCHLINDWEIN; CARDOSO; SHIKIDA, 2014)	Mostrar a evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional, verificando a partir deste contexto aspectos das desigualdades socioeconômicas nesses municípios entre 2000 e 2009	IDS	A análise da correlação entre o IDS e a arrecadação dos royalties mostrou que todos os municípios apresentaram correlação negativa, ou seja, o aumento (ou a baixa) dos valores do IDS está correlacionado com a redução (ou alta) dos valores dos royalties.	Correlação negativa entre transferência de royalties (ITAIPU) e IDS

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Apesar de alguns dos referenciais iniciais pesquisados também analisarem a relação com investimentos e/ou despesas dos municípios e índices, para fins desse trabalho e para a resolução da questão de pesquisa focou-se as receitas transferidas com o IDHM.

Após a apresentação dos principais conceitos relacionados à pesquisa, a próxima seção apresenta os encaminhamentos metodológicos adotados.

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir apresentar-se-á a metodologia proposta para este trabalho, precisamente a caracterização da pesquisa quanto a sua natureza, o seu nível, o seu delineamento e a sua finalidade. Soma-se a isso os procedimentos de análise e coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida possui natureza aplicada, uma vez que tem por objetivo responder as questões de levantadas na seção 1.2 do trabalho, quais sejam: se os recursos transferidos pelo tesouro estadual e federal aos municípios paranaenses de fato contribuem no incremento do IDHM desses municípios e se essa melhoria pode ser mensurada por meio de indicadores. A abordagem do problema de pesquisa é quantitativa, já que se utilizou de métodos estatísticos para análise de dados públicos oficiais referente ao índice de desenvolvimento humano municipal e receitas públicas.

A pesquisa possui seu foco descritivo, pois analisou a relação entre variáveis de dados. O procedimento técnico para o desenvolvimento do trabalho é essencialmente documental, uma vez que se utilizou de relatórios/informações primárias de portais públicos, como os dados de receitas públicas disponíveis no portal público da Secretaria do Tesouro Nacional e dados sobre o IDHM contidos no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil.

Na sequência, os procedimentos destinados à coleta e análise dos dados apresentados.

3.2 MATERIAIS E MÉTODOS

A base de dados das receitas dos municípios tem com fonte os dados contábeis publicados pelos municípios disponibilizados no portal da Secretaria do Tesouro

Nacional (STN), na base (FINBRA) Finanças do Brasil – Dados contábeis dos municípios 1989 a 2012 - do portal público do Tesouro Nacional (<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/finbra-dados-contabeis-dos-municipios-1989-a-2012/2012/26>), com acesso em 09/09/2019. Utilizou-se a base de dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de acesso público no portal PNUD (http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/rio-de-janeiro_rj), com acesso em 30/07/2019.

Quanto ao espaço e a temporalidade, os dados contábeis de receitas anuais são referentes aos municípios do estado do Paraná para os anos de 1990 a 2009 e para o IDHM os dados com referência 2000 e 2010.

Todas as receitas transferidas do Estado do Paraná aos municípios paranaenses no período citado, sejam vinculadas ou discricionárias, fizeram parte da análise, e tem como base as receitas por categorias econômicas, origem, espécie e rubrica, conforme descrição no MCASP. Os valores de receitas serão considerados em seus valores absolutos.

O IDHM será quantificado e separado em IDHM-educação, IDHM-longevidade e IDHM-renda para fins de análise. Cada componente do IDHM será especificado para fins de análise estatística, com referências do ano 2000 e 2010.

De posse dos dados citados, adaptou-se (agregou-se) os dados brutos por municípios, e realizou-se a correlação de Pearson com as variáveis por municípios, com fim de verificar se há influência das variáveis receitas transferidas sobre as variáveis de índice de desenvolvimento humano municipal. As variáveis trabalhadas possuem referência anual.

O coeficiente de correlação de Pearson, ou coeficiente de correlação produto-momento, mede o grau de correlação entre duas variáveis e também a direção dessa correlação (se positiva ou negativa), a atribui valores de 0 (nenhuma correlação) até 1 (correlação total ou perfeita).

Abaixo a fórmula do coeficiente citado.

$$r = \frac{\sum_i (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_i (x_i - \bar{x})^2 \sum_i (y_i - \bar{y})^2}}.$$

Onde:

r	-	índice de correlação de Pearson
x_i	-	valores de variável independente (cada município)
y_i	-	valores da variável dependente (cada município)
\bar{x}	-	média dos valores da variável independente
\bar{y}	-	média dos valores da variável dependente

Nesse trabalho o objetivo do uso desse coeficiente é a análise de possíveis correlações entre o valor de contas contábeis de receita e componentes IDHM, com fins de verificar a influência dessas variáveis com aquelas.

As ferramentas de trabalho para análise de correlação de variáveis e regressão linear serão os softwares RStudio versão 1.2.1335, e o Excel® 2013 e do pacote Microsoft Office Professional Plus 2013®. Para fins de preparação e tabulação de dados, utilizou-se o Access® e Excel® do referido pacote.

3.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Para avaliação dos resultados com fins de resposta a questão de pesquisa descrita na seção 1.1, analisou-se o índice de correlação de Pearson para as correlações descritas na seção 3.2. e conceituou-as quanto a sua relação com a variável independente. Os conceitos citados estão descritos na seção 4.5.

Considerando os possíveis resultados e variações entre os resultados, desenvolveu-se duas hipóteses para as receitas transferidas analisadas:

Hipótese nula – Não há correlação significativa entre as variáveis pesquisadas.

Nessa hipótese o valor predominante das correlações realizadas para cada conta de receita não indica correlação ou indica correlação fraca para com o componente de IDHM. O predominante aqui citado corresponde a pelo menos dois anos (exercícios) em que a conta contábil possui mais de um conceito de correlação forte ou moderado por componente IDHM. Como exemplo dessa valoração, abaixo o quadro 7 com a exemplificação.

QUADRO 7 – EXEMPLO DE CONCEITUAÇÃO COM PREDOMINANCIA FORTE OU MODERADA POR COMPONENTE IDHM

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X7	X8	X9	X10
CONTA DE RECEITA Y	MODERADO	FRACO	FRACO	MODERADO	BEM FRACO	FRACO	FRACO	FRACO	BEM FRACO	BEM FRACO

Observação

Xn= ano de análise dentro do período analisado

Conta de receita y= conta de receita correlacionada com componente IDHM

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

A predominância aqui citada também deverá ser igual ou superior à média aritmética dos três componentes IDHM e o IDHM geral, considerando que a predominância forte ou moderada em apenas um dos componentes não é garantia de influência no IDHM geral. Caso correlação testada para determinada conta de receita não inclua mais de dois exercícios com conceito forte ou moderado, e ainda mais de um componente IDHM nessa situação, entender-se-á que não há correlação significativa, ou simplesmente correlação nula para determinada conta de receita.

Nessa hipótese infere-se que as receitas transferidas não possuem relação com o IDHM dos municípios paranaenses para determinada conta de receita.

Hipótese alternativa – Há correlação forte entre variáveis

Nessa hipótese o coeficiente de correlação predominante é forte entre as variáveis analisadas. A correlação forte pode ser entendida dentro da classificação contida na seção 4.5, cuja média é igual ou superior ao conceito de correlação moderada (entre 0,4 a 0,7). Para cada conta contábil faz-se necessário pelo menos

dois ou mais componentes IDHM analisados com o conceito moderado ou superior, para pelo menos dois exercícios, conforme citado anteriormente.

Nessa hipótese infere-se que as receitas transferidas possuem relação com o IDHM dos municípios paranaenses para dada conta de receita.

Nessa hipótese, criar-se-á um modelo de regressão linear de estimativa de IDHM futuro para cada município, com base no IDHM atual (total e por cada dimensão) e as receitas transferidas. Caso a pesquisa desse trabalho se enquadre nessa hipótese, verificar-se-á normalidade multivariada e linearidade entre variáveis, de forma preliminar, a heterocedasticidade, a normalidade, a autocorrelação de resíduos e multicolinearidade, *a posteriori*.

A quantidade das variáveis a serem incluídas no modelo será definida de acordo com o total de contas contábeis com coeficiente de correlação forte. Com esses elementos, a fórmula de estimativa seguirá o modelo abaixo.

$$y_i = \beta_0 + \sum_{i=1}^x \beta_i * Receita_i + \epsilon$$

Onde:

y_i	-	valor da variável independente (resposta) IDHM futuro
β_0	-	valor constante da fórmula
β_i	-	coeficiente da variável
$Receita_i$	-	conta de receita transferida com conceito de correlação forte
ϵ	-	margem de erro esperada
x	-	número de receitas

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Nessa seção comentar-se-á as bases de dados utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, seu resumo e justificativa, a seleção dos dados de receitas e IDHM e sua manipulação, a correlação desses dados e por fim os resultados alcançados.

4.1 BASE DE DADOS

As bases de dados a serem trabalhadas são a base de receitas públicas dos municípios da Secretaria do Tesouro Nacional e a base de dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal disponível no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. A seguir explicar-se-á sobre cada uma dessas bases.

4.1.1 Base de dados de receitas transferidas

A pesquisa utiliza, para análise das receitas transferidas, os dados contábeis oficiais dos municípios paranaenses disponíveis no portal do Tesouro Nacional – Finanças do Brasil (FINBRA), com referência aos exercícios contábeis de 1990 a 2009. A base de dados é composta por 203 colunas e 399 linhas, com a relação de 398 municípios (não está nessa base o município de Virmond como na base de IDHM a ser discriminada). Nas colunas há a identificação do código da unidade da federação (UF), código do município, nome do município, UF, quantitativo da população, e mais 198 colunas com a descrição de todas as receitas dos municípios paranaenses. A título de exemplo, uma sumarização da base de dados das receitas contábeis de 2009 é apresentada na tabela 6:

TABELA 6 - DADOS GERAIS DA BASE DE DADOS DA RECEITA MUNICIPAL (2009)

ITEM	QUANTIDADE
Receita total dos municípios	R\$ 15.536.765.799,38
Quantidade de municípios	398
População total	10.682.066
Receita estadual vinculada transferida	R\$ 3.854.313.125,28
Receita estadual de convênios transferida	R\$ 45.497.845,17
Município com maior receita total	Curitiba (R\$ 4.049.326.763,11)
Município com menor receita total	Iguatu (R\$ 5.246.739,46)
Município com maior população	Curitiba (1.851.215)
Município com menor população	Nova Aliança do Ivaí (1434)
Maior receita transferida aos municípios	Cota-parte do ICMS (R\$ 3.050.350.314,35)

FONTE: FINBRA (2009)

Dos dados brutos, utiliza-se nesse trabalho 174 contas contábeis receitas no período de 1990 a 1999 e 642 contas de receitas no período de 2000 a 2009, classificadas conforme determina a Portaria n.º 163 da SOF/STN (BRASIL, 2001), escolhidas por se tratarem de receitas transferidas da União e dos estados aos municípios e mais as totalizações de receitas, com o objetivo de analisar o reflexo da transferência de recursos aos municípios, juntamente com os atributos de quantitativo da população, nome do município, código do município. A discriminação de cada receita a ser trabalhada está no Apêndice 1 e 2.

A justificativa da utilização dessa base de dados está no fato da facilidade de especificação de cada receita, inclusive as transferidas (até o nível de rubrica), o que permite melhor distinção e análise para fins do trabalho proposto. Tal base é de fácil acesso por meio do *download* em portal público e transmite confiabilidade, já que é oriunda de dados oficiais dos próprios municípios transmitidos a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e do Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN).

Acrescenta-se que os exercícios de 1990 a 2009 foram escolhidos por se tratarem de receitas com as quais os municípios irão financiar suas políticas públicas. Infere-se que para a aplicação da receita transferida pelos municípios e sua possível influência no IDHM há um lapso de tempo para sua concretude, razão pela qual se

optou pelo período de até 10 anos antes do ano base do IDHM. Para a série de 1990 a 1999 as receitas podem ou não influenciar o IDHM de 2000 e a série de receitas 2000 a 2009 podem ou não influenciar o IDHM 2010.

4.1.3 Base de dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Utilizou-se para fins análise do desenvolvimento humano municipal o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) disponível no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, conforme explicitado na seção 2.8.2. A base de dados é composta por 237 colunas e 16.696 linhas com dados das referências dos anos 1991, 2000 e 2010, para 5.566 municípios brasileiros. Para as referências de 1991 e 2000 há colunas sem valores cadastrados (53 campos e 1 campo, respectivamente).

Nas colunas há a indicação do ano de referência, UF, códigos dos municípios com e sem dígito verificador, nome do município e mais 232 componentes com descrição quantitativa de dados com referente ao desenvolvimento humano municipal. O resumo da base de dados citadas está discriminada a tabela 7.

TABELA 7 - DADOS GERAIS DA BASE DE DADOS DO IDHM

ITEM	QUANTIDADE
Total de municípios	5.566
Maior IDHM registrado em toda base	São Caetano do Sul/SP (0,862 – ref. 2010)
Menor IDHM registrado em toda base	Caraúbas do Piauí/PI (0,120 – ref. 1991)
Maior IDHM educação registrado em toda base	Águas de São Pedro/SP (0,825 – ref. 2010)
Menor IDHM educação registrado em toda base	Campos Lindos/TO (0,010 – ref. 1991)
Maior IDHM longevidade registrado em toda base	Brusque/SC, Rio do Sul/SC, Balneário Camboriú/SC e Blumenau/SC (0,894 – ref. 2010)
Menor IDHM longevidade registrado em toda base	São José da Tapera/AL (0,433 – ref. 1991)
Maior IDHM renda registrado em toda base	São Caetano do Sul/SP (0,891 – ref. 2010)
Menor IDHM renda registrado em toda base	Nova Colina/RR (0,229 – ref. 1991)
Maior IDHM registrado no Paraná	Curitiba/PR (0,823 – ref. 2010)
Menor IDHM registrado no Paraná	Boa Ventura de São Roque/PR (0,208 – ref. 1991)

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013)

A justificativa da opção por essa base de dados está na variedade de componentes por município com disponibilidade pública, bem como pela utilização mundial do IDH e sua confiabilidade. Outras bases de dados como a FIRJAN (Índice Firjan de Desenvolvimento) e a IPDM (Índice IPARDES de desenvolvimento municipal) não possuem a riqueza de detalhes em sua base como a do IDHM, e também há poucos referenciais bibliográficos utilizando tais bases. As referências de 2000 e 2010 são utilizadas uma vez que são as mais recentes disponíveis para análise municipal.

Abaixo o quadro sintético com informações a respeito dos municípios paranaenses e dados per capita, com referência 2009:

QUADRO 8 - DADOS SINTÉTICOS POR MUNICÍPIOS - REFERÊNCIA 2009

DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO/ESTADO	QUANTIDADE
Maior município paranaense (população em número de habitantes)	Curitiba	1.851.215
Menor município paranaense (população em número de habitantes)	Nova Aliança do Ivaí	1.434
Quantidade de municípios	Estado	399
Maior orçamento municipal per capita	Itaipulândia	R\$ 4.776,52
Menor orçamento municipal per capita	Itaperuçu	R\$ 796,67
Média orçamentária per capita	Estado	R\$ 1.454,17
Maior transferência intergovernamental per capita	Jardim Olinda	R\$ 4.337,67
Menor transferência intergovernamental per capita	Colombo	R\$ 534,92
Média de transferência intergovernamental per capita	Estado	R\$ 995,18
Maior transferência Estadual per capita	Araucária	R\$ 2.212,26
Menor transferência Estadual per capita	Ângulo	R\$ -
Média de transferência Estadual per capita	Estado	R\$ 360,78
Maior despesa por função per capita	Itaipulândia	R\$ 4.436,58
Menor despesa por função per capita	Colombo	R\$ 655,69
Média de despesa por função per capita	Estado	R\$ 1.395,09

Legenda:

1. Orçamento municipal per capita = receita orçamentária total / população do município;
2. Transferência intergovernamental per capita = Total de receitas transferidas de outros entes federados / população do município;
3. Transferência estadual per capita = Total de receitas transferidas do Estado do Paraná / população do município;
4. Despesa por função per capita = Despesa por função total / população do município;

FONTE: FINBRA (2009)

Na seção seguinte são apresentados os trabalhos de pré-processamento dos dados da pesquisa.

4.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme comentários nas seções 4.1.1 e 4.1.2, as bases de dados utilizadas referem-se as contas contábeis de receitas dos exercícios de 1990 a 2009 e informações do IDHM dos anos de 2000 e 2010. Tal opção por esses anos se justificam pelo lapso temporal entre aplicação do recurso transferido e o resultado na política pública que pode interferir no IDHM em análise.

Nesse trabalho optou-se pela base de dados contábeis de até 10 anos anteriores ao IDHM de referência, como por exemplo, para a análise do IDHM 2000 analisou-se as receitas transferidas desde 1990, e da mesma forma para o IDHM 2010, já que a aplicação do recurso público pode não surtir efeitos imediatos. Além do lapso temporal de amadurecimento do gasto público, há de se considerar que não há bases IDHM mais recentes para fins de pesquisa, razão pela qual trabalhou-se com a base mais nova de 2010.

A seguir a manipulação inicial dos dados de receitas.

4.2.1 Tratamento dos dados de receita

Para os dados de receitas, baixou-se do portal Finbra os dados contábeis em formato “accdb” para manipulação (arquivo do pacote “Office”, programa “Access”), um arquivo para cada exercício, arquivos esses compactados (formato “zip”). Ao todo efetuou-se 18 downloads de arquivos referentes aos exercícios de 1990 a 2009, conforme detalhes na tabela 8.

TABELA 8 - DONWLOAD DE ARQUIVOS COM DADOS CONTÁBEIS

Nome do arquivo	Exercício(s) de referência(s)	Tamanho (MB)	Observações
Finbra89-93	1989 a 1993	5,47	Exercício de 1989 não
Finbra94-96	1994 a 1996	4,80	-
Finbra1997	1997	1,63	
Finbra1998	1998	2,73	
Finbra1999	1999	2,73	
Finbra2000	2000	3,26	
Finbra2001	2001	3,35	
Finbra2002	2002	4,10	
Finbra2003	2003	4,34	
Finbra2004	2004	5,22	
Finbra2005	2005	5,51	
Finbra2006	2006	5,79	
Finbra2007	2007	6,04	
Finbra2008	2008	6,05	
Finbra2009	2009	10,50	

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Cada arquivo citado possui dados contábeis de grande parte dos municípios do Brasil. Dentro de cada arquivo, efetuou-se consulta para seleção para municípios do Estado do Paraná, e na sequência consultas específicas para as contas de receitas. Há para os exercícios de 1990 a 1999 mais de uma tabela de receitas dentro dos arquivos citados, os quais foram compiladas para fins de análise. Os detalhes das tabelas utilizadas de consultas de receitas para os exercícios de 1990 a 1999 estão discriminados no quadro 9.

QUADRO 9 - CONSULTAS E EXTRAÇÃO DE DADOS CONTÁBEIS - 1990 A 1999

ITEM	EXERCÍCIOS									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
QTD DE TABELAS RECEITA	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2
COLUNAS - CONTAS RECEITAS	30	30	30	30	36	36	36	36	58	58
LINHAS - MUNICÍPIOS	318	322	320	329	371	369	370	397	387	388

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Para as contas de receita do período de 2000 a 2009, há nas consultas citadas uma tabela de receita com o quantitativo superior de contas de receitas, e ainda, em

média, com o quantitativo superior de municípios com informações. Os detalhes das contas desse período estão no quadro 10.

QUADRO 10 - CONSULTAS E EXTRAÇÃO DE DADOS CONTÁBEIS - 2000 A 2009

ITEM	EXERCÍCIOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
QTD DE TABELAS RECEITA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
COLUNAS - CONTAS RECEITAS	52	52	90	90	146	151	155	170	170	198
LINHAS - MUNICÍPIOS	397	399	390	392	395	391	399	399	399	398

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Informa-se que o funcionamento das contas contábeis de receitas e a descrição de cada conta estão disponíveis no MCASP, parte 1, item 3 e Portaria Interministerial n.º 163/01, em seu anexo 1.

4.2.2 Tratamento dos dados de IDHM

Os dados do IDHM de referência 2000 e 2010 foram baixados no portal Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, no endereço eletrônico <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>, aba “Base de Dados”, título “Atlas dos Municípios”, opção “Município/Estado/País”, o qual faz o download de arquivo formato Excel, extensão “x/sx”. Tal arquivo demonstra o índice IDHM para todos os municípios brasileiros para os exercícios de 1991, 2000 e 2010, com totalizações por estado e Brasil, bem como todos os componentes que compõe o IDHM (ao todo 228 componentes). As informações do arquivo citado estão discriminadas na tabela 9 e da planilha com o IDHM por município na tabela 10.

TABELA 9 - INFORMAÇÕES SOBRE BASE DE DADOS DO IDHM

ITEM	DESCRIÇÃO
QTD DE PLANILHAS	4 (quatro) planilhas
Pasta “Siglas”	Nome, sigla e definição de cada componente do IDHM
Pasta “MUN-91-00-10”	Relação dos índices de IDHM e seus componentes por município
Pasta “UF 91-00-10”	Relação dos índices de IDHM e seus componentes por Estado
Pasta “BR 91-00-10”	Relação dos índices de IDHM e seus componentes no Brasil
Tamanho do arquivo	26,5 mb

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Abaixo tabela 10 com Informações de IDHM por municípios.

TABELA 10 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANILHA COM DADOS DE IDHM POR MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO
Qtd de linhas	16.696
Qtd de colunas	237
Qtd de componentes IDHM	228
Qtd de linhas – IDHM 2000	5566
Qtd de linhas – IDHM 2010	5566
Municípios paranaenses	399
IDHM estado Paraná (2010)	0,749

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Com base nesse arquivo, pré-selecionou-se os exercícios de 2000 e 2010 para os municípios localizados no estado do Paraná para posteriores análises.

4.2.3 Seleção das contas contábeis

De acordo com a base de dados descrita na seção 4.2.1, gerou-se consultas dentro do programa Access para cada tabela contida nos arquivos de receita por exercício. Em cada consulta, gerou-se um arquivo formato “xlsx” para posterior manipulação dos dados. Para os exercícios de 1990 a 1999 inicialmente levantou-se os municípios comuns a todos os arquivos de receitas desse período, utilizando-se o software Microsoft Access, com importação das consultas citadas anteriormente, o qual

totalizou exatos 300 municípios comuns. A relação dos municípios comuns ao período está discriminada no quadro 11.

QUADRO 11 - RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS COMUNS À BASE CONTÁBIL DE 1990 A 1999

AGUDOS DO SUL	GUARATUBA	PIRAI DO SUL
ALMIRANTE TAMANDARÉ	IBAITI	PIRAQUARA
ALTAMIRA DO PARANÁ	IBEMA	PITANGA
ALTO PARANÁ	IBIPORA	PLANALTINA DO PARANÁ
ALTO PIQUIRI	ICARAIMA	PLANALTO
ALTONIA	IGUARACU	PONTA GROSSA
ALVORADA DO SUL	IMBITUVA	PORECATU
AMAPORA	INAJÁ	PORTO AMAZONAS
AMPERÉ	INDIANÓPOLIS	PORTO RICO
ANDARAÍ	IPIRANGA	PORTO VITÓRIA
ANTONINA	IPORA	PRANCHITA
ANTÔNIO OLINTO	IRATI	PRIMEIRO DE MAIO
APUCARANA	IRETAMA	PRUDENTÓPOLIS
ARAPONGAS	ITAGUAJÉ	QUATIGUA
ARAPOTI	ITAMBARACA	QUATRO BARRAS
ARARUNA	ITAMBE	QUEDAS DO IGUAÇU
ARAUCÁRIA	ITAUNA DO SUL	QUINTA DO SOL
ASSAÍ	IVAÍ	QUITANDINHA
ASSIS CHATEAUBRIAND	IVAIPORA	RANCHO ALEGRE
ASTORGA	IVATUBA	REALEZA
ATALAIA	JABOTI	REBOUCAS
BALSA NOVA	JACAREZINHO	RENASCENÇA
BANDEIRANTES	JAGUAPITA	RESERVA
BARBOSA FERRAZ	JAGUARIAÍVA	RIBEIRÃO CLARO
BARRA DO JACARÉ	JANDAIA DO SUL	RIO AZUL
BARRAÇAO	JANIÓPOLIS	RIO BOM
BELA VISTA DO PARAÍSO	JAPIRÁ	RIO NEGRO
BITURUNA	JAPURÁ	ROLÂNDIA
BOA ESPERANÇA	JARDIM ALEGRE	RONCADOR
BOA VISTA DA APARECIDA	JATAIZINHO	RONDON
BOCAIUVA DO SUL	JESUITAS	ROSÁRIO DO IVAÍ
BOM SUCESSO	JOAQUIM TAVORA	SABAUDIA
BRAGANEY	JUNDIAÍ DO SUL	SALGADO FILHO
CAFEARÁ	JURANDA	SALTO DO ITARARÉ
CAFELÂNDIA	JUSSARA	SALTO DO LONTRA
CALIFORNIA	KALORE	SANTA AMÉLIA
CAMBARÁ	LAPA	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CAMBE	LARANJEIRAS DO SUL	SANTA FÉ
CAMBIRÁ	LINDOESTE	SANTA HELENA
CAMPINA DA LAGOA	LOANDA	SANTA INÊS
CAMPINA GRANDE DO SUL	LOBATO	SANTA ISABEL DO IVAÍ
CAMPO BONITO	LONDRINA	SANTA ISABEL DO OESTE
CAMPO DO TENENTE	LUÍZIANA	SANTA MARIANA
CAMPO LARGO	LUNARDELLI	SANTA TEREZA DO OESTE
CAMPO MOURÃO	LUPIONÓPOLIS	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
CÂNDIDO DE ABREU	MALLET	SANTO ANTONIO DA PLATINA
CANTAGALO	MAMBORE	SANTO ANTONIO DO CAIUA
CAPANEMA	MANDAGUAÇU	SANTO ANTONIO DO PARAÍSO
CAPITÃO LEONIDAS MARQUES	MANDAGUARI	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
CARLOPOLIS	MANDIRITUBA	SANTO INACIO
CASCÁVEL	MANGUEIRINHA	SAO CARLOS DO IVAÍ
CASTRO	MANOEL RIBAS	SAO JERONIMO DA SERRA
CATANDUVAS	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	SAO JOAO
CENTENÁRIO DO SUL	MARIA HELENA	SAO JOAO DO CAIUA
CERRO AZUL	MARIALVA	SAO JOAO DO IVAÍ
CEU AZUL	MARILÂNDIA DO SUL	SAO JOAO DO TRIUNFO
CHOPINZINHO	MARILENA	SAO JORGE DO IVAÍ
CIANORTE	MARILUZ	SAO JORGE DO PATROCÍNIO
CIDADE GAUCHA	MARINGÁ	SAO JORGE D'OESTE

CLEVELANDIA	MARIOPOLIS	SAO JOSE DA BOA VISTA
COLOMBO	MARMELEIRO	SAO JOSE DAS PALMEIRAS
COLORADO	MARUMBI	SAO JOSE DOS PINHAIS
CONGONHINHAS	MATELANDIA	SAO MATEUS DO SUL
CONSELHEIRO MAIRINCK	MATINHOS	SAO MIGUEL DO IGUACU
CONTENDA	MEDIANEIRA	SAO PEDRO DO IVAI
CORBELIA	MIRASELVA	SAO PEDRO DO PARANA
CORONEL VIVIDA	MISSAL	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA
CORUMBATAI DO SUL	MOREIRA SALES	SAO TOME
CRUZ MACHADO	MORRETES	SAPOPEMA
CRUZEIRO DO OESTE	MUNHOZ DE MELO	SARANDI
CRUZEIRO DO SUL	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	SENGES
CURIUVA	NOVA AMERICA DA COLINA	SERTANEJA
DIAMANTE DO NORTE	NOVA AURORA	SERTANOPOLIS
DIAMANTE D'OESTE	NOVA CANTU	SIQUEIRA CAMPOS
DOIS VIZINHOS	NOVA ESPERANCA	SULINA
DOURADINA	NOVA FATIMA	TAMBOARA
DOUTOR CAMARGO	NOVA LONDRINA	TAPEJARA
ENEAS MARQUES	NOVA OLIMPIA	TAPIRA
ENGENHEIRO BELTRAO	NOVA PRATA DO IGUACU	TEIXEIRA SOARES
FAXINAL	NOVA SANTA ROSA	TELEMACHO BORBA
FENIX	ORTIGUEIRA	TERRA BOA
FIGUEIRA	OURIZONA	TERRA RICA
FLORAI	OURO VERDE DO OESTE	TERRA ROXA
FLORESTA	PAICANDU	TIBAGI
FLORESTOPOLIS	PALMAS	TIJUCAS DO SUL
FLORIDA	PALMEIRA	TOLEDO
FORMOSA DO OESTE	PALMITAL	TOMAZINA
FOZ DO IGUACU	PALOTINA	TRES BARRAS DO PARANA
FRANCISCO ALVES	PARAISO DO NORTE	TUNEIRAS DO OESTE
FRANCISCO BELTRAO	PARANAGUA	TUPASSI
GENERAL CARNEIRO	PARANAPOEMA	TURVO
GODOY MOREIRA	PARANAVAI	UBIRATA
GRANDES RIOS	PATO BRANCO	UMUARAMA
GUAIRA	PAULA FREITAS	UNIAO DA VITORIA
GUAPIRAMA	PAULO FRONTIN	UNIFLOR
GUAPOREMA	PEABIRU	URAI
GUARACI	PEROLA	VERA CRUZ DO OESTE
GUARANIACU	PIEN	VERE
GUARAPUAVA	PINHALAO	VITORINO
GUARAQUECABA	PINHAO	XAMBRE

FONTE: FINBRA (2019)

Com a definição dos municípios a serem trabalhados no período, iniciou-se o procedimento de seleção das contas contábeis que farão parte da análise. A priori, selecionou-se as contas relacionadas à transferência de recursos de entes superiores (União e Estado) aos municípios e as contas agregadas (totalizadoras), como receitas orçamentárias, correntes e de capital, o qual são resultados de somatório de outras contas. Informa-se que há divergência de nomenclatura de rubricas de receitas entre os anos pesquisados, mas que possuem o mesmo funcionamento, como por exemplo as contas “DEMAISTRANCORRENTES/90” (Exercício de 1990) e a conta “Outras Transferências Correntes” (Exercício de 1999), cuja nomenclatura está diferenciada da base Finbra, mas possui o mesmo funcionamento, nos termos do MCASP. Posteriormente, com a pré-seleção, verificou-se no período se há contas selecionadas

em todos os exercícios, para fins de comparação. As contas selecionadas estão discriminadas abaixo (nomenclatura de contas para o exercício de 1999).

- a) RECEITA
- b) RECEITAS CORRENTES
- c) Transferências Correntes
- d) Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM
- e) Cota-parte do ICMS
- f) Outras Transferências Correntes
- g) RECEITAS DE CAPITAL
- h) Transferências de Capital
- i) Transferências da União
- j) Transferências dos Estados
- k) Outras Transferências de Capital

Os detalhes das contas selecionadas por exercício estão discriminados no apêndice 1.

À semelhança dos critérios de seleção para o período de 1990 a 1999, para o período de 2000 a 2009 também se selecionou os municípios comuns a toda série, com consultas dentro do programa Access para cada tabela contida nos arquivos de receita por exercício (conforme detalhes contidos na tabela 10). Em cada consulta, gerou-se um arquivo formato “xlsx” para posterior manipulação dos dados. Os municípios comuns a toda série totalizaram 374 municípios. A relação dos municípios comuns ao período está discriminada no apêndice VIII.

Com esses elementos, selecionou-se as contas relacionadas à transferência de recursos e as contas agregadas (totalizadoras), à semelhança da série anterior. Posteriormente, com a pré-seleção, verificou-se no período se há contas selecionadas em todos os exercícios, para fins de comparação. As contas selecionadas estão discriminadas abaixo (nomenclatura de contas para o exercício de 2009).

- a) Rec Orçamentária (receita orçamentária);
- b) Rec Correntes (receitas correntes);
- c) Rec Transf Correntes (receita de transferências correntes);
- d) Cota FPM (transferência de cota-parte do FPM);
- e) Cota ITR (transferência da cota-parte do ITR);
- f) Cota IOF Ouro (transferência de cota-parte do IOF Ouro);
- g) LC 87_96 ICMS (Compensações da LC 87/96 – Lei Kandir);

- h) SUS União (transferências do Sistema Único de Saúde);
- i) Transf Intergov União (Transferências Intergovernamentais da União);
- j) Transf Intergov Estado (Transferências Intergovernamentais do Estado);
- k) Cota ICMS (transferência do cota-parte de ICMS);
- l) Cota IPVA (transferência do cota-parte de IPVA);
- m) Cota IPI Exportação (transferência do cota-parte de IPI exportação);
- n) Outras Transfer União (outras transferências da União);
- o) Outras Part Rec Estado (outras participações de Receitas do Estado);
- p) Rec Capital (receitas de capital);
- q) Rec Transf de Capital (receitas de transferências de capital);
- r) Transf Cap Inter União (Transferências de capital Intergovernamentais da União);
- s) Transf Cap Inter Estados (Transferências de capital Intergovernamentais da Estados).

Os detalhes das contas selecionadas por exercício estão discriminados no Apêndice 2.

4.2.4 Seleção do componente IDHM

Além da seleção das contas contábeis de receitas, selecionou-se ainda componentes do IDHM do arquivo citado na seção 4.2.2. Conforme citado naquela seção, selecionou-se inicialmente os componentes dos exercícios de 2000 e 2010, e posteriormente os relativos a municípios do estado do Paraná, com a totalização de 228 componentes e 399 municípios.

Após essa pré-seleção, optou-se pelos itens que resultam o cálculo do IDHM e suas dimensões, quais sejam IDHM-E, IDHM-R, IDHM-L e o IDHM (geral). Conforme conceito trazido pelo PNUD, tais índices tem os seguintes significados:

QUADRO 12 - COMPONENTES DA BASE IDHM SELECIONADOS

ÍNDICE	DESCRIÇÃO	DEFINIÇÃO
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação	Índice sintético da dimensão Educação que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade	Índice da dimensão Longevidade que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador Esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda	Índice da dimensão Renda que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador Renda per capita, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010).

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Na base PNUD, os índices para os 4 itens citados variam de 0 a 1, e possuem três dígitos após a vírgula para análise. Para essa série todos os municípios foram valorados. Os detalhes dos valores índices citados para os 399 municípios do Estado do Paraná, para 2000 e 2010, estão descritos no Apêndice 3.

4.3 TABULAÇÃO DOS DADOS

Com base nos dados descritos na seção 4.2, faz-se necessário comparar os dados da base contábil com o IDHM por exercício para a conclusão dos objetivos desse trabalho. Para tanto dividiu-se a análise em dois períodos: um período com referência de 1990 a 1999 (P1) e outro período de 2000 a 2009 (P2). Em P1, há a seleção de contas contábeis de receitas transferidas de 1990 a 1999 e os componentes IDHM do ano de 2000. Para P2, selecionou-se contas contábeis de receitas transferidas de 2000 a 2009 e os componentes do IDHM de 2010 para análise.

Definidos os períodos, utilizou-se a ferramenta Microsoft Access® para relacionar os municípios, as contas contábeis e os componentes IDHM em uma mesma tabela, relativamente ao P1 e ao P2. Para tal, importou-se os arquivos em formato “x/sx” gerados em cada exercício para os dados contábeis, conforme detalhado na seção 4.2.3 (ao todo 10 arquivos de contas de receitas), e relacionou-os com os municípios comuns a cada período, conforme discriminado nos quadros 11 e 12. Com o objetivo de diferenciar cada receita por ano, acrescentou-se ao nome de cada conta contábil o prefixo com o ano (quatro algarismos), como por exemplo a conta contábil de transferência de recursos da União em 1990, “TRANSFUNIÃO”, somou-se ao nome da conta o ano 1990, com o resultado “1990TRANSFUNIÃO”.

Além dessa intercessão dos dados, concatenou-se a tabela criada com os componentes IDHM do período para a geração da tabela única de referência, que para o P1 é o IDHM 2000 e para o P2 é o IDHM 2010. À semelhança dos dados contábeis, importou-se para dentro do programa Microsoft Access® a base IDHM citada para cada período, afim de associar os componentes IDHM aos demais dados trabalhados. A associação dos arquivos citados para a criação da tabela única está discriminada no quadro 13.

QUADRO 13 - RESUMO DA TABULAÇÃO DE DADOS

Item	P1	P2
Base contábil de receitas	1990 – 1999	2000 – 2009
Quantidade de contas contábeis por exercício	11	19
Total de contas contábeis utilizadas *	110	190
Quantidade de municípios comuns	300	374
Quantidade de componentes IDHM	4	4
Quantidade de linhas da tabela	301	375
Quantidade de colunas da tabela	115	195
Arquivo com a base IDHM	1	1
Arquivos com a base contábil	10	10

Obs. Para os exercícios de 1990 e 1993 há 3 contas contábeis com valores zero.

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Na sequência, explanar-se-á o cálculo e a análise de correlação das variáveis encontradas.

4.4 CORRELAÇÃO DE VARIÁVEIS

Com base nas tabelas geradas do P1 e P2, faz-se necessário analisar, para os objetivos propostos nesse trabalho, se as variáveis de receitas transferidas possuem alguma relação com o IDHM dos municípios paranaenses. Para tal análise, definiu-se as variáveis independentes e dependentes para fins de correlação, e na sequência calculou-se o índice de correlação de Pearson para as variáveis envolvidas.

Na escolha das variáveis definiu-se como variável independente as contas de receita transferidas de cada exercício (variável “x”) e para cada componente IDHM definiu-se como variável dependente (variável “y”), tudo isso para cada período analisado (P1 e P2). Ou seja, para os fins desse trabalho todas as contas de receitas selecionadas serão testadas para cada componente selecionado de IDHM. Para cada variável há linhas com os municípios de referência do período.

Para manipulação dos dados, gerou-se um arquivo em formato xlsx para cada tabela descrita na seção 4.3, e utilizaram-se os programas RStudio e Microsoft Excel para o cálculo da correlação de receitas transferidas com os componentes IDHM. Como exemplo de matriz de cálculo de correlação, no quadro 18 abaixo as primeiras linhas da matriz da variável contam “1997.Cota-parte ICMS” com o componente IDHM geral, com a qual se aplicou o cálculo de correlação pelo coeficiente de Pearson.

Quadro 14 - Exemplo de matriz de correlação de dados

município	1997Cota-parte ICMS	IDHM
DIAMANTE DO NORTE	589.425,98	0,613
DIAMANTE D'OESTE	282.286,75	0,532
DOIS VIZINHOS	2.573.291,74	0,658
CONSELHEIRO MAIRINCK	265.024,05	0,588
CONTENDA	827.316,56	0,601
CORBELIA	1.131.771,21	0,625
JAGUARIAIVA	3.155.766,31	0,617
JANDAIA DO SUL	1.244.670,46	0,660
JANIOPOLIS	616.588,74	0,578
JAPIRA	355.802,25	0,579
JAPURA	498.073,98	0,627
JARDIM ALEGRE	476.921,67	0,563
JATAIZINHO	465.653,23	0,611
JESUITAS	735.501,25	0,626
JOAQUIM TAVORA	587.674,70	0,620
JUNDIAI DO SUL	180.070,47	0,597

FONTE: FINBRA (1997) e PNUD (2013)

No exemplo acima a conta de receita “1997Cota-parte ICMS” é variável independente (“x”) e o IDHM (geral) é a variável dependente (“y”). Com a definição das variáveis, aplica-se o coeficiente de correlação de Pearson citado na seção 3.2. Informa-se que esse coeficiente pode assumir valores entre -1 (menos um) a +1 (mais um), onde os extremos indicam que há correlação entre as variáveis analisadas; e o valor 0 (zero), que indica que não há nenhuma correlação entre variáveis analisadas (ALVES; RAIA JUNIOR, 2012, p. 58).

Aplicando-se o coeficiente citado para o exemplo (com todos os municípios de referência) chega-se ao valor de correlação de 0,2981. Tal cálculo foi efetuado para todas as contas de receitas selecionadas e para cada os componentes de IDHM selecionados. Para fins de demonstração dos resultados, elaborou-se 8 quadros, 4 referentes ao P1 e 4 referentes ao P2. Dentro de cada período, elaborou-se um quadro separado com a aplicação do coeficiente citado para cada componente IDHM (variáveis dependentes) e as variáveis de receita (variáveis independentes). Os quadros estão detalhados por ano e contas contábeis, e ainda a média geral das correlações encontradas. Os detalhes dos quadros estão discriminados nos Apêndices 4 (para o P1) e 5 (para o P2).

A seguir a análise dos resultados obtidos nos apêndices citados.

4.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De posse dos coeficientes resultantes na seção 4.4, faz-se necessário identificar se tais valores de fato demonstram significativa correlação entre as variáveis estudadas, conforme as hipóteses levantadas na seção 3.3. Para Francisco⁷ (1995, apud, ALVES; RAIA JUNIOR, 2012, p. 58), o índice de correlação de Pearson (r) pode ser classificado em intervalos com efeitos diferentes em razão da intensidade da

⁷ FRANCISCO, W. Estatística Básica: Síntese da teoria. Piracicaba: Ed. Unimep. 1995. 220 p.

correlação entre as variáveis, dos quais variam tanto positivamente quanto negativamente da seguinte forma:

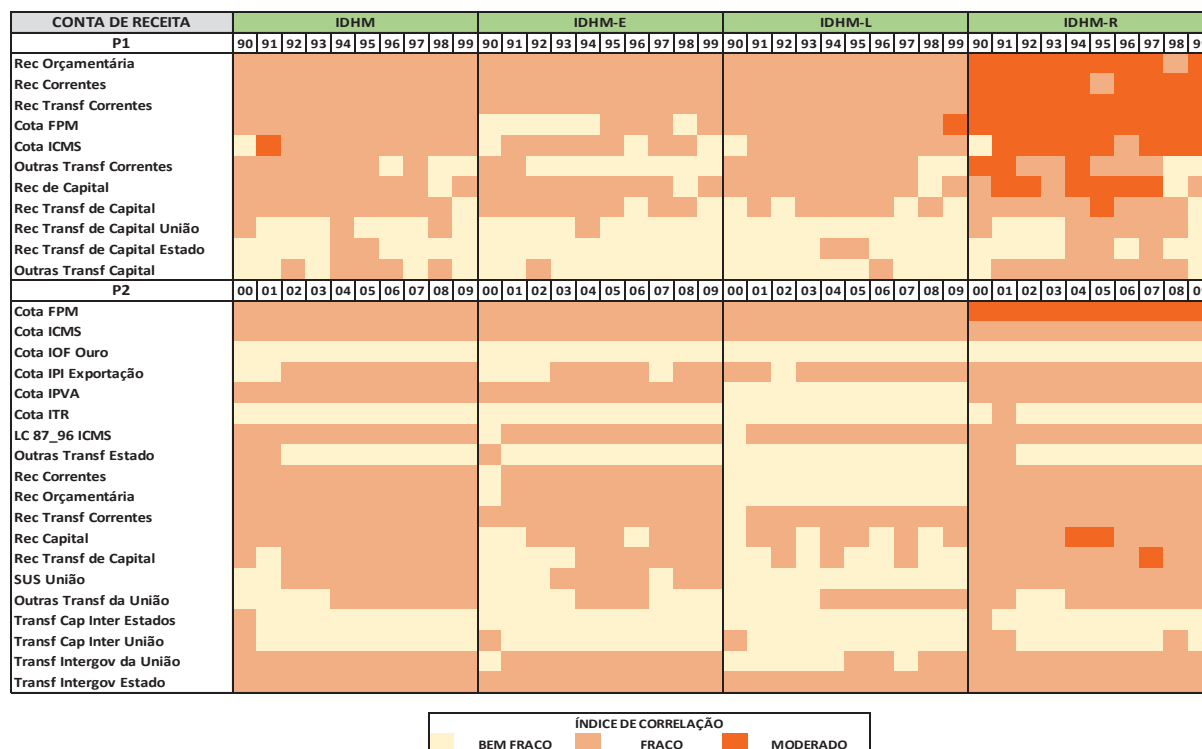
TABELA 11 - CLASSIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON (R)

Intervalo	Classificação
0,00 – 0,20	Correlação bem fraca
0,20 – 0,40	Correlação fraca
0,40 – 0,70	Correlação moderada
0,70 – 0,90	Correlação forte
0,90 – 1,00	Correlação muito forte

FONTE: Francisco (1995)

Com base na classificação acima, conceituou-se os coeficientes encontrados nos Apêndices 4 e 5, referente a P1 e P2, conforme demonstrado nos Apêndices 6 e 7, respectivamente, para fins de resposta às questões de pesquisas levantadas nesse trabalho. A Figura 4 discrimina a conceituação dessas correlações encontradas ao longo do período por meio de gráfico.

FIGURA 4 - GRÁFICO COM AS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - 1991 A 2009



FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Com base na Figura 4 e Quadro 15, percebe-se que a maior parte das correlações nos períodos citados (P1 e P2) se referem a correlações sob o conceito “fraca ou bem fracas”. Para os componentes IDHM, IDHM-E e IDHM-L e receitas selecionadas são conceituadas como “fraca” ou “bem fraca”, ou seja, estão dentro do intervalo de correlação entre 0 a 0,4 (com exceção apenas de duas contas de receita em um exercício apenas cada). Para as correlações entre receitas e IDHM-R há correlação nos conceitos “fraca” e “bem fraca”, e 6 (cinco) contas com conceito predominantemente “moderada”.

A única conta que para todo período analisado (1990-2009) permaneceu no conceito moderado para o componente IDHM-R é a conta “COTA FPM”. Para o componente IDHM, percebe-se que para o P1 os menores valores são para as contas de “Receitas de Transferência de Capital da União” e “Receitas de Transferência de Capital do Estado” (os quais possuem os valores médios de 0,1628 e 0,1085; respectivamente, conforme discrimina o Apêndice V), e a maior correlação refere-se a conta COTA-ICMS do exercício de 1991, com o valor de 0,4009. Com esse mesmo componente IDHM para o P2, há o valor máximo de 0,3801 para a conta “Cota FPM” do exercício de 2004.

QUADRO 15 - TOTALIZAÇÃO DOS CONCEITOS TRABALHADOS NOS APÊNDICES VI E VII

CONCEITO	P1	P2
BEM FRACO	127	287
FRACO	255	460
MODERADO	58	13
TOTAL	440	760

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Além da média dos coeficientes de correlação analisados, analisou-se o desvio padrão desses coeficientes para o período de 1990 a 2009. Tal verificação está demonstrada na tabela 12.

TABELA 12 - DESVIO PADRÃO DOS COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO (R)

PERÍODO DE 1990 a 1999	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
Conta de receita	DESVPAD	MÉDIA	DESVPAD	MÉDIA	DESVPAD	MÉDIA	DESVPAD	MÉDIA
Rec Orçamentária	0,0299	0,3628	0,0221	0,2635	0,0342	0,3560	0,0376	0,4753
Rec Correntes	0,0246	0,3528	0,0163	0,2552	0,0236	0,3532	0,0433	0,4608
Rec Transf Correntes	0,0206	0,3477	0,0226	0,2390	0,0098	0,3695	0,0184	0,4712
Cota FPM	0,0213	0,3202	0,0189	0,1951	0,0163	0,3784	0,0210	0,4778
Cota ICMS	0,1069	0,2887	0,0784	0,2006	0,1089	0,3073	0,1386	0,3830
Outras Transf Correntes	0,0568	0,2375	0,0383	0,1522	0,0810	0,2807	0,1028	0,3348
Rec de Capital	0,0737	0,3287	0,0637	0,2648	0,0621	0,2594	0,0832	0,4029
Rec Transf de Capital	0,0671	0,2628	0,0621	0,2056	0,0611	0,2053	0,0664	0,3359
Rec Transf de Capital União	0,0717	0,1628	0,0667	0,1365	0,0592	0,0811	0,0865	0,2076
Rec Transf de Capital Estado	0,0703	0,1085	0,0585	0,0705	0,0875	0,1096	0,0845	0,1603
Outras Transf Capital	0,0496	0,1891	0,0495	0,1559	0,0381	0,1625	0,0523	0,2201
Média geral	0,0539	0,2692	0,0452	0,1945	0,0529	0,2603	0,0668	0,3572
PERÍODO DE 2000 A 2009	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
Conta de receita	DESVPAD	MÉDIA	DESVPAD	MÉDIA	DESVPAD	MÉDIA	DESVPAD	MÉDIA
Rec Orçamentária	0,0063	0,2671	0,0046	0,2074	0,0068	0,1682	0,0072	0,3306
Rec Correntes	0,0067	0,2684	0,0047	0,2081	0,0078	0,1703	0,0075	0,3321
Rec Transf Correntes	0,0105	0,3051	0,0072	0,2301	0,0131	0,2158	0,0116	0,3763
Transf Intergov da União	0,0179	0,2941	0,0147	0,2250	0,0155	0,1944	0,0195	0,3648
Cota FPM	0,0066	0,3696	0,0052	0,2695	0,0092	0,3045	0,0077	0,4487
LC 87_96 ICMS	0,0155	0,2892	0,0099	0,2135	0,0209	0,2229	0,0173	0,3543
Cota IOF Ouro	0,0418	0,0026	0,0274	0,0032	0,0568	0,0077	0,0546	-0,0041
Cota IPI Exportação	0,0476	0,2692	0,0459	0,1934	0,0211	0,2246	0,0565	0,3299
Cota ITR	0,0346	0,0649	0,0246	0,0196	0,0393	0,0574	0,0561	0,1262
SUS União	0,0349	0,2383	0,0286	0,1919	0,0182	0,1307	0,0457	0,2919
Outras Transf da União	0,0837	0,2205	0,0738	0,1505	0,0859	0,1809	0,0769	0,2879
Transf Intergov Estado	0,0052	0,3010	0,0028	0,2262	0,0091	0,2203	0,0064	0,3680
Cota ICMS	0,0047	0,3000	0,0037	0,2215	0,0068	0,2333	0,0052	0,3660
Cota IPVA	0,0050	0,2656	0,0039	0,2128	0,0047	0,1543	0,0055	0,3235
Outras Transf Estado	0,0767	0,1403	0,0643	0,1116	0,0443	0,0823	0,0903	0,1702
Rec Capital	0,0480	0,3048	0,0453	0,2315	0,0426	0,2159	0,0521	0,3729
Rec Transf de Capital	0,0563	0,2876	0,0660	0,2228	0,0253	0,1837	0,0426	0,3518
Transf Cap Inter União	0,0684	0,1304	0,0596	0,0944	0,0580	0,0944	0,0808	0,1647
Transf Cap Inter Estados	0,0822	0,0571	0,0667	0,0455	0,0770	0,0254	0,0958	0,0717
Média geral	0,0343	0,2303	0,0294	0,1726	0,0296	0,1625	0,0389	0,2856

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Percebe-se que o desvio padrão de todos os atributos analisados foi inferior a 0,140; seja em P1, seja em P2. A conta com maior variação se refere a “Cota ICMS” para o P1 com o valor de 0,1069 de correlação com o componente IDHM e o valor de 0,1386 de variação com o componente IDHM-R. Tal variação pode ser explicada pelo valor zero da conta para o exercício de 1990, influenciando o restante da série. Para P2, a maior variação diz respeito a conta “Transf Cap Inter Estados” para a correlação

com o IDHM-R, no valor de 0,0958, e a conta “Outras Transf da União” para a correlação com IDHM no valor de 0,0837.

Diante dos valores demonstrados, afirma-se que houve baixa variação entre os valores das contas de receitas ao longo dos anos, de forma que a média aritmética demonstrada na tabela 12 está próxima dos valores estáticos ao longo da série.

Com base na figura 4, quadro 15 e Apêndices VI e VII, percebe-se que a maior parte das correlações ali presentes entre contas de receitas e componentes de IDHM não são iguais à classificação “moderado” para mais de um componente por conta de receita, com exceção única das contas Cota FPM de 1999 e Cota ICMS de 1991, de forma que tais resultados se comportam dentro das possibilidades elencadas no quadro 7 para a hipótese 1 descrita na seção 3.3. Dessa forma, afirma-se que não há correlações fortes ou significativas entre as variáveis estudadas.

Com os resultados concretos alcançados nesse trabalho e conceitos atribuídos aos valores de correlação encontrados, conforme citado na seção anterior, todos inferiores a 0,480 e com IDHM médio inferior a 0,270 – e considerando-se a questão de pesquisa descrita na seção 1.1 transcrita a seguir “*os recursos transferidos pela União e Estado aos municípios paranaenses contribuem na melhoria ou piora do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal desses municípios?*”, pode-se afirmar que **os recursos transferidos pelo Estado do Paraná e pela União aos municípios paranaenses não possuem correlação suficiente para influenciar o IDHM, seja positivamente, seja negativamente, para esses municípios.**

Com base no exposto, percebe-se que não houve relação dos recursos transferidos aos municípios paranaenses no período analisado com o IDHM. Como explanado na seção 2.7, o IDHM é concebido com base no IDH mundial, de acordo com a realidade dos municípios no Brasil, e suas composições são semelhantes entre si (como os componentes renda, educação e saúde e o objetivo de mensurar a qualidade de vida das pessoas não apenas sob a ótica do PIB). Conforme afirma RICKETTS (2013, p. 164), somente o IDH como formulação de políticas públicas falha em refletir adequadamente o desenvolvimento de um país. Nessa obra, demonstra-se que o IDH de Granada analisado por si só entre o período de 1991 a 2009 (mesmo período analisado nesse trabalho) traz a informação de que aparentemente houve

evolução no período – no valor de 0,751 em 1991 para 0,813 em 2009 - mas efetivamente, considerando outros indicadores de performance econômica e social para Granada, como índice de pobreza (de 32,1 em 1998 e 37,7 em 2008) e crescimento econômico – como o de evolução do PIB, o qual demonstra crescimento de 6,1% no período de 1990 a 1999 e crescimento de 1,9% entre o período de 2000 a 2009 – o que demonstra que não houve melhoras no período analisado (RICKETTS, 2013, p. 161 e 169).

Especificamente ao índice IDHM, como já analisado na seção 2.8, BRUM (2017) verificou receitas transferidas de forma voluntária da União aos municípios gaúchos com a utilização de dados contábeis da base SICONV do governo federal e sua relação com o IDHM com esses municípios entre o período de 2012 a 2017. De forma conclusiva, tal autor percebeu que não há relação entre as variáveis citadas. De forma análoga, KNEBEL (2017) analisou a transferência de receitas oriundas do ICMS ecológico do estado do Paraná para municípios paranaenses no período de 2012 a 2014, com base no índice IPDM, e também concluiu que não há correlação entre as variáveis.

Considerando-se que a maior parte do referencial bibliográfico citado no trabalho citado na seção 2.8 considera existir alguma relação entre as variáveis transferências e índices de desenvolvimento (aqui não apenas considerado o IDHM), percebe-se que para o presente estudo não se replicou essa tendência. Diante dos resultados demonstrados na seção 4.5 e a afirmação de que não há correlação entre as variáveis transferências de recursos e IDHM para os municípios paranaenses no período estudado, pode-se inferir duas hipóteses como consequência do resultado encontrado:

- 1) O IDHM pode não ser o melhor índice de análise de qualidade de vida dos cidadãos paranaenses no período citado;
- 2) A transferência de recursos públicos da União ou Estados não são suficientes para alterar a qualidade de vida dos cidadãos paranaenses.

A primeira inferência corrobora-se com a afirmação de RICKETTS (2013) de que o IDH não pode isoladamente servir como parâmetro de planejamento de políticas públicas, à medida que tal índice não reflete o verdadeiro grau de desenvolvimento de um

país, e sendo o IDHM a versão regional do IDH no Brasil. No entanto, apesar da inferência, tal hipótese deve ser testada em comparação com outros índices de desenvolvimento, o que pode ser realizado em trabalhos futuros.

Na segunda inferência surge a questão se efetivamente o modelo federativo fiscal brasileiro, o qual foi comentado na seção 2.3.3, de fato pode ser a melhor forma de compartilhamento de recursos entre os entes federados no tocante a influência do desenvolvimento e qualidade de vida dos seus cidadãos. Nessa segunda inferência considera-se que o IDHM é um índice eficaz no planejamento de políticas públicas e desconsidera-se a inferência n.º 1. Evidentemente outras formas de modelos federativos e suas comparações e análises para fins de melhor estudo dessa inferência deverão ser tratados em trabalhos futuros.

Além dos resultados, percebe-se que quanto a metodologia empregada, (SCHLESINGER, 2005) também utilizou-se do coeficiente de Pearson para análise de correlação em seus estudos, mas com o diferencial de que esse comparou as receitas transferidas estaduais e federais com os gastos de determinados municípios paranaenses. Em seus resultados, não se verificou correlação entre a maioria das variáveis pesquisadas, exceção para as transferências de FPM relacionadas à necessidade de educação nos municípios do sudoeste paranaense. Ainda quanto ao coeficiente de Pearson, (SILVA et al., 2017) utilizaram em seus trabalhos na análise de correlação as receitas de FPM, FUNDEB e ICMS para municípios catarinenses no período de 2008 a 2011, com o índice de desenvolvimento IFDM, e encontram correlação positiva para todas as variáveis testadas (SILVA et al., 2017, p. 697).

Nesse trabalho, posteriormente a análise de correlação de Pearson entre as variáveis, desenvolveu regressão linear múltipla com as variáveis citadas e a projeção de indicadores IPDM para os exercícios de 2013 e 2014. Conclui os autores no trabalho que, diferente da análise contida nesse trabalho, há relação entre o desenvolvimento dos municípios e a captação de recursos. As possíveis razões de diferenças de resultados entre esse trabalho e a citado podem ser o índice estudado (IDHM X IFDM) e ainda a fonte de dados de receitas transferidas, o qual foi a FECAM (Federação Catarinense de Municípios) para aquele e FINBRA nesse.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho abordou-se o tema receitas transferidas dentro do contexto do federalismo fiscal e suas relações com o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). Na análise verificou-se as transferências de recursos da União e Estado aos municípios paranaenses nos decênios 1990 a 2010. Consoante registro na seção 3.1, a pesquisa desenvolvida possui natureza aplicada, já que teve por objetivo responder à questão de pesquisa do trabalho; possui abordagem quantitativa, já que se utilizou de métodos estatísticos para análise de dados e atendimento aos objetivos da pesquisa. Este trabalho possui foco descritivo, pois analisou a relação entre variáveis de dados e o procedimento técnico para o desenvolvimento do trabalho é essencialmente documental, uma vez que se utilizou de relatórios/informações primárias de portais públicos, e utilizou-se ainda pesquisa bibliográfica, para contribuições de parte do trabalho teórico.

Pesquisou-se referenciais bibliográficos sobre o tema comentado, bem como referenciais que considerassem os investimentos ou gastos municipais com índice de desenvolvimento. Para a maioria dos autores pesquisados no referencial teórico, em regra, as transferências de recursos se relacionam positivamente com índices de qualidade de vida, como nos casos dos índices IDHM e IPDM, ou ainda nesses trabalhos pesquisados há correlação positiva entre gastos e/ou investimentos e índices de desenvolvimento. Para duas obras em que não se verificou essa correlação, que em um caso se refere transferência voluntária da União a municípios gaúchos, o qual não abrange o total transferido àqueles municípios (BRUM, 2017); e no outro caso se refere a transferência do ICMS ecológico do estado do Paraná, (KNEBEL, 2017). Para outras duas bibliografias há correlação negativa, uma em que há relação negativa entre IFDM e FPM (MASSARDI; ABRANTES, 2015) e outra bibliografia com relação negativa entre transferência de royalties da Itaipu e índice próprio (SCHLINDWEIN; CARDOSO; SHIKIDA, 2014).

Quanto aos objetivos propostos nesse trabalho, bem como a questão de pesquisa que o fundamenta, todos especificados na seção 1, consideram-se atendidos nesse trabalho. O objetivo específico “a” foi atendido conforme descrição contida na

seção 2.8 e resumo no parágrafo anterior, já que se apresentou o estado da arte das pesquisas sobre o tema citado.

O objetivo específico “b” foi atingido com a apresentação dos principais tópicos relacionados à pesquisa, como receitas públicas, transferências de recursos e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foram explanados e detalhados para fins de contribuição para a questão de pesquisa. Decorrente deste objetivo foi produzido o mapa mental apresentado na seção 2.5.5.

O objetivo específico “c” foi atendido, logo que se realizou pesquisa de natureza aplicada com análise de correlação com variáveis de receitas transferidas e IDHM dos municípios paranaenses, com dados de fontes públicas, para o período de 1990 a 2010, com fins de mensurar se há relação entre as variáveis. Para tal, prepararam-se os dados contábeis e do IDHM, conforme explanado na seção 4.2 e 4.3 e dentro do mesmo período de referência e para municípios comuns a série de dados analisou-se o índice de correlação de Pearson para as receitas transferidas e os componentes do IDHM. Conforme demonstrado nesse trabalho, para os conceitos atribuídos na seção 4.5, não há correlação entre as variáveis estudadas, o que enquadra os resultados dentro da hipótese 1 de pesquisa levantada na seção 3.3.

Derivado do resultado desse objetivo específico, o objetivo geral também foi atingido, na medida em que se analisou a relação de transferência de receitas aos municípios paranaenses e seus respectivos IDHMs. A questão de pesquisa levantada também foi respondida, já que com os resultados quantitativos obtidos há a confirmação de que os recursos transferidos pela União e Estado aos municípios paranaenses não contribuem para alteração do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal desses municípios no período pesquisado.

Dentro desse resultado é possível cogitar que o modelo federativo fiscal brasileiro de transferências de recursos não é capaz de influenciar positivamente a qualidade de vida dos cidadãos. Evidentemente que para tal afirmação serão necessários outros estudos, já que esse trabalho tem como limitação de pesquisa a análise do IDHM e receitas transferidas no período de 1990 a 2009 no estado do Paraná. Não se pode afirmar que a transferência de recursos não possui correlação

para outros períodos, ou ainda que não há correlação se calculado por meio de outros índices, ou ainda que tal análise não possa ser diferente para outros estados.

Como sugestão de outros trabalhos, pode-se utilizar nos testes de correlação outros índices de desenvolvimento humano, considerando a possibilidade do IDHM não ser o melhor índice de comparação entre variáveis. Pode-se também incluir na análise os gastos dos municípios, como forma de comparar se há relação desses com o IDHM ou ainda com a receita transferida. A receita transferida poderá ser separada entre receita vinculada e receita discricionária para fins de análise, já que a primeira não poderá ser alterada mediante vontade dos gestores e a segunda poderá ser melhor analisada quanto a efetividade das escolhas desses.

Ainda como trabalhos futuros, sugere-se o estudo do reflexo dos ciclos eleitorais (tanto eleições municipais como as eleições para cargos eletivos de outros entes) sobre as transferências de recursos e possível alteração no IDHM.

REFERÊNCIAS

ALVES, P.; RAIÁ JUNIOR, A. A. Análise de correlação entre acidentes de trânsito, uso e ocupação do solo, polos geradores de viagens e população em Uberlândia-MG. **Revista dos Transportes Públicos**, p. 55–70, 2012. Disponível em: <http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/0F9D9C11-F1D4-49B0-9A5F-C43F4079C0EB.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Senado Federal**, p. 1–98, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 7 dez. 2019. BRASIL, (STN). Relatório de Atividades Subgrupo de Trabalho Classificação das Transferências da União. Relatório de Atividades Subgrupo de Trabalho Classificação das Transferências da União. p. 1–18, 2015. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/333563/pge_relatorio_class_transf.pdf>.

BRASIL, C. T. N. Lei Federal n.º 5172 [Código Tributário Nacional]. **Senado Federal**, v. 1, p. 1–37, 1966. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL, P. C. S. n.º 1. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. v. 1, p. 360, 2014. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6a edição_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6a%20edi%7Cao_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773)>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL, P. da R. **Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503**. p. 1–90, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL, P. da R. **Decreto Federal n 6170/07**. p. 1–14, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6170.htm>. Acesso em: 21 dez. 2019. BRASIL, S. Lei 7990. p. 3–7, 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7990.htm>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL, S. **Lei Federal 8080**. p. 1–15, 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL, S. **Lei Federal 8142**. p. 8–10, 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL, S. **Lei Complementar 87**. p. 1–13, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL, S. **Lei Complementar 101**, DE 4 DE MAIO DE 2000. p. 1–25, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL, S. **Portaria Interministerial n.º 163/2001**, 2001. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view>.

Acesso em: 4 ago. 2019.

BRASIL, S. **Lei n.º 11107/05**. v. 1, p. 1–6, 2005. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 25 fev. 2020. BRASIL, S. **Lei Complementar n.º 141/12**. p. 1–10, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL, T. **TC 024.140/2006-6**, 2006. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CAcord%5C20101014%5CAC_6583_35_10_1.doc>. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRUM, L. S. de. **Transferências voluntárias da união para prefeituras gaúchas – relação com os Índices de Desenvolvimento Humano municipais**. **UFRS**, p. 43, 2017. Disponível em: <<http://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=4a8141b2-fedc-4019-8d76-52017328c08a%40pdc-v-sessmgr05&bdata=Jmxhbm9cHQtYnlmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=edsbas.4E480043&db=edsbas>>.

CATARINO, J. R.; ABRAHAM, M. O Federalismo Fiscal No Brasil E Na União Europeia. **Rei - Revista Estudos Institucionais**, v. 4, n. 1, p. 186–210, 2018. Disponível em: <<http://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=5&sid=1fe18031-aade-4f2b-8579-f2ea447b5aae%40sdc-v-sessmgr04&bdata=Jmxhbm9cHQtYnlmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=edsbas.DD6B240B&db=edsbas>>. Acesso em 23 mai. 2019.

CLP. **O que são e para que servem as transferências de recursos para os municípios?** p. 1–4, 2020. Disponível em: <<https://www.clp.org.br/o-que-sao-e-para-que-servem-as-transferencias-de-recursos-para-os-municipios-ead2/>>. Acesso em 5 mai. 2020.

CNM. Royalties. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 1, n. 9, p. 1–48, 2010. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Royalties.pdf>>.

DEDA, C. C.; KAUCHAKJE, S.; CORREIA, F. M. Efeitos das regras fiscais e transferências na alocação dos gastos públicos nos municípios paranaenses: 2002–2011. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 1, p. 67–92, 2016. Disponível em: <<http://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=77a785be-df89-4ae2-8fea-f7422838762b%40pdc-v-sessmgr02&bdata=Jmxhbm9cHQtYnlmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=edsbas.59080A08&db=edsbas>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

FAZENDA, M. da. **Carga tributária no Brasil 2017**: análise por tributos e bases de incidência. p. 53, 2018. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-2017.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

FIIRST, C. et al. Eficiência de previsibilidade orçamentária da receita pública: um estudo em municípios do estado do Paraná entre os exercícios 2002 e 2013. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 3, p. 983, 2017. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/11537>>. Acesso em: 1

jun. 2019. KNEBEL, P. R. P. **RELAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO COM O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE OS ANOS 2012 A 2014.** **UFSC**, v. 1, p. 1–96, 2017. Disponível em: <<http://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=77a785be-df89-4ae2-8fea-f7422838762b%40pdc-v-sessmgr02&bdata=Jmxhbm9cHQtYnlmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=edsbas.59080A08&db=edsbas%0A>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

LIZIERO, L. B. da S. **O estado federal como modelo matricial de organização política.** p. 327–343, 2018. Disponível em: <<http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=4&sid=d5676648-9cdd-49e1-9b4e-4fb35a786cf8%40sessionmgr4009>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

LUCCA, L. de; FLOSS, A. M. Análise da destinação dos recursos do fundo estadual de incentivo ao esporte do estado de Santa Catarina (Brasil) e suas relações com índices de desenvolvimento regional. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. (I), p. 28–42, 2017. Disponível em: <<http://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=6993f416-b5f0-4a8b-8c3a-c2a69236d2ed%40sessionmgr103>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

MACHADO, D. P. EFEITO DA CENTRALIDADE URBANA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES NA RELAÇÃO MÚTUA ENTRE **INVESTIMENTO PÚBLICO SOCIAL MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.** n. 1, p. 141, 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/59718>>.

MASSARDI, W. de O.; ABRANTES, L. A. Esforço Fiscal, Dependência Do Fpm E Desenvolvimento Socioeconômico: Um Estudo Aplicado Aos Municípios De Minas Gerais. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295–313, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rege/article/download/111466/109632/>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

MATTEI, T. F.; BEZERRA, F. M.; MELLO, G. R. de. Despesas públicas e o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 17, n. 1, p. 29, 2018. Disponível em: <<http://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=5&sid=6ad7d592-8b37-48a7-bc70-848529f215ea%40sessionmgr4006&bdata=Jmxhbm9cHQtYnlmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=130757910&db=bsu>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

OLIVEIRA, J. L. S. DE. **RELAÇÃO ENTRE GASTOS SOCIAIS E O IDH-M: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA PARA OS MUNICÍPIOS PARANAENSES.** **UFPR**, p. 81, 2016. Disponível em: <<http://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=24754704-37d9-4473-af89-3af5a12a308f%40sessionmgr120&bdata=Jmxhbm9cHQtYnlmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=edsgcl.566681200&db=edsgao%0A>>. Acesso em: 8 mai. 2019.

PARANÁ. **Lei 14260/03.** p. 9133423, 2003. Disponível em: <<http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/12200314260.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

PARANÁ. **Lei n ° 18573 [ITCMD].** p. 9133423, 2015. Disponível em:

<<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/TituloIILei18573comL188792016.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

PARANA, (TCE). **Resolução n 28-2011**. p. 23724928, 2011a. Disponível em: <<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/resolucao-n-28-de-2-de-outubro-de-2011/1376/area/10>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PARANA, (TCE). **Instrução Normativa n 61**, 2011b. . Disponível em: <<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/instrucao-normativa-n-612011/1171/area/10>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PARANA, A. **Lei Estadual 9491**. p. 2–3, 1990. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=4924>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

PARANA, S. **Contrato n.º 003/2016-SEFA**. 2016. Disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/transparencia/Banco_do_Brasil/Contrato00316BB.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PARANA, S. **Repasse do Município Referência : 2018** Município Índices do FPM Repasse Bruto Em Reais Fundo de Repasse Líquido Royalties IPVA4 Total Repasse Líquido Repasses do Município. p. 1–5, 2018. Disponível em: <http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/portaldatransparencia/repasses/rrelatorio/rrepassesmun.jsp?Param_Data=01/01/2018&Param_Tiporelatorio=ANUAL>. Acesso em 18 jun. 2019.

PARANA, T. **Convênios do Governo Estadual**. p. 7980, 2020. Disponível em: <<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/convenios?windowId=c5e>>. Acesso em 5 ago. 2020.

PNUD, I. e F. Atlas de Desenvolvimento Humano 2013 - perguntas e respostas. **Perfil Municipal Rio de Janeiro, RJ**, v. 2000, p. 2013, 2013b. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/rio-de-janeiro_rj>. Acesso em 7 jul. 2019.

RICKETTS, H. Grenada and the human development index: Unmasking the policy applicability of the HDI rank. **Social and Economic Studies**, v. 62, n. 3–4, p. 155–181, 2013. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/viewarticle/render?data=dGJyMPPp44rp2%2FdV0%2Bnjisfk5le46bRQsqi1S7ek63nn5Kx95uXxjL6srUq1pbBIsKaeSbimsIKyrJ5oy5zyit%2Fk8Xnh6ueH7N%2FiVaunr0m0prRJt6ixPurX7H%2B75vJF4OikfOCz8YHmnPJ55bO%2FZqTX7FW3q7BRr66uSKTc7Yrr1%2FJV5OvqhPLb>>. Acesso em 9 jul. 2020.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 5, p. 909–933, 2007. Acesso em 5 mai. 2019.

SCHLESINGER, G. O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios: uma análise comparativa das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste Paranaense. **UFPR**, v. 1, p. 1–158, 2005. Disponível em: <<http://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=07680271-a220-4f83-80b4->

3acdf62fa686%40sessionmgr4010&bdata=Jmxhbm9cHQYnImc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=fpr.000204348&db=cat03330a>. Acesso em 7 jul. 2019.

SCHLINDWEIN, C. M.; CARDOSO, B. F.; SHIKIDA, P. F. A. Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 583, p. 361, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v6n3/07.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2019.

SENADO, projeto. Projeto de Resolução n.º 15/2017. **Projeto de Lei do Senado Federal**, p. 1–8, 2013. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5291986&ts=1554470987055&disposition=inline>>. Acesso em 4 jun. 2019.

SILVA, J. C. et al. ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES ESTADUAIS E FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA. **Revista de Administração da UFSM**, v. 10 n.4, p. 688–704, 2017. Disponível em: <<http://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=e90a2b11-918c-4ea1-bb83-c1529a33dc1e%40sessionmgr101%0A>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SOARES, M.; GOMES, E. do C. oliveira; FILHO, J. ribeiro de T. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. **Gestão e Sociedade**, v. 12, n. 32, p. 2333–2358, 2011. Disponível em: <<http://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=682130c0-aac4-4641-ab24-79fd8b26be5b%40sessionmgr120&bdata=Jmxhbm9cHQYnImc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=76169905&db=edb>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

STF. Recurso Extraordinário [RE] **379572**. 2008. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2103607>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

STN. O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE AS **TRANSFERÊNCIAS FISCAIS DA UNIÃO**. 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_ipi.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019

TERNOSKI, D. M.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A. A INFLUÊNCIA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE COM OS ÍNDICES SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS PARANANENSES. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 15, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=c86175a8-4651-471f-b54d-fb2259237581%40sessionmgr4008&bdata=Jmxhbm9cHQYnImc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3D%3D#AN=122600068&db=asn>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

CONTAS CONTÁBEIS DE RECEITAS SELECIONADAS

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIAS	RECORCAMENTÁRIAS	RECORCAMENTÁRIAS	Receitas Orçamentárias	RECEITA = (2445)	RECEITA = (2445)
RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	Receitas Correntes	RECEITAS CORRENTES = (3+12+15+19+...+22+42)	RECEITAS CORRENTES = (3+12+15+19+...+22+42)
TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	Receitas de Transferências Correntes	Transferências Intergovernamentais - da União = (24+38+41)	Transferências Intergovernamentais - da União = (24+...+32)
CPPFM	CPPM	CPPM	CPPM	CPPM	CPPM	CPPM	Cota Fundo de Part. dos Municípios - FPM	Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM
OUTRAUNIAO	OUTRAUNIAO	OUTRAUNIAO	OUTRAUNIAO					Imposto de Renda Retido na Fonte (A4, 138, 1 - CF) - IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte (A4, 138, 1 - CF) - IRRF
								Cota parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural ITR	Cota parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural ITR
								Cota parte do IOT-Quro	Cota parte do IOT-Quro
								Transferências Financeiras - Lei Complementar nº 87/96	Transferências Financeiras - Lei Complementar nº 87/96
								Cota parte da Contribuição do Salário-educação	Cota parte da Contribuição do Salário-educação
								Transferências do FUNDEF	Transferências do FUNDEF
								Transferências para o Sistema Único de Saúde - SUS	Transferências para o Sistema Único de Saúde - SUS
								Outras Transferências da União	Outras Transferências da União
								Transferências Intergovernamentais - do Estado = (34+...+40)	Transferências Intergovernamentais - do Estado = (34+...+40)
								Cota parte do ICMS	Cota parte do ICMS
								Cota parte do IPIVA	Cota parte do IPIVA
								Cota parte do IPT - Exportação	Cota parte do IPT - Exportação
								Cota parte da Contribuição do Salário-educação	Cota parte da Contribuição do Salário-educação
								Transferências do FUNDEF	Transferências do FUNDEF
								Transferências para o Sistema Único de Saúde - SUS	Transferências para o Sistema Único de Saúde - SUS
								Outras Transferências do Estado	Outras Transferências do Estado
								RECEITAS DE CAPITAL = (46+47+48+52)	RECEITAS DE CAPITAL = (46+47+48+52)
								Transferências de Capital = (48+50+51)	Transferências de Capital = (48+50+51)
								Transferências da União	Transferências da União
								Transferências dos Estados	Transferências dos Estados
								Outras Transferências de Capital	Outras Transferências de Capital
DEMASTRANCORRENTES/90	DEMASTRANCORRENTES	DEMASTRANCORRENTES	DEMASTRANCORRENTES	OUTRANSFECORRENTES	OUTRANSFECORRENTES	OUTRANSFECORRENTES	Outras Transf. Correntes	RECEITAS DE CAPITAL = (46+47+48+52)	RECEITAS DE CAPITAL = (46+47+48+52)
RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	Receitas de Capital	Transferências de Capital = (48+50+51)	Transferências de Capital = (48+50+51)
TOTALTRANSFECAPITAL	TOTALTRANSFECAPITAL	TOTALTRANSFECAPITAL	TOTALTRANSFECAPITAL	TRANSFECAPITAL	TRANSFECAPITAL	TRANSFECAPITAL	Receitas de Transferências de Capital	Transferências da União	Transferências da União
PRECUNIAO	PRECUNIAO	PRECUNIAO	PRECUNIAO	TRANSFECUNIAO	TRANSFECUNIAO	TRANSFECUNIAO	Transf. da União	Transferências dos Estados	Transferências dos Estados
PRIESTADUAIS	PRIESTADUAIS	PRIESTADUAIS	PRIESTADUAIS	TRANSFESTADUOS	TRANSFESTADUOS	TRANSFESTADUOS	Transf. dos Estados	Outras Transferências de Capital	Outras Transferências de Capital
DEMASTRANCAPITAL	DEMASTRANCAPITAL	DEMASTRANCAPITAL	DEMASTRANCAPITAL	OUTRANSFECAPITAL	OUTRANSFECAPITAL	OUTRANSFECAPITAL	Outras Transf. de Capital		
OUTRANESTADUAIS/90	OUTRANESTADUAIS	OUTRANESTADUAIS	OUTRANESTADUAIS/99						

CONTAS DE RECEITAS CONTÁBEIS COMUNS A TODO PERÍODO

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIAS	RECORCAMENTÁRIA	RECORCAMENTÁRIAS	Receitas Orçamentárias	RECEITA	RECEITA
RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	RECORRENTE	Receitas Correntes	RECEITAS CORRENTES	RECEITAS CORRENTES
TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	TRANSFECORRENTES	Cota Fundo de Part. dos Municípios - FPM	Transferências Correntes	Transferências Correntes
CPPFM	CPPM	CPPM	CPPM	CPPM	CPPM	CPPM	Cota Fundo de Part. dos Municípios - FPM	Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM
CPICMS	CPICMS	CPICMS	CPICMS	CPICMS	CPICMS	CPICMS	Cota parte ICMS	Cota parte do ICMS	Cota parte do ICMS
DEMASTRANCORRENTES/90	DEMASTRANCORRENTES	DEMASTRANCORRENTES	DEMASTRANCORRENTES	OUTRANSFECORRENTES	OUTRANSFECORRENTES	OUTRANSFECORRENTES	Outras Transf. Correntes	Outras Transferências Correntes	Outras Transferências Correntes
RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	RECCAPITAL	Receitas de Capital	RECEITAS DE CAPITAL	RECEITAS DE CAPITAL
TOTALTRANSFECAPITAL	TOTALTRANSFECAPITAL	TOTALTRANSFECAPITAL	TOTALTRANSFECAPITAL	TRANSFECAPITAL	TRANSFECAPITAL	TRANSFECAPITAL	Receitas de Transferências de Capital	Transferências de Capital = (48+50+51)	Transferências de Capital = (48+50+51)
PRECUNIAO	PRECUNIAO	PRECUNIAO	PRECUNIAO	TRANSFECUNIAO	TRANSFECUNIAO	TRANSFECUNIAO	Transf. da União	Transferências da União	Transferências da União
PRIESTADUAIS	PRIESTADUAIS	PRIESTADUAIS	PRIESTADUAIS	TRANSFESTADUOS	TRANSFESTADUOS	TRANSFESTADUOS	Transf. dos Estados	Transferências dos Estados	Transferências dos Estados
DEMASTRANCAPITAL	DEMASTRANCAPITAL	DEMASTRANCAPITAL	DEMASTRANCAPITAL	OUTRANSFECAPITAL	OUTRANSFECAPITAL	OUTRANSFECAPITAL	Outras Transf. de Capital	Outras Transferências de Capital	Outras Transferências de Capital

LEGENDA

- CONTAS COMUNS AO PERÍODO
- CONTAS SELECIONADAS NÃO COMUNS A TODO PERÍODO
- CONTAS ESCOLHIDA PARA A ANÁLISE

APÊNDICE II - CONTAS CONTÁBEIS DE RECEITAS ESCOLHIDAS - 2000 A 2009

CONTAS CONTÁBEIS DE RECEITAS SELECIONADAS

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária	Rec. Orçamentária
Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes	Rec. Correntes
Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes	Rec. Transf. Correntes
Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União	Transf. Cor. Intergovern	Transf. Cor. Intergovern	Transf. Cor. Intergovern	Transf. Cor. Intergovern	Transf. Cor. Intergovern	Transf. Cor. Intergovern	Transf. Cor. Intergovern	Transf. Cor. Intergovern
		Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União	Transf. Intergov. da União
Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM
IRRF	IRRF								
Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR
Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro
					Outras Transf. da União	Outras Transf. da União	Transf. Uni. Comp.Financ	Transf. Uni. Comp.Financ	Transf. Uni. Comp.Financ
							Cota-parce. Comp. Fin. Rec.Hídricos	Cota-parce. Comp. Fin. Rec.Hídricos	Cota-parce. Comp. Fin. Rec.Hídricos
							Cota-parce. CFEM	Cota-parce. CFEM	Cota-parce. CFEM
							Cota-parce. Royalties Petróleo	Cota-parce. Royalties Petróleo	Cota-parce. Royalties Petróleo
				Cota Royalties Excedente	Cota Royalties Excedente	Cota Royalties Excedente	Cota Royalties Excedente	Cota Royalties Excedente	Cota Royalties Excedente
				Cota Royalties Part. Especial	Cota Royalties Part. Especial	Cota Royalties Part. Especial	Cota Royalties Part. Especial	Cota Royalties Part. Especial	Cota Royalties Part. Especial
				Cota Petróleo	Cota Petróleo	Cota Petróleo	Cota Petróleo	Cota Petróleo	Cota Petróleo
						Outras Transf. U. Confín	Outras Transf. U. Confín	Outras Transf. U. Confín	Outras Transf. U. Confín
SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União
		FNAS	FNAS	FNAS	FNAS	FNAS	FNAS	FNAS	FNAS
		FNDE	FNDE	FNDE	FNDE	FNDE	FNDE	FNDE	FNDE
LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS	LC 87_96/ICMS
Cota Salário Educação União	Cota Salário Educação União								
Fundel União	Fundel União								
		Comp. Extra-c. Mineral	Comp. Extra-c. Mineral				Transf. União Consórcios Públicos	Transf. União Consórcios Públicos	Transf. União Consórcios Públicos
Outras Transf. da União	Outras Transf. da União	Demais Transf. União	Demais Transf. União	Demais Transf. União	Demais Transf. União	Demais Transf. União	Outras Transf. União	Outras Transf. União	Outras Transf. União
Transf. Intergov. do Estado	Transf. Intergov. do Estado			Transf. Intergov. Estado	Transf. Intergov. Estado	Transf. Intergov. Estado	Transf. Intergov. Estado	Transf. Intergov. Estado	Transf. Intergov. Estado
Cota ICMS	Cota ICMS	Transf. Intergov. Estado	Transf. Intergov. Estado	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS
Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA
Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação
Cota Salário Educação Estado	Cota Salário Educação Estado	Cota Salário Educação							
Fundel Estado	Fundel Estado								
SUS Estado	SUS Estado	SUS Estado	SUS Estado	SUS Estado	SUS Estado				
				Participação Rec. Estados	Participação Rec. Estados	Participação Rec. Estados	Participação Rec. Estados	Participação Rec. Estados	Participação Rec. Estados
							Cota CIDE	Cota CIDE	Cota CIDE
Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado	Outras Transf. Estado
Outras Transf. Correntes	Outras Transf. Correntes								
Demais Rec. Correntes	Demais Rec. Correntes								
				Cota CIDE	Cota CIDE	Cota CIDE			
				Transf. Est. Comp.Financ	Transf. Est. Comp.Financ	Transf. Est. Comp.Financ	Transf. Est. Comp.Financ	Transf. Est. Comp.Financ	Transf. Est. Comp.Financ
				Cota Confín Rec. Hídricos	Cota Confín Rec. Hídricos	Cota Confín Rec. Hídricos	Cota Confín Rec. Hídricos	Cota Confín Rec. Hídricos	Cota Confín Rec. Hídricos
				Cota Confín Rec. Minerais	Cota Confín Rec. Minerais	Cota Confín Rec. Minerais	Cota Confín Rec. Minerais	Cota Confín Rec. Minerais	Cota Confín Rec. Minerais
				Cota Royalties Produção	Cota Royalties Produção	Cota Royalties Produção	Cota Royalties Produção	Cota Royalties Produção	Cota Royalties Produção
				Outras Transf. E. Comp.Fin	Outras Transf. E. Comp.Fin	Outras Transf. E. Comp.Fin	Outras Transf. E. Comp.Fin	Outras Transf. E. Comp.Fin	Outras Transf. E. Comp.Fin
				Transf. Est. Saúde-Fundo	Transf. Est. Saúde-Fundo	Transf. Est. Saúde-Fundo	Transf. Est. Saúde-Fundo	Transf. Est. Saúde-Fundo	Transf. Est. Saúde-Fundo
							Transf. Est. Consórcios Públicos	Transf. Est. Consórcios Públicos	Transf. Est. Consórcios Públicos
				Outras Transf. Estados	Outras Transf. Estados	Outras Transf. Estados	Outras Transf. Estados	Outras Transf. Estados	Outras Transf. Estados
				Transf. Multigovernamentais	Transf. Multigovernamentais	Transf. Multigovernamentais	Transf. Multigovernamentais	Transf. Multigovernamentais	Transf. Multigovernamentais
		Transf. Multigov. FUNDEF	Transf. Multigov. FUNDEF	Transf. Multigov. FUNDEF	Transf. Multigov. FUNDEF	Transf. Multigov. FUNDEF	Transf. Multigov. FUNDEF	Transf. Multigov. FUNDEF	Transf. Multigov. FUNDEF
		Transf. Multigov. FUNDEF Comp	Transf. Multigov. FUNDEF Comp	Transf. Multigov. FUNDEF Comp	Transf. Multigov. FUNDEF Comp	Transf. Multigov. FUNDEF Comp	Transf. Multigov. FUNDEF Comp	Transf. Multigov. FUNDEF Comp	Transf. Multigov. FUNDEF Comp
		Transf. Convênios União	Transf. Convênios União	Outras Transf. Multigov	Outras Transf. Multigov	Outras Transf. Multigov	Outras Transf. Multigov	Outras Transf. Multigov	Outras Transf. Multigov
		Transf. Convênios Estados DF	Transf. Convênios Estados DF	Transf. Convênios	Transf. Convênios	Transf. Convênios	Transf. Convênios	Transf. Convênios	Transf. Convênios
				Transf. Convênios União	Transf. Convênios União	Transf. Convênios União	Transf. Convênios União	Transf. Convênios União	Transf. Convênios União
				TrConvUn SUS	TrConvUn SUS	TrConvUn SUS	TrConvUn SUS	TrConvUn SUS	TrConvUn SUS

APÊNDICE II - CONTAS CONTÁBEIS DE RECEITAS ESCOLHIDAS - 2000 A 2009

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
				TrConvUn Educação	TrConvUn Educação	TrConvUn Educação	TrConvUn Educação	TrConvUn Educação	TrConvUn Educação
				TrConvUn Assist Social	TrConvUn Assist Social	TrConvUn Assist Social	TrConvUn Assist Social	TrConvUn Assist Social	TrConvUn Assist Social
				TrConvUn Combate Fome	TrConvUn Combate Fome	TrConvUn Combate Fome	TrConvUn Combate Fome	TrConvUn Combate Fome	TrConvUn Combate Fome
					TrConvUn Saneamento Básico	TrConvUn Saneamento Básico	TrConvUn Saneamento Básico	TrConvUn Saneamento Básico	TrConvUn Saneamento Básico
				Outras TrConvUn	Outras TrConvUn	Outras TrConvUn	Outras TrConvUn	Outras TrConvUn	Outras TrConvUn
				Transf Convênios Estados DF	Transf Convênios Estados DF	Transf Convênios Estados DF	Transf Convênios Estados DF	Transf Convênios Estados DF	Transf Convênios Estados DF
				TrConvEst SUS	TrConvEst SUS	TrConvEst SUS	TrConvEst SUS	TrConvEst SUS	TrConvEst SUS
				TrConvEst Educação	TrConvEst Educação	TrConvEst Educação	TrConvEst Educação	TrConvEst Educação	TrConvEst Educação
				Outras TrConvEst	Outras TrConvEst	Outras TrConvEst	Outras TrConvEst	Outras TrConvEst	Outras TrConvEst
Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital
Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital
		Transf Cap Intergovern	Transf Cap Intergovern	Transf Cap Intergovern	Transf Cap Intergovern	Transf Cap Intergovern	Transf Cap Intergovern	Transf Cap Intergovern	Transf Cap Intergovern
Rec Transf de Capital União	Rec Transf de Capital União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União
			TrCapU SUS	TrCapU SUS	TrCapU SUS	TrCapU SUS	TrCapU SUS	TrCapU SUS	TrCapU SUS
			TrCapU Educação	TrCapU Educação	TrCapU Educação	TrCapU Educação	TrCapU Educação	TrCapU Educação	TrCapU Educação
							TrCapU Consórcios Públicos	TrCapU Consórcios Públicos	TrCapU Consórcios Públicos
							Outras TrCapU	Outras TrCapU	Outras TrCapU
Rec Transf de Capital Estado	Rec Transf de Capital Estado	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados
Outras Rec Transf Capital	Outras Rec Transf Capital								
		Transf Cap Out Inst Públicas	Transf Cap Out Inst Públicas	TrCapEst SUS	TrCapEst SUS	TrCapEst SUS	TrCapEst SUS	TrCapEst SUS	TrCapEst SUS
		Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	TrCapEst Educação	TrCapEst Educação	TrCapEst Educação	TrCapEst Educação	TrCapEst Educação	TrCapEst Educação
		Transf Cap Conv União	Transf Cap Conv União	Outras TrCapEst	Outras TrCapEst	Outras TrCapEst	Outras TrCapEst	Outras TrCapEst	Outras TrCapEst
		Transf Cap Conv Estados	Transf Cap Conv Estados		Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios
		Dedução FUNDEF FPM	Dedução FUNDEF FPM	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios	Transf Cap Convênios
		Dedução FUNDEF LC87_96	Dedução FUNDEF LC87_96	Transf Cap Conv União	Transf Cap Conv União	Transf Cap Conv União	Transf Cap Conv União	Transf Cap Conv União	Transf Cap Conv União
		Dedução FUNDEF ICMS	Dedução FUNDEF ICMS	TrCapConvU SUS	TrCapConvU SUS	TrCapConvU SUS	TrCapConvU SUS	TrCapConvU SUS	TrCapConvU SUS
		Dedução FUNDEF IPI Exp	Dedução FUNDEF IPI Exp	TrCapConvU Educação	TrCapConvU Educação	TrCapConvU Educação	TrCapConvU Educação	TrCapConvU Educação	TrCapConvU Educação
				Outras TrCapConvU	TrCapConvU Saneamento	TrCapConvU Saneamento	TrCapConvU Saneamento	TrCapConvU Saneamento	TrCapConvU Saneamento
				Transf Cap Conv Estados	TrCapConvU Meio Ambiente	TrCapConvU Meio Ambiente	TrCapConvU Meio Ambiente	TrCapConvU Meio Ambiente	TrCapConvU Meio Ambiente
				TrCapConvEst SUS	TrCapConvU Transporte	TrCapConvU Transporte	TrCapConvU Transporte	TrCapConvU Transporte	TrCapConvU Transporte
				Outras TrCapConvEst	Outras TrCapConvU	Outras TrCapConvU	Outras TrCapConvU	Outras TrCapConvU	Outras TrCapConvU
					Transf Cap Conv Estados	Transf Cap Conv Estados	Transf Cap Conv Estados	Transf Cap Conv Estados	Transf Cap Conv Estados
					TrCapConvEst Educação	TrCapConvEst Educação	TrCapConvEst Educação	TrCapConvEst Educação	TrCapConvEst Educação
					Outras TrCapConvEst	TrCapConvEst SUS	TrCapConvEst SUS	TrCapConvEst SUS	TrCapConvEst SUS
						TrCapConvEst Saneamento	TrCapConvEst Saneamento	TrCapConvEst Saneamento	TrCapConvEst Saneamento
						TrCapConvEst Meio Ambiente	TrCapConvEst Meio Ambiente	TrCapConvEst Meio Ambiente	TrCapConvEst Meio Ambiente
					TrCapConvEst Transporte	TrCapConvEst Transporte	TrCapConvEst Transporte	TrCapConvEst Transporte	TrCapConvEst Transporte
					Outras TrCapConvEst	Outras TrCapConvEst	Outras TrCapConvEst	Outras TrCapConvEst	Outras TrCapConvEst
						Deduções Rec Corrente	Deduções Rec Corrente	Deduções Rec Corrente	Deduções Rec Tr União
						Dedução Rec Tr União	Dedução Rec Tr União	Dedução Rec Tr União	
				Dedução FUNDEF FPM	Dedução FUNDEF FPM	Dedução FUNDEF FPM	Dedução FUNDEF FPM	Dedução FUNDEF FPM	Dedução FUNDEF FPM
						Dedução FUNDEF ITR	Dedução FUNDEF ITR	Dedução FUNDEF ITR	
				Dedução FUNDEF LC87_96	Dedução FUNDEF LC87_96	Dedução FUNDEF LC87_96	Dedução FUNDEF LC87_96	Dedução FUNDEF LC87_96	Dedução FUNDEF LC87_96
						Dedução Rec Tr Estado	Dedução Rec Tr Estado	Dedução Rec Tr Estado	Dedução Rec Tr Estado
				Dedução FUNDEF ICMS	Dedução FUNDEF ICMS	Dedução FUNDEF ICMS	Dedução FUNDEF ICMS	Dedução FUNDEF ICMS	Dedução FUNDEF ICMS
						Dedução FUNDEF IPVA	Dedução FUNDEF IPVA	Dedução FUNDEF IPVA	Dedução FUNDEF IPVA
				Dedução FUNDEF IPI Exp	Dedução FUNDEF IPI Exp	Dedução FUNDEF IPI Exp	Dedução FUNDEF IPI Exp	Dedução FUNDEF IPI Exp	Dedução FUNDEF IPI Exp

CONTAS DE RECEITAS CONTÁBEIS COMUNS A TODO PERÍODO

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária	Rec Orçamentária
Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes	Rec Correntes
Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes	Rec Transf Correntes
Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União	Transf Intergov da União
Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM	Cota FPM
Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR	Cota ITR
Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro	Cota IOF Ouro
SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União	SUS União
LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS	LC 87_96 ICMS
Outras Transf da União	Outras Transf da União	Demais Transfer União	Demais Transfer União	Demais Transfer União	Demais Transfer União	Demais Transfer União	Outras Transfer União	Outras Transfer União	Outras Transfer União
Transf Intergov do Estado	Transf Intergov do Estado	Transf Intergov Estado	Transf Intergov Estado	Transf Intergov Estado	Transf Intergov Estado	Transf Intergov Estado	Transf Intergov Estado	Transf Intergov Estado	Transf Intergov Estado
Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS	Cota ICMS
Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA	Cota IPVA
Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação	Cota IPI Exportação
Outras Transf Estado	Outras Transf Estado	Outras Transf Estado	Outras Transf Estado	Outras Part Rec Estado	Outras Part Rec Estado	Outras Part Rec Estado	Outras Part Rec Estado	Outras Part Rec Estado	Outras Part Rec Estado
Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital	Rec de Capital
Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital	Rec Transf de Capital
Rec Transf de Capital União	Rec Transf de Capital União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União	Transf Cap Inter União
Rec Transf de Capital Estado	Rec Transf de Capital Estado	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados	Transf Cap Inter Estados

LEGENDA

CONTAS COMUNS AO PERÍODO

CONTAS SELECIONADAS NÃO COMUNS A TODO PERÍODO

CONTAS ESCOLHIDA PARA A ANÁLISE

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ABATIÁ	0,402	0,687	0,178	0,596	0,681	0,804	0,534	0,676
ADRIANÓPOLIS	0,446	0,667	0,197	0,563	0,693	0,817	0,649	0,644
AGUDOS DO SUL	0,469	0,660	0,261	0,543	0,669	0,790	0,592	0,671
ALMIRANTE TAMANDARÉ	0,556	0,699	0,343	0,575	0,742	0,840	0,674	0,706
ALTAMIRA DO PARANÁ	0,415	0,667	0,161	0,571	0,672	0,780	0,66	0,667
ALTO PARAÍSO	0,488	0,678	0,284	0,556	0,677	0,829	0,604	0,677
ALTO PARANÁ	0,454	0,696	0,206	0,587	0,703	0,846	0,647	0,679
ALTO PIQUIRI	0,567	0,676	0,377	0,578	0,745	0,798	0,65	0,669
ALTÔNIA	0,432	0,721	0,189	0,641	0,683	0,848	0,623	0,690
ALVORADA DO SUL	0,478	0,708	0,251	0,617	0,699	0,826	0,622	0,695
AMAPORÃ	0,498	0,669	0,299	0,591	0,703	0,785	0,588	0,644
AMPÉRE	0,542	0,709	0,338	0,620	0,704	0,824	0,668	0,699
ANAHY	0,479	0,695	0,256	0,593	0,697	0,844	0,616	0,671
ANDIRÁ	0,545	0,725	0,362	0,660	0,71	0,838	0,629	0,690
ÂNGULO	0,401	0,721	0,185	0,644	0,649	0,827	0,539	0,705
ANTONINA	0,486	0,687	0,295	0,564	0,65	0,838	0,598	0,686
ANTÔNIO OLINTO	0,425	0,656	0,176	0,547	0,694	0,825	0,628	0,626
APUCARANA	0,501	0,748	0,276	0,668	0,71	0,845	0,64	0,741
ARAPONGAS	0,38	0,748	0,136	0,669	0,677	0,834	0,594	0,751
ARAPOTI	0,573	0,723	0,398	0,643	0,742	0,823	0,638	0,715
ARAPUÃ	0,478	0,676	0,26	0,584	0,669	0,828	0,629	0,638
ARARUNA	0,514	0,704	0,305	0,648	0,71	0,785	0,626	0,685
ARAUCÁRIA	0,564	0,740	0,373	0,639	0,713	0,852	0,676	0,743
ARIRANHA DO IVAÍ	0,449	0,670	0,225	0,594	0,68	0,794	0,592	0,637
ASSAÍ	0,467	0,728	0,236	0,641	0,694	0,833	0,623	0,724
ASSIS CHATEAUBRIAND	0,47	0,729	0,244	0,633	0,697	0,857	0,61	0,713
ASTORGA	0,435	0,747	0,201	0,675	0,68	0,818	0,603	0,754
ATALAIA	0,459	0,736	0,251	0,660	0,66	0,854	0,583	0,707
BALSA NOVA	0,446	0,696	0,242	0,579	0,65	0,823	0,565	0,707
BANDEIRANTES	0,405	0,727	0,178	0,658	0,681	0,819	0,549	0,714
BARBOSA FERRAZ	0,442	0,696	0,202	0,625	0,682	0,808	0,627	0,667
BARRA DO JACARÉ	0,533	0,744	0,326	0,747	0,704	0,813	0,658	0,678
BARRAÇÃO	0,412	0,706	0,202	0,590	0,686	0,833	0,505	0,716
BELA VISTA DA CAROBA	0,573	0,681	0,402	0,572	0,704	0,828	0,666	0,667
BELA VISTA DO PARAÍSO	0,524	0,716	0,382	0,604	0,71	0,844	0,53	0,721
BITURUNA	0,613	0,667	0,469	0,556	0,704	0,829	0,697	0,645
BOA ESPERANÇA	0,485	0,720	0,276	0,673	0,681	0,808	0,607	0,687
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	0,439	0,700	0,227	0,602	0,686	0,848	0,543	0,673
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	0,441	0,655	0,225	0,553	0,699	0,802	0,544	0,635
BOA VISTA DA APARECIDA	0,559	0,670	0,364	0,563	0,742	0,801	0,646	0,668
BOCAIÚVA DO SUL	0,482	0,640	0,297	0,473	0,693	0,816	0,543	0,679
BOM JESUS DO SUL	0,466	0,697	0,26	0,656	0,694	0,805	0,562	0,640
BOM SUCESSO	0,434	0,686	0,181	0,570	0,698	0,820	0,648	0,692
BOM SUCESSO DO SUL	0,409	0,742	0,179	0,695	0,66	0,836	0,578	0,704
BORRAZÓPOLIS	0,439	0,717	0,214	0,633	0,673	0,838	0,587	0,695
BRAGANEY	0,44	0,701	0,216	0,627	0,693	0,797	0,571	0,689
BRASILÂNDIA DO SUL	0,402	0,681	0,181	0,572	0,664	0,813	0,54	0,680
CAFEARA	0,424	0,693	0,203	0,602	0,677	0,811	0,556	0,683

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
CAFELÂNDIA	0,409	0,748	0,161	0,692	0,66	0,835	0,644	0,723
CAFEZAL DO SUL	0,438	0,692	0,2	0,611	0,698	0,792	0,6	0,686
CALIFÓRNIA	0,62	0,722	0,464	0,638	0,745	0,821	0,689	0,718
CAMBARÁ	0,451	0,721	0,224	0,645	0,723	0,818	0,565	0,711
CAMBÉ	0,425	0,734	0,209	0,651	0,711	0,840	0,517	0,724
CAMBIRA	0,476	0,725	0,273	0,651	0,693	0,835	0,57	0,702
CAMPINA DA LAGOA	0,46	0,704	0,252	0,623	0,707	0,829	0,546	0,677
CAMPINA DO SIMÃO	0,365	0,630	0,133	0,527	0,682	0,792	0,538	0,598
CAMPINA GRANDE DO SUL	0,51	0,718	0,327	0,605	0,721	0,860	0,564	0,712
CAMPO BONITO	0,474	0,681	0,267	0,562	0,701	0,813	0,569	0,690
CAMPO DO TENENTE	0,323	0,686	0,121	0,606	0,644	0,806	0,431	0,661
CAMPO LARGO	0,222	0,745	0,052	0,664	0,637	0,854	0,331	0,730
CAMPO MAGRO	0,456	0,701	0,285	0,607	0,682	0,828	0,489	0,685
CAMPO MOURÃO	0,395	0,757	0,176	0,689	0,693	0,841	0,505	0,749
CÂNDIDO DE ABREU	0,301	0,629	0,108	0,494	0,637	0,783	0,395	0,643
CANDÓI	0,464	0,635	0,257	0,503	0,721	0,778	0,539	0,655
CANTAGALO	0,443	0,635	0,239	0,522	0,685	0,768	0,531	0,638
CAPANEMA	0,342	0,706	0,138	0,611	0,637	0,801	0,454	0,719
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	0,591	0,716	0,423	0,623	0,724	0,829	0,673	0,712
CARAMBÉ	0,399	0,728	0,22	0,640	0,644	0,836	0,449	0,721
CARLÓPOLIS	0,277	0,713	0,084	0,625	0,701	0,832	0,359	0,696
CASCAVEL	0,451	0,782	0,24	0,728	0,723	0,846	0,527	0,776
CASTRO	0,488	0,703	0,275	0,600	0,724	0,823	0,583	0,704
CATANDUVAS	0,386	0,678	0,183	0,573	0,644	0,805	0,488	0,677
CENTENÁRIO DO SUL	0,445	0,668	0,23	0,549	0,711	0,791	0,54	0,686
CERRO AZUL	0,373	0,573	0,153	0,391	0,673	0,797	0,504	0,604
CÉU AZUL	0,413	0,732	0,233	0,659	0,694	0,812	0,436	0,732
CHOPINZINHO	0,408	0,740	0,209	0,671	0,634	0,817	0,514	0,740
CIANORTE	0,428	0,755	0,231	0,685	0,675	0,841	0,502	0,747
CIDADE GAÚCHA	0,437	0,718	0,221	0,645	0,681	0,805	0,556	0,712
CLEVELÂNDIA	0,348	0,694	0,135	0,573	0,665	0,813	0,469	0,718
COLOMBO	0,42	0,733	0,214	0,632	0,699	0,870	0,494	0,715
COLORADO	0,384	0,730	0,154	0,649	0,693	0,804	0,531	0,747
CONGONHINHAS	0,399	0,668	0,21	0,562	0,693	0,809	0,437	0,655
CONSELHEIRO MAIRINCK	0,389	0,707	0,188	0,650	0,679	0,806	0,462	0,675
CONTENDA	0,34	0,681	0,134	0,555	0,642	0,816	0,455	0,697
CORBÉLIA	0,372	0,738	0,191	0,683	0,648	0,807	0,416	0,728
CORNÉLIO PROCÓPIO	0,401	0,759	0,189	0,692	0,669	0,848	0,51	0,746
CORONEL DOMINGOS SOARES	0,389	0,600	0,176	0,447	0,654	0,792	0,51	0,609
CORONEL VIVIDA	0,403	0,723	0,209	0,653	0,665	0,810	0,472	0,714
CORUMBATAÍ DO SUL	0,38	0,638	0,191	0,520	0,648	0,790	0,442	0,632
CRUZ MACHADO	0,344	0,664	0,134	0,545	0,634	0,845	0,481	0,635
CRUZEIRO DO IGUAÇU	0,337	0,709	0,118	0,641	0,699	0,792	0,466	0,703
CRUZEIRO DO OESTE	0,387	0,717	0,172	0,640	0,694	0,825	0,486	0,698
CRUZEIRO DO SUL	0,389	0,713	0,174	0,641	0,703	0,828	0,481	0,682
CRUZMALTINA	0,44	0,666	0,237	0,593	0,661	0,768	0,543	0,650
CURITIBA	0,409	0,823	0,23	0,768	0,648	0,855	0,458	0,850
CURIÚVA	0,346	0,656	0,158	0,546	0,642	0,795	0,409	0,649

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
DIAMANTE DO NORTE	0,32	0,723	0,11	0,657	0,618	0,824	0,483	0,699
DIAMANTE DO SUL	0,381	0,608	0,179	0,479	0,665	0,777	0,463	0,605
DIAMANTE D'OESTE	0,475	0,644	0,272	0,532	0,699	0,776	0,565	0,647
DOIS VIZINHOS	0,318	0,767	0,129	0,711	0,665	0,850	0,374	0,747
DOURADINA	0,437	0,724	0,206	0,644	0,754	0,818	0,537	0,721
DOUTOR CAMARGO	0,491	0,746	0,293	0,702	0,741	0,839	0,544	0,704
DOUTOR ULYSSES	0,331	0,546	0,108	0,362	0,661	0,791	0,507	0,570
ENÉAS MARQUES	0,478	0,752	0,329	0,664	0,714	0,835	0,465	0,767
ENGENHEIRO BELTRÃO	0,304	0,730	0,08	0,677	0,679	0,820	0,515	0,701
ENTRE RIOS DO OESTE	0,362	0,761	0,164	0,686	0,604	0,826	0,48	0,778
ESPERANÇA NOVA	0,304	0,689	0,099	0,594	0,654	0,799	0,434	0,690
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	0,386	0,636	0,183	0,521	0,688	0,781	0,456	0,632
FAROL	0,437	0,715	0,232	0,665	0,694	0,818	0,517	0,671
FAXINAL	0,429	0,687	0,217	0,584	0,67	0,796	0,543	0,697
FAZENDA RIO GRANDE	0,601	0,720	0,443	0,617	0,727	0,847	0,674	0,713
FÊNIX	0,398	0,716	0,198	0,665	0,693	0,825	0,46	0,669
FERNANDES PINHEIRO	0,291	0,645	0,091	0,525	0,648	0,791	0,419	0,647
FIGUEIRA	0,454	0,677	0,257	0,569	0,714	0,801	0,51	0,680
FLOR DA SERRA DO SUL	0,441	0,682	0,277	0,560	0,681	0,833	0,456	0,680
FLORAÍ	0,373	0,745	0,147	0,656	0,681	0,853	0,52	0,739
FLORESTA	0,428	0,736	0,231	0,691	0,666	0,816	0,509	0,707
FLORESTÓPOLIS	0,387	0,701	0,161	0,625	0,688	0,807	0,522	0,682
FLÓRIDA	0,488	0,732	0,327	0,679	0,705	0,816	0,504	0,707
FORMOSA DO OESTE	0,287	0,723	0,074	0,652	0,618	0,836	0,516	0,692
FOZ DO IGUAÇU	0,537	0,751	0,344	0,661	0,721	0,858	0,624	0,748
FOZ DO JORDÃO	0,434	0,645	0,22	0,496	0,705	0,828	0,528	0,654
FRANCISCO ALVES	0,384	0,669	0,22	0,570	0,621	0,786	0,416	0,669
FRANCISCO BELTRÃO	0,306	0,774	0,11	0,726	0,665	0,844	0,39	0,758
GENERAL CARNEIRO	0,478	0,652	0,285	0,532	0,727	0,816	0,528	0,638
GODOY MOREIRA	0,324	0,675	0,125	0,578	0,666	0,828	0,41	0,642
GOIOERÊ	0,428	0,731	0,253	0,639	0,661	0,850	0,469	0,720
GOIOXIM	0,486	0,641	0,31	0,547	0,688	0,813	0,537	0,593
GRANDES RIOS	0,47	0,658	0,254	0,550	0,718	0,799	0,571	0,649
GUAÍRA	0,293	0,724	0,104	0,615	0,604	0,836	0,399	0,739
GUAIARAÇÁ	0,438	0,693	0,221	0,574	0,701	0,829	0,544	0,698
GUAMIRANGA	0,327	0,669	0,124	0,568	0,666	0,804	0,425	0,657
GUAPIRAMA	0,358	0,702	0,147	0,645	0,664	0,805	0,47	0,666
GUAPOREMA	0,487	0,719	0,285	0,671	0,703	0,808	0,577	0,686
GUARACI	0,427	0,698	0,252	0,598	0,694	0,821	0,444	0,693
GUARANIAÇU	0,46	0,677	0,291	0,528	0,698	0,841	0,478	0,698
GUARAPUAVA	0,42	0,731	0,212	0,628	0,698	0,853	0,499	0,730
GUARAQUEÇABA	0,649	0,587	0,546	0,434	0,725	0,792	0,692	0,587
GUARATUBA	0,458	0,717	0,269	0,604	0,698	0,828	0,511	0,737
HONÓRIO SERPA	0,499	0,683	0,312	0,612	0,725	0,807	0,55	0,645
IBAITI	0,521	0,710	0,339	0,596	0,702	0,813	0,594	0,738
IBEMA	0,492	0,685	0,319	0,615	0,662	0,786	0,564	0,664
IBIPORÃ	0,518	0,726	0,343	0,647	0,698	0,821	0,579	0,720
ICARAÍMA	0,55	0,666	0,368	0,554	0,754	0,792	0,6	0,673

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IGUARAÇU	0,373	0,758	0,18	0,732	0,669	0,833	0,432	0,714
IGUATU	0,544	0,703	0,373	0,637	0,725	0,812	0,594	0,672
IMBAÚ	0,501	0,622	0,313	0,481	0,702	0,785	0,573	0,636
IMBITUVA	0,538	0,660	0,397	0,509	0,702	0,828	0,559	0,681
INÁCIO MARTINS	0,545	0,600	0,398	0,454	0,702	0,765	0,58	0,623
INAJÁ	0,333	0,705	0,153	0,641	0,662	0,807	0,363	0,676
INDIANÓPOLIS	0,501	0,724	0,32	0,642	0,75	0,835	0,523	0,707
IPIRANGA	0,508	0,652	0,313	0,489	0,709	0,828	0,592	0,684
IPORÃ	0,35	0,706	0,125	0,611	0,714	0,829	0,481	0,696
IRACEMA DO OESTE	0,33	0,707	0,108	0,630	0,711	0,836	0,468	0,672
IRATI	0,376	0,726	0,139	0,640	0,679	0,835	0,565	0,715
IRETAMA	0,433	0,665	0,236	0,521	0,707	0,811	0,486	0,696
ITAGUAJÉ	0,526	0,707	0,3	0,664	0,733	0,791	0,66	0,672
ITAIPULÂNDIA	0,534	0,738	0,322	0,608	0,752	0,848	0,629	0,779
ITAMBARACÁ	0,307	0,694	0,081	0,639	0,711	0,789	0,502	0,664
ITAMBÉ	0,606	0,746	0,457	0,703	0,787	0,854	0,62	0,691
ITAPEJARA D'OESTE	0,392	0,731	0,157	0,661	0,712	0,828	0,537	0,713
ITAPERUÇU	0,335	0,637	0,117	0,507	0,706	0,779	0,454	0,654
ITAÚNA DO SUL	0,358	0,656	0,132	0,543	0,707	0,798	0,491	0,651
IVAÍ	0,368	0,651	0,17	0,534	0,709	0,791	0,412	0,654
IVAIPORÃ	0,33	0,730	0,127	0,661	0,669	0,827	0,424	0,711
IVATÉ	0,459	0,706	0,283	0,641	0,706	0,803	0,483	0,684
IVATUBA	0,424	0,766	0,187	0,748	0,742	0,837	0,551	0,718
JABOTI	0,554	0,718	0,371	0,640	0,755	0,827	0,606	0,699
JACAREZINHO	0,644	0,743	0,504	0,663	0,758	0,844	0,7	0,734
JAGUAPITÃ	0,396	0,715	0,21	0,615	0,673	0,834	0,438	0,714
JAGUARIAÍVA	0,529	0,743	0,376	0,684	0,691	0,859	0,571	0,698
JANDAIA DO SUL	0,429	0,747	0,224	0,703	0,669	0,801	0,526	0,741
JANIÓPOLIS	0,381	0,696	0,172	0,593	0,665	0,826	0,482	0,688
JAPIRA	0,458	0,696	0,278	0,603	0,662	0,827	0,522	0,675
JAPURÁ	0,433	0,712	0,199	0,623	0,707	0,829	0,577	0,698
JARDIM ALEGRE	0,496	0,689	0,32	0,569	0,716	0,827	0,534	0,696
JARDIM OLINDA	0,422	0,682	0,197	0,600	0,684	0,791	0,559	0,669
JATAIZINHO	0,372	0,687	0,148	0,574	0,706	0,845	0,491	0,669
JESUÍTAS	0,395	0,705	0,188	0,615	0,712	0,839	0,461	0,680
JOAQUIM TÁVORA	0,427	0,700	0,202	0,613	0,712	0,801	0,543	0,699
JUNDIAÍ DO SUL	0,301	0,688	0,102	0,605	0,661	0,817	0,406	0,660
JURANDA	0,432	0,708	0,249	0,639	0,705	0,818	0,459	0,678
JUSSARA	0,456	0,718	0,223	0,619	0,709	0,835	0,6	0,716
KALORÉ	0,533	0,721	0,352	0,657	0,754	0,848	0,572	0,673
LAPA	0,379	0,706	0,166	0,595	0,655	0,848	0,502	0,696
LARANJAL	0,55	0,585	0,372	0,436	0,754	0,790	0,593	0,581
LARANJEIRAS DO SUL	0,289	0,706	0,077	0,594	0,711	0,835	0,442	0,709
LEÓPOLIS	0,524	0,707	0,395	0,663	0,714	0,812	0,511	0,657
LIDIANÓPOLIS	0,512	0,680	0,31	0,598	0,742	0,802	0,585	0,657
LINDOESTE	0,402	0,666	0,169	0,588	0,707	0,769	0,544	0,652
LOANDA	0,405	0,725	0,151	0,645	0,726	0,815	0,608	0,724
LOBATO	0,449	0,744	0,236	0,692	0,721	0,841	0,533	0,708

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
LONDRINA	0,323	0,778	0,103	0,712	0,655	0,837	0,498	0,789
LUIZIANA	0,383	0,668	0,179	0,580	0,716	0,781	0,439	0,659
LUNARDELLI	0,474	0,690	0,287	0,607	0,697	0,826	0,531	0,655
LUPIONÓPOLIS	0,452	0,710	0,242	0,595	0,662	0,856	0,576	0,703
MALLET	0,389	0,708	0,159	0,645	0,712	0,809	0,521	0,681
MAMBORÊ	0,431	0,719	0,27	0,649	0,661	0,821	0,448	0,698
MANDAGUAÇU	0,411	0,718	0,188	0,625	0,738	0,825	0,502	0,717
MANDAGUARI	0,331	0,751	0,118	0,689	0,665	0,840	0,461	0,732
MANDIRITUBA	0,422	0,655	0,188	0,515	0,697	0,807	0,575	0,677
MANFRINÓPOLIS	0,349	0,645	0,127	0,520	0,716	0,805	0,469	0,642
MANGUEIRINHA	0,459	0,688	0,278	0,579	0,697	0,811	0,498	0,695
MANOEL RIBAS	0,416	0,716	0,207	0,628	0,714	0,806	0,486	0,725
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	0,438	0,774	0,22	0,704	0,712	0,842	0,535	0,782
MARIA HELENA	0,317	0,703	0,097	0,607	0,707	0,842	0,465	0,680
MARIALVA	0,419	0,735	0,198	0,666	0,689	0,814	0,538	0,733
MARILÂNDIA DO SUL	0,489	0,691	0,287	0,599	0,691	0,831	0,591	0,664
MARILENA	0,354	0,681	0,135	0,585	0,669	0,828	0,49	0,651
MARILUZ	0,371	0,639	0,127	0,504	0,743	0,794	0,543	0,653
MARINGÁ	0,477	0,808	0,25	0,768	0,714	0,852	0,609	0,806
MARIÓPOLIS	0,389	0,698	0,215	0,591	0,655	0,804	0,419	0,717
MARIPÁ	0,373	0,758	0,166	0,684	0,705	0,866	0,443	0,736
MARMELEIRO	0,466	0,722	0,254	0,613	0,728	0,842	0,546	0,730
MARQUINHO	0,429	0,614	0,26	0,463	0,709	0,814	0,428	0,615
MARUMBI	0,536	0,721	0,351	0,643	0,707	0,826	0,621	0,705
MATELÂNDIA	0,406	0,725	0,215	0,642	0,697	0,831	0,447	0,715
MATINHOS	0,448	0,743	0,254	0,662	0,742	0,834	0,478	0,743
MATO RICO	0,505	0,632	0,342	0,536	0,679	0,812	0,556	0,580
MAUÁ DA SERRA	0,47	0,652	0,219	0,529	0,754	0,793	0,627	0,661
MEDIANEIRA	0,26	0,763	0,065	0,686	0,665	0,849	0,406	0,762
MERCEDES	0,443	0,740	0,252	0,680	0,707	0,843	0,488	0,708
MIRADOR	0,399	0,680	0,178	0,599	0,714	0,800	0,498	0,656
MIRASELVA	0,467	0,748	0,273	0,707	0,744	0,854	0,502	0,694
MISSAL	0,35	0,711	0,124	0,608	0,711	0,828	0,487	0,714
MOREIRA SALES	0,315	0,675	0,093	0,570	0,684	0,802	0,49	0,673
MORRETES	0,432	0,686	0,201	0,544	0,718	0,837	0,559	0,710
MUNHOZ DE MELO	0,469	0,726	0,297	0,634	0,684	0,856	0,508	0,704
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	0,466	0,709	0,191	0,631	0,805	0,832	0,657	0,679
NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	0,372	0,717	0,154	0,691	0,669	0,794	0,5	0,673
NOVA AMÉRICA DA COLINA	0,452	0,698	0,269	0,643	0,711	0,809	0,484	0,655
NOVA AURORA	0,36	0,733	0,144	0,642	0,705	0,844	0,46	0,726
NOVA CANTU	0,517	0,658	0,335	0,558	0,733	0,792	0,562	0,646
NOVA ESPERANÇA	0,436	0,722	0,236	0,628	0,707	0,829	0,496	0,723
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	0,438	0,714	0,196	0,633	0,726	0,805	0,589	0,714
NOVA FÁTIMA	0,34	0,688	0,101	0,584	0,712	0,819	0,548	0,681
NOVA LARANJEIRAS	0,455	0,642	0,243	0,517	0,716	0,833	0,541	0,614
NOVA LONDRINA	0,471	0,758	0,254	0,691	0,684	0,856	0,6	0,735
NOVA OLÍMPIA	0,553	0,710	0,361	0,631	0,726	0,813	0,646	0,699
NOVA PRATA DO IGUAÇU	0,401	0,716	0,182	0,646	0,714	0,798	0,495	0,711

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
NOVA SANTA BÁRBARA	0,446	0,680	0,277	0,588	0,662	0,799	0,484	0,668
NOVA SANTA ROSA	0,37	0,731	0,129	0,660	0,724	0,809	0,543	0,732
NOVA TEBAS	0,39	0,651	0,156	0,553	0,714	0,788	0,531	0,632
NOVO ITACOLOMI	0,444	0,710	0,252	0,633	0,711	0,831	0,488	0,681
ORTIGUEIRA	0,359	0,609	0,129	0,441	0,714	0,811	0,503	0,632
OURIZONA	0,36	0,720	0,136	0,644	0,699	0,803	0,49	0,721
OURO VERDE DO OESTE	0,361	0,709	0,16	0,634	0,673	0,817	0,437	0,688
PAIÇANDU	0,43	0,716	0,239	0,632	0,697	0,833	0,477	0,697
PALMAS	0,406	0,660	0,22	0,505	0,662	0,827	0,46	0,687
PALMEIRA	0,53	0,718	0,32	0,618	0,738	0,826	0,63	0,725
PALMITAL	0,499	0,639	0,276	0,511	0,724	0,791	0,623	0,647
PALOTINA	0,461	0,768	0,239	0,689	0,696	0,864	0,59	0,760
PARAÍSO DO NORTE	0,421	0,746	0,208	0,668	0,665	0,825	0,541	0,752
PARANACITY	0,517	0,717	0,31	0,638	0,758	0,839	0,589	0,689
PARANAGUÁ	0,478	0,750	0,286	0,676	0,745	0,852	0,514	0,733
PARANAPOEMA	0,505	0,709	0,372	0,629	0,669	0,834	0,516	0,680
PARANAVAÍ	0,393	0,763	0,192	0,703	0,665	0,844	0,477	0,750
PATO BRAGADO	0,535	0,747	0,38	0,694	0,732	0,807	0,551	0,745
PATO BRANCO	0,362	0,782	0,169	0,728	0,637	0,845	0,442	0,778
PAULA FREITAS	0,408	0,717	0,17	0,622	0,728	0,847	0,549	0,699
PAULO FRONTIN	0,463	0,708	0,27	0,639	0,665	0,806	0,551	0,688
PEABIRU	0,45	0,723	0,224	0,629	0,747	0,826	0,544	0,727
PEROBAL	0,555	0,713	0,397	0,638	0,755	0,830	0,571	0,684
PÉROLA	0,424	0,700	0,228	0,607	0,665	0,804	0,504	0,704
PÉROLA D'OESTE	0,475	0,726	0,296	0,679	0,732	0,809	0,494	0,697
PIÊN	0,464	0,694	0,267	0,616	0,742	0,802	0,503	0,677
PINHAIS	0,454	0,751	0,246	0,666	0,712	0,836	0,536	0,761
PINHAL DE SÃO BENTO	0,371	0,695	0,143	0,626	0,707	0,801	0,507	0,669
PINHALÃO	0,435	0,697	0,168	0,601	0,741	0,828	0,663	0,679
PINHÃO	0,476	0,654	0,28	0,534	0,697	0,806	0,552	0,649
PIRAÍ DO SUL	0,415	0,708	0,17	0,619	0,748	0,816	0,564	0,702
PIRAQUARA	0,448	0,700	0,271	0,574	0,697	0,869	0,477	0,689
PITANGA	0,415	0,702	0,21	0,621	0,724	0,802	0,471	0,696
PITANGUEIRAS	0,349	0,710	0,149	0,634	0,637	0,842	0,448	0,670
PLANALTINA DO PARANÁ	0,453	0,705	0,253	0,646	0,669	0,795	0,55	0,682
PLANALTO	0,422	0,706	0,232	0,636	0,714	0,786	0,453	0,704
PONTA GROSSA	0,469	0,763	0,233	0,703	0,738	0,837	0,6	0,755
PONTAL DO PARANÁ	0,361	0,738	0,132	0,655	0,696	0,831	0,512	0,737
PORECATU	0,513	0,738	0,351	0,661	0,721	0,834	0,535	0,728
PORTO AMAZONAS	0,433	0,700	0,186	0,595	0,747	0,815	0,585	0,708
PORTO BARREIRO	0,474	0,688	0,293	0,588	0,709	0,821	0,512	0,676
PORTO RICO	0,49	0,735	0,343	0,680	0,721	0,846	0,475	0,691
PORTO VITÓRIA	0,438	0,685	0,214	0,600	0,686	0,796	0,573	0,674
PRADO FERREIRA	0,357	0,710	0,158	0,593	0,669	0,852	0,429	0,707
PRANCHITA	0,395	0,752	0,169	0,696	0,691	0,821	0,528	0,743
PRESIDENTE CASTELO BRANCO	0,512	0,713	0,273	0,608	0,742	0,857	0,664	0,695
PRIMEIRO DE MAIO	0,543	0,701	0,347	0,599	0,758	0,826	0,609	0,695
PRUDENTÓPOLIS	0,42	0,676	0,164	0,577	0,676	0,807	0,667	0,664

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
QUARTO CENTENÁRIO	0,45	0,710	0,197	0,603	0,733	0,819	0,633	0,724
QUATIGUÁ	0,487	0,714	0,281	0,655	0,748	0,803	0,55	0,691
QUATRO BARRAS	0,353	0,742	0,151	0,665	0,686	0,831	0,425	0,740
QUATRO PONTES	0,422	0,791	0,189	0,748	0,712	0,838	0,56	0,790
QUEDAS DO IGUAÇU	0,519	0,681	0,293	0,576	0,738	0,794	0,645	0,690
QUERÊNCIA DO NORTE	0,498	0,688	0,299	0,604	0,728	0,808	0,567	0,667
QUINTA DO SOL	0,488	0,715	0,335	0,631	0,634	0,842	0,547	0,689
QUITANDINHA	0,444	0,680	0,267	0,603	0,696	0,806	0,471	0,648
RAMILÂNDIA	0,537	0,630	0,385	0,489	0,754	0,802	0,533	0,639
RANCHO ALEGRE	0,415	0,707	0,227	0,633	0,634	0,808	0,496	0,691
RANCHO ALEGRE D'OESTE	0,481	0,704	0,258	0,625	0,728	0,831	0,593	0,673
REALEZA	0,622	0,722	0,478	0,630	0,754	0,830	0,667	0,720
REBOUÇAS	0,434	0,672	0,231	0,576	0,715	0,814	0,495	0,647
RENASCENÇA	0,537	0,733	0,321	0,630	0,715	0,838	0,673	0,746
RESERVA	0,442	0,618	0,257	0,461	0,67	0,786	0,501	0,650
RESERVA DO IGUAÇU	0,52	0,648	0,328	0,521	0,715	0,820	0,601	0,636
RIBEIRÃO CLARO	0,44	0,716	0,244	0,627	0,696	0,832	0,501	0,704
RIBEIRÃO DO PINHAL	0,562	0,701	0,408	0,611	0,728	0,824	0,597	0,684
RIO AZUL	0,569	0,687	0,444	0,544	0,728	0,819	0,571	0,728
RIO BOM	0,45	0,729	0,263	0,681	0,696	0,848	0,497	0,672
RIO BONITO DO IGUAÇU	0,459	0,629	0,271	0,498	0,67	0,792	0,534	0,631
RIO BRANCO DO IVAÍ	0,454	0,640	0,26	0,537	0,713	0,783	0,506	0,624
RIO BRANCO DO SUL	0,466	0,679	0,297	0,545	0,666	0,847	0,513	0,679
RIO NEGRO	0,544	0,760	0,406	0,705	0,715	0,863	0,556	0,721
ROLÂNDIA	0,42	0,739	0,212	0,661	0,657	0,821	0,532	0,744
RONCADOR	0,578	0,681	0,407	0,595	0,725	0,797	0,655	0,665
RONDON	0,496	0,713	0,334	0,610	0,669	0,820	0,547	0,724
ROSÁRIO DO IVAÍ	0,485	0,662	0,327	0,577	0,659	0,788	0,531	0,638
SABÁUDIA	0,479	0,740	0,326	0,676	0,659	0,843	0,513	0,710
SALGADO FILHO	0,402	0,700	0,21	0,604	0,667	0,831	0,463	0,682
SALTO DO ITARARÉ	0,477	0,704	0,282	0,631	0,684	0,836	0,561	0,661
SALTO DO LONTRA	0,542	0,718	0,388	0,625	0,666	0,839	0,615	0,707
SANTA AMÉLIA	0,58	0,653	0,431	0,526	0,708	0,809	0,638	0,655
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	0,388	0,723	0,153	0,661	0,667	0,838	0,571	0,681
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	0,432	0,710	0,24	0,633	0,653	0,831	0,516	0,681
SANTA FÉ	0,48	0,705	0,275	0,601	0,678	0,808	0,592	0,721
SANTA HELENA	0,474	0,744	0,261	0,678	0,708	0,823	0,575	0,738
SANTA INÊS	0,462	0,717	0,286	0,659	0,653	0,827	0,527	0,675
SANTA ISABEL DO IVAÍ	0,486	0,720	0,341	0,656	0,678	0,817	0,497	0,697
SANTA IZABEL DO OESTE	0,432	0,696	0,282	0,603	0,607	0,826	0,471	0,677
SANTA LÚCIA	0,397	0,687	0,21	0,592	0,659	0,795	0,453	0,688
SANTA MARIA DO OESTE	0,445	0,609	0,224	0,477	0,664	0,790	0,592	0,600
SANTA MARIANA	0,36	0,700	0,165	0,624	0,656	0,804	0,431	0,684
SANTA MÔNICA	0,497	0,704	0,302	0,630	0,715	0,792	0,569	0,698
SANTA TEREZA DO OESTE	0,504	0,705	0,308	0,632	0,662	0,808	0,628	0,686
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	0,396	0,738	0,172	0,689	0,711	0,814	0,508	0,716
SANTANA DO ITARARÉ	0,505	0,687	0,343	0,585	0,697	0,848	0,538	0,654
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	0,487	0,718	0,304	0,617	0,699	0,817	0,544	0,733

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	0,462	0,696	0,357	0,632	0,592	0,820	0,467	0,650
SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	0,443	0,716	0,321	0,662	0,66	0,813	0,411	0,683
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	0,343	0,671	0,126	0,543	0,607	0,807	0,527	0,690
SANTO INÁCIO	0,528	0,739	0,324	0,641	0,73	0,843	0,623	0,746
SÃO CARLOS DO IVAÍ	0,447	0,682	0,264	0,547	0,684	0,825	0,493	0,703
SÃO JERÔNIMO DA SERRA	0,407	0,637	0,268	0,503	0,591	0,822	0,425	0,626
SÃO JOÃO	0,49	0,727	0,311	0,660	0,697	0,838	0,543	0,695
SÃO JOÃO DO CAIUÁ	0,407	0,664	0,224	0,551	0,655	0,785	0,459	0,678
SÃO JOÃO DO IVAÍ	0,401	0,693	0,16	0,611	0,696	0,803	0,579	0,677
SÃO JOÃO DO TRIUNFO	0,41	0,629	0,185	0,475	0,628	0,801	0,595	0,655
SÃO JORGE DO IVAÍ	0,561	0,743	0,392	0,696	0,708	0,810	0,635	0,727
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	0,502	0,676	0,319	0,543	0,685	0,810	0,58	0,702
SÃO JORGE D'OESTE	0,526	0,722	0,358	0,656	0,709	0,813	0,574	0,705
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	0,422	0,671	0,219	0,594	0,66	0,781	0,52	0,651
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	0,409	0,713	0,208	0,627	0,628	0,844	0,525	0,686
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0,544	0,758	0,374	0,678	0,758	0,859	0,569	0,749
SÃO MANOEL DO PARANÁ	0,491	0,725	0,32	0,640	0,709	0,825	0,523	0,721
SÃO MATEUS DO SUL	0,41	0,719	0,226	0,623	0,652	0,838	0,467	0,711
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	0,515	0,704	0,334	0,588	0,709	0,818	0,576	0,726
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	0,503	0,683	0,345	0,581	0,685	0,798	0,538	0,687
SÃO PEDRO DO IVAÍ	0,439	0,717	0,24	0,627	0,671	0,836	0,525	0,702
SÃO PEDRO DO PARANÁ	0,5	0,704	0,303	0,616	0,73	0,836	0,566	0,678
SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	0,357	0,715	0,193	0,651	0,58	0,814	0,408	0,689
SÃO TOMÉ	0,543	0,725	0,404	0,660	0,696	0,816	0,568	0,707
SAPOPEMA	0,553	0,655	0,402	0,509	0,73	0,795	0,575	0,695
SARANDI	0,447	0,695	0,249	0,579	0,664	0,850	0,54	0,681
SAUDADE DO IGUAÇU	0,507	0,699	0,326	0,611	0,669	0,803	0,599	0,695
SENGÉS	0,473	0,663	0,261	0,546	0,682	0,811	0,594	0,658
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	0,416	0,762	0,203	0,662	0,663	0,859	0,534	0,778
SERTANEJA	0,347	0,725	0,144	0,651	0,636	0,809	0,458	0,724
SERTANÓPOLIS	0,559	0,723	0,408	0,655	0,713	0,804	0,602	0,719
SIQUEIRA CAMPOS	0,61	0,704	0,442	0,588	0,778	0,839	0,659	0,708
SULINA	0,384	0,693	0,187	0,570	0,659	0,854	0,458	0,684
TAMARANA	0,426	0,621	0,218	0,460	0,662	0,829	0,536	0,628
TAMBOARA	0,378	0,731	0,176	0,674	0,659	0,852	0,466	0,679
TAPEJARA	0,382	0,703	0,195	0,612	0,657	0,819	0,434	0,694
TAPIRA	0,515	0,697	0,31	0,619	0,762	0,794	0,578	0,689
TEIXEIRA SOARES	0,471	0,671	0,265	0,544	0,715	0,822	0,55	0,676
TELÊMACO BORBA	0,448	0,734	0,286	0,657	0,652	0,828	0,481	0,726
TERRA BOA	0,479	0,728	0,281	0,680	0,659	0,803	0,595	0,708
TERRA RICA	0,317	0,710	0,139	0,613	0,628	0,837	0,364	0,698
TERRA ROXA	0,506	0,714	0,331	0,639	0,666	0,818	0,589	0,697
TIBAGI	0,431	0,664	0,299	0,519	0,674	0,832	0,398	0,678
TIJUCAS DO SUL	0,388	0,636	0,198	0,479	0,652	0,792	0,451	0,679
TOLEDO	0,454	0,768	0,334	0,702	0,59	0,855	0,476	0,755
TOMAZINA	0,497	0,699	0,311	0,622	0,656	0,829	0,6	0,661
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	0,281	0,681	0,076	0,557	0,725	0,831	0,404	0,683
TUNAS DO PARANÁ	0,383	0,611	0,195	0,444	0,66	0,801	0,435	0,641

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE III - IDHM POR MUNICÍPIOS - 2000 E 2010

Município	IDHM		IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
TUNEIRAS DO OESTE	0,58	0,695	0,382	0,629	0,759	0,805	0,674	0,662
TUPÃSSI	0,508	0,730	0,314	0,649	0,684	0,830	0,612	0,721
TURVO	0,413	0,672	0,206	0,549	0,669	0,828	0,513	0,668
UBIRATÃ	0,454	0,739	0,266	0,669	0,66	0,854	0,534	0,706
UMUARAMA	0,386	0,761	0,173	0,698	0,655	0,836	0,509	0,755
UNIÃO DA VITÓRIA	0,476	0,740	0,264	0,680	0,713	0,837	0,573	0,713
UNIFLOR	0,482	0,720	0,356	0,655	0,659	0,826	0,478	0,690
URAÍ	0,467	0,721	0,273	0,655	0,652	0,821	0,574	0,698
VENTANIA	0,556	0,650	0,427	0,543	0,685	0,798	0,587	0,633
VERA CRUZ DO OESTE	0,473	0,699	0,273	0,601	0,671	0,811	0,579	0,702
VERÊ	0,544	0,720	0,428	0,626	0,696	0,840	0,54	0,709
VIRMOND	0,371	0,722	0,15	0,628	0,655	0,848	0,52	0,708
VITORINO	0,496	0,702	0,281	0,582	0,669	0,818	0,65	0,728
WENCESLAU BRAZ	0,654	0,687	0,508	0,594	0,762	0,790	0,722	0,692
XAMBRE	0,326	0,706	0,123	0,606	0,659	0,825	0,426	0,703
PARANÁ	0,650	0,749	0,522	0,668	0,747	0,830	0,704	0,757

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013)

APÊNDICE IV - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS E IDHM - 1990 A 1999

Componente IDHM (geral)

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
Rec Orçamentária	0,382800415	0,387919183	0,382236553	0,352953674	0,368905065	0,366195126	0,371971106	0,378140096	0,285124474	0,351795741	0,36280414	
Rec Correntes	0,372362927	0,38110363	0,365063362	0,343201123	0,353084246	0,294694157	0,361357689	0,371093609	0,33904533	0,347188791	0,35281949	
Rec Transf Correntes	0,370059003	0,3903336851	0,366289415	0,340116484	0,34052127	0,329494614	0,328342469	0,336067735	0,332444368	0,341379331	0,34768515	
Cota FPM	0,272253122	0,301666687	0,322703661	0,318821783	0,316985761	0,335524584	0,328292075	0,332161839	0,322375588	0,35124967	0,32020348	
Cota ICMS	0	0,400996722	0,358640193	0,307481831	0,316198032	0,301039993	0,293203232	0,298126121	0,310507408	0,300384516	0,2886578	
Outras Transf Correntes	0,302928072	0,321595294	0,223705647	0,235795469	0,287128514	0,247265286	0,187237535	0,246833228	0,179568462	0,143056202	0,23751137	
Rec de Capital	0,306221919	0,373497273	0,378335296	0,328449871	0,390661726	0,392106255	0,318594722	0,37114125	0,151402424	0,276400178	0,32868309	
Rec Transf de Capital	0,286076307	0,276828489	0,25866494	0,314015366	0,326020041	0,318490779	0,200623718	0,250970785	0,291894032	0,103990059	0,26275745	
Rec Transf de Capital União	0,213602117	0,173952765	0,151941639	0	0,240553456	0,189249559	0,189170144	0,15551162	0,225854256	0,088639163	0,16284747	
Rec Transf de Capital Estado	0,125267245	0,097512852	0,14774518	0	0,213108648	0,204452517	0,084251499	0,127968021	0,064298704	0,0207078	0,10853125	
Outras Transf Capital	0,084479391	0,155807146	0,248061007	0,199466293	0,229015466	0,223353656	0,218707592	0,192868535	0,202106026	0,137476072	0,18913412	

Componente IDHM-E

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
Rec Orçamentária	0,283025866	0,290122648	0,276913484	0,248046874	0,268387592	0,26232406	0,265156941	0,273938086	0,211429111	0,255967784	0,26353124	
Rec Correntes	0,27427178	0,281901659	0,259960258	0,2362449	0,251685052	0,229294863	0,25607391	0,266167155	0,244341575	0,252390171	0,25523313	
Rec Transf Correntes	0,269232449	0,284649295	0,251605163	0,229727968	0,230656818	0,218091059	0,21685921	0,223375301	0,229555852	0,236464265	0,23902174	
Cota FPM	0,153319933	0,177896738	0,199228595	0,194745685	0,210289115	0,203887177	0,208122263	0,190636204	0,220640183	0,19508193		
Cota ICMS	0	0,308098636	0,254102045	0,210295539	0,20545331	0,196301502	0,202364297	0,20922007	0,199928694	0,20059504		
Outras Transf Correntes	0,200771153	0,221289048	0,140957159	0,144712242	0,169804176	0,130764383	0,084277815	0,140741234	0,15616613	0,132836601		
Rec de Capital	0,242982869	0,306939075	0,308932639	0,269886347	0,330029619	0,310268133	0,242497348	0,308231379	0,12371785	0,204211271		
Rec Transf de Capital	0,233003462	0,212330183	0,215654029	0,25841188	0,270720453	0,248862314	0,135622852	0,205607873	0,21168791	0,064133788		
Rec Transf de Capital União	0,199655356	0,172824443	0,141768917	0	0,21460311	0,142233314	0,151376695	0,115721082	0,177500287	0,049085685		
Rec Transf de Capital Estado	0,113162586	0,076718445	0,118949945	0	0,155307161	0,134019762	0,036360346	0,065070021	-0,000137214	0,005932375		
Outras Transf Capital	0,069164278	0,095627501	0,223143724	0,163545333	0,192971836	0,192776336	0,180349283	0,170577628	0,16617984	0,104533305		
										0,15588691		

APÊNDICE IV - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS E IDHM - 1990 A 1999

Componente IDHM-L

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
Rec Orçamentária	0,366277048	0,362848914	0,371890277	0,360849743	0,362624833	0,371737001	0,3782221572	0,376480493	0,262187143	0,346876357	0,355999934	
Rec Correntes	0,360259927	0,364537957	0,366617974	0,362955759	0,358629555	0,296063708	0,371352802	0,375117677	0,335119146	0,341724186	0,35323787	
Rec Transf Correntes	0,369984456	0,383219974	0,387715128	0,371302059	0,367172442	0,36788102	0,363562604	0,369033331	0,35441537	0,360980854	0,36952672	
Cota FPM	0,347960797	0,369498855	0,3722974	0,374033179	0,374477426	0,384395643	0,37876236	0,3760649	0,399507937	0,40732477	0,37843233	
Cota ICMS	0	0,36422671	0,369571113	0,333769563	0,335123013	0,328609857	0,329217693	0,329289676	0,344578127	0,338808505	0,30731943	
Outras Transf Correntes	0,35151438	0,349810624	0,26053276	0,30467815	0,347832859	0,341339912	0,270946557	0,297243429	0,1623331622	0,120321215	0,28065515	
Rec de Capital	0,22862042	0,278100061	0,279832213	0,240464935	0,282050532	0,332363836	0,284159766	0,286058906	0,101423803	0,280917234	0,25939917	
Rec Transf de Capital	0,196544891	0,216535954	0,126984628	0,249157908	0,248532199	0,264331839	0,211306882	0,178717738	0,275319967	0,0853753	0,20528073	
Rec Transf de Capital União	0,078368761	0,020565413	0,007054667	0	0,110969471	0,120224779	0,091470372	0,084351956	0,19405403	0,103855196	0,08109146	
Rec Transf de Capital Estado	0,051195557	0,039385458	0,125754069	0	0,220797628	0,222232904	0,130754512	0,177526592	0,148000595	-0,019618829	0,10960285	
Outras Transf Capital	0,090320024	0,198892641	0,153709086	0,180124923	0,198173855	0,195679581	0,200081371	0,124632614	0,147612901	0,135409191	0,16246362	

Componente IDHM-R

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999		
Rec Orçamentária	0,495179931	0,499616612	0,503086921	0,472723145	0,482178297	0,480201831	0,4909000427	0,493925436	0,375112271	0,45996158	0,47528865	
Rec Correntes	0,482669703	0,493726307	0,485747055	0,464887535	0,466908063	0,344915844	0,478506262	0,487789592	0,448017468	0,454511858	0,46076797	
Rec Transf Correntes	0,480412389	0,508340993	0,496810167	0,465952421	0,466246692	0,455304968	0,45721921	0,4667525	0,454281635	0,460512219	0,47118332	
Cota FPM	0,429550518	0,460889371	0,476712317	0,478587911	0,476611511	0,492865596	0,483521612	0,491717573	0,479885903	0,507526617	0,47778689	
Cota ICMS	0	0,498112881	0,470777044	0,412072203	0,419492581	0,403486428	0,396423753	0,400611597	0,4195984	0,409647849	0,38302227	
Outras Transf Correntes	0,410508767	0,433664533	0,329311294	0,336994005	0,431407537	0,382742478	0,32822151	0,384422475	0,179691016	0,131359476	0,33483231	
Rec de Capital	0,381301501	0,455524602	0,457350896	0,398648205	0,462896933	0,479777831	0,404102018	0,439487682	0,196002951	0,353496138	0,40285888	
Rec Transf de Capital	0,350645847	0,361539805	0,342877706	0,365175737	0,38170198	0,401840896	0,274785676	0,314069709	0,387345671	0,179191032	0,33591741	
Rec Transf de Capital União	0,225222899	0,183182493	0,191616499	0	0,283978624	0,270809598	0,266690404	0,229783368	0,280150842	0,144836769	0,20762715	
Rec Transf de Capital Estado	0,15797624	0,153912335	0,185033153	0	0,270750997	0,282252399	0,138463702	0,203078234	0,141381524	0,069916053	0,16027646	
Outras Transf Capital	0,08553706	0,229920918	0,27298404	0,226140181	0,24912353	0,23830553	0,242724067	0,221425416	0,247716442	0,186949134	0,22008263	

Observação

A Receita "Cota FPM" de 1990 e as "Transf de Capital para Estado e União" de 1993 estão com os valores zerados, já que não apresentam valores para esses exercícios.

APÊNDICE V - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS E IDHM - 2000 A 2009

Componente IDHM (geral)

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Cota FPM	0,373192669	0,365101445	0,366839737	0,373456467	0,380168128	0,378537513	0,367286503	0,360702726	0,369119023	0,362194655	0,369609887	
Cota ICMS	0,305451942	0,305366482	0,297168756	0,296782311	0,300828962	0,304605306	0,304590408	0,293827365	0,294690164	0,29689522	0,300020692	
Cota IOF- Ouro	0,007654977	0,002179275	0,042279507	0,058846251	-0,060772021	0	0,013629968	0,036561829	-0,072531192	-0,001793972	0,002605462	
Cota IPI Exportação	0,17448052	0,192439508	0,260893346	0,29592985	0,30002717	0,304381109	0,304683245	0,271290554	0,296565577	0,291744537	0,269243542	
Cota IPVA	0,257030316	0,259519263	0,262459198	0,266555505	0,269913431	0,267868251	0,266200686	0,26405623	0,268359547	0,273816071	0,26557785	
Cota ITR	0,117855689	0,1123894	0,051433361	0,007255219	0,041231125	0,063267718	0,05584535	0,038312937	0,066619728	0,09455874	0,064876873	
LC 87_96 ICMS	0,249883817	0,292059523	0,293957927	0,296521018	0,294948789	0,303807595	0,30119569	0,277591804	0,289660889	0,292387741	0,289201479	
Outras Transf Estado	0,256607764	0,251707087	0,158736585	0,139912753	0,143601672	0,12104986	0,116055816	-0,015288742	0,124915258	0,105349213	0,140264727	
Rec Correntes	0,253447463	0,2627773886	0,269862799	0,271830618	0,271803089	0,274220282	0,268365849	0,263960086	0,274858233	0,273220103	0,268434241	
Rec Orçamentaria	0,2537726006	0,264178923	0,269354258	0,270881504	0,272531459	0,274116065	0,26955426	0,259516446	0,269653228	0,267524096	0,267103624	
Rec Transf Correntes	0,280182593	0,294794072	0,305583121	0,311099212	0,312659338	0,31574618	0,308058158	0,303741575	0,309695284	0,309715279	0,305127481	
Rec Capital	0,249595301	0,287909964	0,298529975	0,29475435	0,376270783	0,368462123	0,219327166	0,324145298	0,304811205	0,324444186	0,304825003	
Rec Transf de Capital	0,232277939	0,191033097	0,249656331	0,237151636	0,339538434	0,311894909	0,334847201	0,362681062	0,316208698	0,300996442	0,287619475	
SUS União	0,176609735	0,173203148	0,240369638	0,254687515	0,257259156	0,265914846	0,254782515	0,233546928	0,262559178	0,26421152	0,238314418	
Outras Transf da União	0,181370609	0,183950026	0,089393857	0,074897839	0,288833812	0,29148348	0,291993083	0,266015867	0,265094117	0,274912756	0,220794545	
Transf Cap Inter Estados	0,213486785	0,145325222	0,108582678	0,050510662	0,003012001	0,049118506	-0,02808857	0,015729495	-0,05988496	0,073031409	0,057082323	
Transf Cap Inter União	0,291660106	0,14864546	0,113179462	0,104194098	0,031773131	0,115093236	0,142676989	0,108582459	0,169361128	0,078353529	0,13035196	
Transf Intergov da União	0,253181516	0,276500771	0,294957159	0,305326867	0,299117607	0,312008479	0,301243817	0,286268613	0,308423198	0,304462092	0,294149012	
Transf Intergov Estado	0,29451732	0,297308209	0,298548061	0,301400877	0,30912032	0,307810478	0,306225072	0,294996961	0,298266349	0,301699736	0,300989338	

Componente IDHM-E

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Cota FPM	0,273235366	0,262240619	0,266097091	0,271297801	0,277135106	0,27681665	0,266791871	0,264689127	0,271366677	0,265263762	0,269493407	
Cota ICMS	0,228029109	0,226025073	0,21996813	0,218959813	0,220838976	0,22371881	0,2240026	0,21679325	0,217478101	0,219563156	0,221537702	
Cota IOF Ouro	-0,010425166	-0,002317461	0,021343801	0,044157534	-0,030041614	0	0,024131718	0,037243639	-0,0339217	-0,017781077	0,003238967	
Cota IPI Exportação	0,100536972	0,116093344	0,199641608	0,21847104	0,220105103	0,223205307	0,223989716	0,197158187	0,218609941	0,215964437	0,193377565	
Cota IPVA	0,205908359	0,208333	0,210535847	0,214024212	0,216746474	0,21488414	0,21307809	0,211303358	0,214809956	0,218680647	0,212830408	
Cota ITR	0,059737216	0,044441318	0,040161319	0,002585643	0,009584812	0,005244432	-0,00369645	-0,011503845	0,006999244	0,04263902	0,019619271	
LC 87_96 ICMS	0,189794919	0,215779395	0,216863483	0,219527613	0,214912036	0,223127113	0,221373473	0,20358096	0,214817059	0,215362392	0,213513844	
Outras Transf Estado	0,212298012	0,192858846	0,123355404	0,115346423	0,12442709	0,099683102	0,08870713	-0,024786674	0,099004894	0,084654819	0,111554905	
Rec Correntes	0,197719751	0,204500855	0,209442654	0,210729458	0,21038825	0,212240899	0,207527151	0,204403513	0,212606396	0,211558579	0,208111175	
Rec Orçamentaria	0,19768519	0,205308744	0,209082449	0,210085141	0,211203956	0,212705167	0,208469544	0,201824629	0,209514535	0,208108818	0,207398817	
Rec Transf Correntes	0,213966205	0,222422275	0,228423503	0,233359718	0,234294919	0,238365366	0,232125998	0,228960787	0,23408947	0,234708616	0,230071886	
Rec de Capital	0,190125005	0,190224295	0,216256139	0,214522972	0,290312985	0,299585208	0,160332158	0,252578033	0,241137484	0,260108528	0,231518281	
Rec Transf de Capital	0,152686424	0,105089513	0,163997957	0,187682911	0,277781776	0,249905068	0,276556334	0,3070561	0,258804728	0,248500223	0,222806103	
SUS União	0,140914987	0,1393996	0,193412646	0,206670839	0,207952373	0,215460077	0,204586185	0,187074816	0,210864651	0,212337564	0,191867374	
Outras Transf da União	0,140776305	0,140248479	0,0203222023	0,019399797	0,209284086	0,215637426	0,211057527	0,190901314	0,185914689	0,171598351	0,150514	
Transf Cap Inter Estados	0,153188695	0,119348881	0,109199592	0,032016928	-0,000789722	0,020546598	-0,045762072	0,016495247	-0,029482328	0,080341752	0,04510357	
Transf Cap Inter União	0,229479442	0,065770923	0,053381251	0,076636298	0,00889735	0,094209709	0,133710374	0,083808364	0,129826455	0,068679378	0,094438193	
Transf Intergov da União	0,193507305	0,208294805	0,222284913	0,233137111	0,2307331	0,241028316	0,231197224	0,219065852	0,236889282	0,234271749	0,225040966	
Transf Intergov Estado	0,223139328	0,224178809	0,224913599	0,2259605	0,227932683	0,230432587	0,229850183	0,22223732	0,225009979	0,222797427	0,226162926	

APÊNDICE V - COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS E IDHM - 2000 A 2009

Componente IDHM-L

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Cota FPM	0,301901818	0,303829137	0,30312067	0,30917487	0,316568647	0,318164653	0,310831537	0,293719282	0,294337965	0,29292753	0,304457611	
Cota ICMS	0,229199785	0,235251313	0,22992199	0,231738789	0,242646366	0,244043228	0,238462078	0,223175221	0,226970178	0,231181189	0,233259014	
Cota IOF Ouro	0,064436855	0,004575366	0,023634856	0,082151239	-0,094596829	0	0,017685865	0,027042292	-0,083233518	0,035219814	0,007691594	
Cota IPI Exportação	0,215457441	0,232418152	0,171055533	0,231278696	0,240863049	0,244353831	0,239417888	0,217221531	0,228460366	0,225721965	0,224624844	
Cota IPVA	0,146798233	0,14821759	0,151108607	0,154756351	0,156985238	0,155944183	0,154818118	0,153916741	0,157179027	0,162826435	0,154255052	
Cota IIR	0,086173082	0,097924939	0,005867855	-0,017983555	0,021538291	0,073646596	0,078525468	0,082572761	0,073789702	0,072061021	0,057411616	
LC 87_96 ICMS	0,168181934	0,225772547	0,22903891	0,228722489	0,239512731	0,242203266	0,234629128	0,216475464	0,219285068	0,225249912	0,222907145	
Outras Transf Estado	0,153195375	0,147905728	0,115624779	0,05912374	0,09583455	0,05620164	0,065238621	0,023373659	0,066263496	0,040174738	0,082293633	
Rec Correntes	0,153757707	0,161796826	0,168650838	0,173210937	0,174529782	0,177711353	0,171851315	0,166853456	0,177429498	0,17719781	0,170298952	
Rec Orçamentaria	0,15408762	0,163263337	0,167432934	0,171740689	0,174454243	0,176028757	0,173143308	0,161227144	0,170531337	0,169939707	0,168184832	
Rec Transf Correntes	0,184289	0,202532721	0,21795817	0,222589341	0,226176558	0,228881844	0,220660939	0,215652843	0,220095012	0,219430654	0,215826708	
Rec de Capital	0,154353353	0,248535973	0,215429295	0,191015598	0,310859791	0,232811131	0,192750142	0,21946739	0,185061423	0,209115941	0,215940004	
Rec Transf de Capital	0,164852311	0,171122405	0,212773216	0,130534073	0,207562886	0,183062127	0,196875814	0,207306537	0,193196631	0,169587507	0,183687351	
SUS Uniao	0,102042895	0,095272947	0,124197392	0,133884564	0,139784434	0,144992857	0,140286524	0,134493797	0,145493075	0,146403471	0,130685196	
Outras Transf da União	0,093074075	0,098497542	0,094471241	0,050827642	0,240273342	0,219880265	0,239488151	0,239962648	0,243900985	0,288281408	0,180865773	
Transf Cap Inter Estados	0,127509182	0,067149265	0,093304359	0,066927599	-0,024079581	0,087601042	-0,03659003	-0,027007027	-0,124011153	0,017893783	0,025369744	
Transf Cap Inter União	0,214801148	0,160371465	0,106631547	0,077325049	0,034071833	0,060439789	0,029462105	0,054740421	0,115082819	0,090588127	0,09435143	
Transf Intergov da Uniao	0,157075956	0,180421541	0,193504066	0,196410297	0,195422142	0,210259465	0,203711545	0,198341514	0,20678069	0,202195543	0,194412276	
Transf Intergov Estado	0,2079399913	0,213312734	0,218152384	0,224056454	0,236782283	0,231470697	0,22487081	0,2116161451	0,215312986	0,219584715	0,220264443	

Componente IDHM-R

Item de receita	EXERCÍCIOS											MÉDIA
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Cota FPM	0,45273128	0,448384107	0,446765361	0,455332629	0,460196275	0,455791237	0,443448691	0,434964384	0,448976713	0,440097096	0,448668777	
Cota ICMS	0,372968897	0,372657901	0,361913434	0,362540701	0,365085108	0,37017542	0,371633213	0,361056659	0,360650462	0,361165917	0,365984771	
Cota IOF Ouro	0,008036352	0,006157717	0,067887	0,050933862	-0,080415594	0	-0,015272809	0,022480301	-0,111171915	0,01066982	-0,004069527	
Cota IPI Exportação	0,219034352	0,234824413	0,323901788	0,361179289	0,365022844	0,370353861	0,371482516	0,333850216	0,363356714	0,355583967	0,329858996	
Cota IPVA	0,314267164	0,316630315	0,319797184	0,324685013	0,328505001	0,326425424	0,324322221	0,321756983	0,326371255	0,332534311	0,323529487	
Cota IIR	0,192451774	0,200929974	0,071588614	0,021661986	0,092338885	0,141337878	0,134043006	0,094432287	0,148243441	0,165268219	0,126229606	
LC 87_96 ICMS	0,310446381	0,357559238	0,358674608	0,362809112	0,360117508	0,369889026	0,368512028	0,341325943	0,35451347	0,358674116	0,354252143	
Outras Transf Estado	0,295717053	0,320116834	0,184816533	0,175268796	0,155737295	0,145741441	0,145582914	-0,00859719	0,152772097	0,134583538	0,170173931	
Rec Correntes	0,314977927	0,325912231	0,334318466	0,336482967	0,336381518	0,338635174	0,331913845	0,327188791	0,333899406	0,336134443	0,332084476	
Rec Orçamentaria	0,315698553	0,327795737	0,33412587	0,335625949	0,33709398	0,338389058	0,3329551003	0,321720082	0,332783837	0,329460861	0,330564493	
Rec Transf Correntes	0,348110016	0,366223855	0,37899102	0,385043439	0,386251288	0,386649271	0,37851436	0,374126725	0,380115814	0,379441548	0,376348204	
Rec de Capital	0,317014289	0,373780237	0,379988714	0,391989316	0,430881406	0,432085553	0,256246919	0,389122298	0,371792112	0,385986452	0,372888773	
Rec Transf de Capital	0,376095941	0,281989028	0,326874171	0,295113374	0,39208333	0,376521734	0,389547827	0,40686592	0,368581468	0,3546357	0,351830849	
SUS Uniao	0,2099538476	0,206335617	0,29956046	0,3140049634	0,316133401	0,325409431	0,313806587	0,286756686	0,322470708	0,324217756	0,291869883	
Outras Transf da União	0,237965318	0,243563686	0,178210966	0,159027719	0,352061082	0,357057915	0,356505039	0,317547724	0,322827508	0,353922157	0,287873461	
Transf Cap Inter Estados	0,285957118	0,173893907	0,069954604	0,059579959	0,020475042	0,062875479	0,024852347	0,029679941	-0,066872418	0,056155324	0,07165513	
Transf Cap Inter União	0,334274661	0,234785712	0,181289301	0,129226783	0,066007364	0,139527863	0,158704757	0,136572678	0,205304179	0,060937216	0,164663051	
Transf Intergov da Uniao	0,320016108	0,349315726	0,372023311	0,382853412	0,369342439	0,381312094	0,369617261	0,35079896	0,378805592	0,374719018	0,364827508	
Transf Intergov Estado	0,361281105	0,364729987	0,363768177	0,36811195	0,380571972	0,374816283	0,37373288	0,361750154	0,364346273	0,366917254	0,368003358	

Observação

A Receita "Cota IOF OURO" de 2005 está com os valores zerados, já que não apresenta valores para esse exercício.

APÊNDICE VI - CONCEITOS APLICADOS NAS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - P1

Componente IDHM (geral)

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rec Orçamentária	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota FPM	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota ICMS	bem fraco	moderado	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco
Rec de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco
Rec Transf de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital União	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital Estado	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Outras Transf Capital	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	bem fraco

Componente IDHM-E

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rec Orçamentária	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota FPM	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco
Cota ICMS	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco
Outras Transf Correntes	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco
Rec Transf de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital Estado	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Outras Transf Capital	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco

APÊNDICE VI - CONCEITOS APLICADOS NAS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - P1

Componente IDHM-L

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rec Orçamentária	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota FPM	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	moderado
Cota ICMS	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco
Rec de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco
Rec Transf de Capital	bem fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital Estado	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Outras Transf Capital	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco

Componente IDHM-R

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rec Orçamentária	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	fraco	moderado
Rec Correntes	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	fraco	moderado	moderado	moderado	moderado
Rec Transf Correntes	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado
Cota FPM	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado
Cota ICMS	bem fraco	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	fraco	moderado	moderado	moderado
Outras Transf Correntes	moderado	moderado	fraco	fraco	moderado	fraco	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco
Rec de Capital	fraco	moderado	moderado	fraco	moderado	moderado	moderado	moderado	bem fraco	fraco
Rec Transf de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	moderado	fraco	fraco	fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital União	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco
Rec Transf de Capital Estado	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco
Outras Transf Capital	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco

APÊNDICE VII - CONCEITOS APLICADOS NAS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - P2

Componente IDHM (geral)

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cota FPM	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota ICMS	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota IOF Ouro	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Cota IPI Exportação	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota IPVA	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota ITR	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
LC 87_96 ICMS	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf Estado	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Orçamentária	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf de Capital	fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
SUS União	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf da União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Transf Cap Inter Estados	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Cap Inter União	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Intergov da União	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Transf Intergov Estado	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco

Componente IDHM-E

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cota FPM	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota ICMS	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota IOF Ouro	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Cota IPI Exportação	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco
Cota IPVA	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota ITR	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
LC 87_96 ICMS	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf Estado	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Correntes	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Orçamentária	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec de Capital	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf de Capital	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
SUS União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco
Outras Transf da União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Cap Inter Estados	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Cap Inter União	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Intergov da União	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Transf Intergov Estado	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco

APÊNDICE VII - CONCEITOS APLICADOS NAS CORRELAÇÕES ENCONTRADAS - P2

Componente IDHM-L

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cota FPM	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota ICMS	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota IOF Ouro	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Cota IPI Exportação	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota IPVA	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Cota ITR	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
LC 87_96 ICMS	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf Estado	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Correntes	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Orçamentaria	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Transf Correntes	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec de Capital	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	fraco
Rec Transf de Capital	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco
SUS União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Outras Transf da União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Transf Cap Inter Estados	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Cap Inter União	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Intergov da União	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	bem fraco	fraco	fraco
Transf Intergov Estado	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco

Componente IDHM-R

Item de receita	EXERCÍCIOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cota FPM	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado	moderado
Cota ICMS	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota IOF Ouro	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Cota IPI Exportação	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota IPVA	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Cota ITR	bem fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
LC 87_96 ICMS	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf Estado	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Rec Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Orçamentaria	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf Correntes	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	moderado	moderado	fraco	fraco	fraco	fraco
Rec Transf de Capital	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	moderado	fraco	fraco
SUS União	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Outras Transf da União	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Transf Cap Inter Estados	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco
Transf Cap Inter União	fraco	fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	bem fraco	fraco	bem fraco
Transf Intergov da União	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco
Transf Intergov Estado	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco	fraco

APÊNDICE VIII - RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS COMUNS À BASE CONTÁBIL DE 2000 A 2009

CAMPO LARGO	ARANJEIRAS DO SUL	SALTO DO ITARARE
CAMPO MAGRO	LEOPOLIS	SALTO DO LONTRA
CAMPO MOURAO	LIDIANOPOLIS	SANTA AMELIA
CANDIDO DE ABREU	LINDOESTE	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO
CANDOI	LOANDA	SANTA FE
CANTAGALO	LOBATO	SANTA HELENA
CAPANEMA	LONDRINA	SANTA INES
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	LUIZIANA	SANTA ISABEL DO IVAI
CARAMBEI	LUPIONOPOLIS	SANTA IZABEL DO OESTE
CARLOPOLIS	MALLET	SANTA LUCIA
CASCABEL	MAMBORE	ABATIA
CASTRO	MANDAGUACU	ADRIANOPOLIS
CATANDUVAS	MANDAGUARI	AGUDOS DO SUL
CENTENARIO DO SUL	MANDIRITUBA	ALMIRANTE TAMANDARE
CAMPINA DA LAGOA	MANFRINOPOLIS	ALTAMIRA DO PARANA
CAMPINA DO SIMAO	MANGUEIRINHA	ALTO PARANA
CAMPINA GRANDE DO SUL	MANOEL RIBAS	ALTO PIQUIRI
CAMPO BONITO	MARECHAL CANDIDO RONDON	ALTONIA
GUARATUBA	MARIA HELENA	AMAPORA
HONORIO SERPA	MARIALVA	AMPERE
IBAITI	MARILANDIA DO SUL	ANAHY
IBEMA	MARILUZ	ANDIRA
IBIPORA	MARINGA	ANGULO
ICARAIMA	MARIOPOLIS	ANTONINA
IGUARACU	MARIPA	ANTONIO OLINTO
IGUATU	MARMELEIRO	APUCARANA
IMBAU	MARQUINHO	ARAPONGAS
IMBITUVA	MARUMBI	ARAPOTI
INACIO MARTINS	MATELANDIA	ARAPUA
INDIANOPOLIS	MATINHOS	ARARUNA
IPIRANGA	MATO RICO	ARAUCARIA
IPORA	MAUA DA SERRA	ARIRANHA DO IVAI
IRACEMA DO OESTE	MEDIANEIRA	ASSAI
IRATI	MERCEDES	ASSIS CHATEAUBRIAND
IRETAMA	MIRADOR	ASTORGA
ITAGUAJE	MIRASELVA	ATALAIA
ITAIPULANDIA	MISSAL	BALSA NOVA
ITAMBARACA	MOREIRA SALES	BANDEIRANTES
ITAMBE	MORRETES	BARBOSA FERRAZ
ITAJEJARA D'OESTE	MUNHOZ DE MELO	BARRA DO JACARE
ITAPERUCU	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	BARRACAO
IVAI	NOVA ALIANCA DO IVAI	BELA VISTA DO CAROBA
IVAIPORA	NOVA AMERICA DA COLINA	BELA VISTA DO PARAISO
IVATE	NOVA AURORA	BITURUNA
CEU AZUL	NOVA CANTU	BOA ESPERANACA DO IGUACU
CHOPINZINHO	NOVA ESPERANCA	BOA ESPERANCA
CIANORTE	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	BOA VENTURA DE SAO ROQUE
CIDADE GAUCHA	NOVA FATIMA	BOA VISTA DA APARECIDA
CLEVELANDIA	NOVA LARANJEIRA	BOCAIUVA DO SUL
COLOMBO	NOVA LONDRINA	BOM JESUS DO SUL
COLORADO	NOVA OLIMPIA	BOM SUCESSO
CONGONHINHAS	NOVA PRATA DO IGUACU	BOM SUCESSO DO SUL
CONSELHEIRO MAIRINCK	NOVA SANTA ROSA	BORRAZOPOLIS
CONTENDA	NOVA TEBAS	BRAGANEY
CORBELIA	NOVO ITACOLOMI	BRASILANDIA DO SUL
CORNELIO PROCOPIO	ORTIGUEIRA	CAFEARA
CORONEL DOMINGOS SOARES	OURIZONA	CAFELANDIA
CORONEL VIVIDA	OURO VERDE DO OESTE	CAFEZAL DO SUL
CORUMBATAI DO SUL	PAICANDU	CALIFORNIA
CRUZ MACHADO	PALMAS	CAMBARA
CRUZEIRO DO IGUACU	PALMEIRA	CAMBE
CRUZEIRO DO OESTE	PALMITAL	CAMBIRA
CRUZEIRO DO SUL	PALOTINA	SANTA MARIA DO OESTE
CRUZMALTINA	PARAISO DO NORTE	SANTA MARIANA
CURITIBA	PARANACITY	SANTA TEREZA DO OESTE
CURIUVA	PARANAGUA	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
DIAMANTE DO NORTE	PARANAPOEMA	SANTANA DO ITARARE

DIAMANTE DO SUL	PARANAVAI	SANTO ANTONIO DA PLATINA
DIAMANTE D'OESTE	PATO BRAGADO	SANTO ANTONIO DO CAIUA
DOIS VIZINHOS	PATO BRANCO	SANTO ANTONIO DO PARAISO
DOURADINA	PAULA FREITAS	SANTO INACIO
DOUTOR CAMARGO	PAULO FRONTIN	SAO CARLOS DO IVAI
ENEAS MARQUES	PEABIRU	SAO JERONIMO DA SERRA
ENGENHEIRO BELTRAO	PEROBAL	SAO JOAO
ENTRE RIOS DO OESTE	PEROLA	SAO JOAO DO CAIUA
ESPERANCA NOVA	PEROLA D'OESTE	SAO JOAO DO IVAI
ESPIGAO ALTO DO IGUACU	PIEN	SAO JORGE DO PATROCINIO
FAROL	PINHAL DE SAO BENTO	SAO JORGE D'OESTE
FAXINAL	PINHALAO	SAO JOSE DA BOA VISTA
FAZENDA RIO GRANDE	PINHAO	SAO JOSE DAS PALMEIRAS
FENIX	PIRAI DO SUL	SAO JOSE DOS PINHAIS
FERNANDES PINHEIRO	PIRAQUARA	SAO MANOEL DO PARANA
FIGUEIRA	PITANGA	SAO MATEUS DO SUL
FLOR DA SERRA DO SUL	PITANGUEIRAS	SAO MIGUEL DO IGUACU
FLORAI	PLANALTINA DO PARANA	SAO PEDRO DO IGUACU
FLORESTA	PLANALTO	SAO PEDRO DO IVAI
FLORESTOPOLIS	PONTA GROSSA	SAO PEDRO DO PARANA
FLORIDA	PONTAL DO PARANA	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA
FORMOSA DO OESTE	PORECATU	SAO TOME
FOZ DO IGUACU	PORTO AMAZONAS	SAPOPEMA
FOZ DO JORDAO	PORTO BARREIRO	SARANDI
FRANCISCO ALVES	PORTO RICO	SAUDADE DO IGUACU
FRANCISCO BELTRAO	PORTO VITORIA	SENGES
GENERAL CARNEIRO	PRADO FERREIRA	SERRANOPOLIS DO IGUACU
GODOY MOREIRA	PRANCHITA	SERTANEJA
GOIO-ERE	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	SERTANOPOLIS
GOIOXIM	PRIMEIRO DE MAIO	SIQUEIRA CAMPOS
GRANDES RIOS	PRUDENTOPOLIS	SULINA
GUAIRA	QUARTO CENTENARIO	TAMARANA
GUAIRACA	QUATIGUA	TAMBOARA
GUAMIRANGA	QUATRO BARRAS	TAPEJARA
GUAPIRAMA	QUATRO PONTES	TAPIRA
GUAPOREMA	QUEDAS DO IGUACU	TEIXEIRA SOARES
GUARACI	QUERENCIA DO NORTE	TELEMACO BORBA
GUARAPUAVA	QUITANDINHA	TERRA RICA
IVATUBA	RAMILANDIA	TERRA ROXA
JABOTI	RANCHO ALEGRE D,OESTE	TIBAGI
JACAREZINHO	REALEZA	TIJUCAS DO SUL
JAGUAPITA	REBOUCAS	TOLEDO
JAGUARIAIVA	RENASCENCA	TOMAZINA
JANDAIA DO SUL	RESERVA	TRES BARRAS DO PARANA
JANIOPOLIS	RESERVA DO IGUACU	TUNEIRAS DO OESTE
JAPIRA	RIBEIRAO CLARO	TURVO
JAPURA	RIBEIRAO DO PINHAL	UBIRATA
JARDIM ALEGRE	RIO AZUL	UMUARAMA
JARDIM OLINDA	RIO BOM	UNIAO DA VITORIA
JATAIZINHO	RIO BONITO DO IGUACU	UNIFLOR
JESUITAS	RIO BRANCO DO IVAI	URAI
JOAQUIM TAVORA	RIO BRANCO DO SUL	VENTANIA
JUNDIAI DO SUL	RIO NEGRO	VERA CRUZ DO OESTE
JURANDA	ROLANDIA	VERE
JUSSARA	RONDON	VITORINO
KALORE	ROSARIO DO IVAI	WENCESLAU BRAZ
	SABAUDIA	XAMBRE

FONTE: FINBRA (2019) E DO AUTOR (2020)